Relatório da
Administração

1S25

Relatório da Administração | 1S25

1º Semestre de 2025

Lucro Líquido
R$ 9,8 bilhões

Resultado da Intermediação Financeira
R$ 21,7 bilhões

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito
R$ 29,0 bilhões

Receita de Prestação de Serviços
R$ 17,1 bilhões

Despesas Administrativas e de Pessoal
R$ 20,5 bilhões

Índice de Basileia
14,14%

Índice de Capital Principal
10,97%

Em junho/25, nossos ativos alcançaram R$ 2,4 trilhões, a carteira de crédito superou R$ 1,2 trilhão, com crescimento em todos os segmentos, enquanto os recursos de clientes totalizaram R$ 880,4 bilhões.

O resultado da intermediação financeira foi impactado pelo aumento das despesas de captação dado o maior volume de depósitos e pelo aumento da Taxa Média Selic e da Taxa Referência, parcialmente compensado pelo crescimento da carteira de crédito que beneficiou as receitas.

Influenciadas pela nova dinâmica de constituição a partir da adoção da Resolução 4.966/21, as perdas esperadas refletiram, principalmente, o aumento da inadimplência na carteira de agronegócios e de Micro, Pequenas e Médias Empresas, em menor escala. Diante disso, tomamos ações imediatas que incluem a revisão dos fluxos de cobrança, priorização de desembolsos no contexto da matriz de resiliência, maior concessão em linhas que possuem mitigadores ou fundos garantidores e o reforço do relacionamento cada vez mais próximo e resolutivo junto aos clientes.

Nas Receitas de Prestação de Serviços, os destaques foram as linhas de administração de fundos, consórcios e comissões de seguros, previdência e capitalização, que já representam 56,8% do total, demonstrando a complementariedade do portfólio junto à BB Asset, BB Consórcios e BB Seguridade.

As Despesas Administrativas, por sua vez, apresentaram crescimento coerente com a operação, alinhado a elevação dos salários dos funcionários e com os investimentos em tecnologia.

Com isso, o lucro líquido do primeiro semestre foi de R$ 9,8 bilhões e o banco entregou R$ 28,4 bilhões em valor adicionado, considerando impostos, salários, dividendos e demais componentes.

O BB é um banco sólido e resiliente, com mais de 200 anos de história. Sabemos que o ano de 2025 será um ano de ajuste. Mais do que respostas de curto prazo, estamos reforçando as bases para um futuro sustentável e geração de valor consistente para todos os nossos stakeholders.

A partir de janeiro de 2025, os resultados passaram a incorporar as mudanças da Resolução CMN 4.966/2021, que alterou a forma de contabilização de ativos financeiros e a mensuração de perdas esperadas. As comparações neste documento consideram os normativos vigentes à época da divulgação, sem retroagir os dados a 2024. Para saber mais sobre as principais mudanças entre os padrões, acesse as Demonstrações Contábeis.

Principais destaques do período

Crédito do trabalhador

Em junho, superamos a marca de R$ 4,5 bilhões de contratações no Crédito do Trabalhador, com mais de 433 mil operações em 5.094 municípios brasileiros desde seu lançamento em março deste ano. Com uma plataforma de análise que integra um amplo conjunto de dados e informações de relacionamento com empresas e trabalhadores, o BB oferece propostas personalizadas, seguras e eficientes, reforçando seu compromisso com uma atuação cada vez mais inclusiva e centrada no cliente.

Plano Safra 2025/2026

Anunciamos a destinação de R$ 230 bilhões para o segmento. Desse total, R$ 54 bilhões serão voltados a pequenos e médios produtores, enquanto R$ 106 bilhões atenderão a agricultura empresarial, incluindo grandes produtores, cooperativas e agroindústrias. As premissas para os desembolsos do novo Plano Safra foram alicerçadas observando-se os cenários externos, como clima, produtividade, endividamento e margens dos produtores, e internos, como exigibilidades, análise de risco de crédito e exigências de garantias com maiores efetividades no retorno dos financiamentos.

Desembolsos com PEAC FGI e Pronampe superam R$ 30 bilhões

Considerando a melhor condição de risco-retorno, os desembolsos de crédito para as micro, pequenas e médias empresas com a utilização de fundos garantidores (PEAC FGI e Pronampe) alcançaram mais de R$ 30 bilhões em junho/25. Além disso, temos atuado no contexto da matriz de resiliência e ampliado as operações com recebíveis e garantias.

Alterações nas estruturas e práticas de cobrança e recuperação

Buscando capturar melhores resultados nos processos de cobrança e recuperação de créditos, especialmente nas operações rurais e com empresas, realizamos melhorias em nossas estruturas e procedimentos, visando um atendimento mais próximo, tempestivo e resolutivo, seja para a solução das dívidas por meio de renegociações, ou para execução das garantias contratuais.

BB no Ranking Bacen de Reclamações

Completamos 12 trimestres consecutivos na melhor posição entre os cinco principais bancos dos conglomerados financeiros, reforçando o compromisso com a excelência no relacionamento com os clientes.

O banco mais sustentável do planeta pela 6ª vez

Novamente fomos reconhecidos como o Banco mais sustentável do planeta no ranking das 100 Corporações Mais Sustentáveis do Mundo 2025 – Global 100, da Corporate Knights. Fatores como o resultado financeiro, o volume da carteira de crédito sustentável, a compensação de emissões de carbono, o uso de energia limpa, as práticas de governança e a diversidade do corpo funcional contribuíram para alcançarmos a posição 17 no ranking geral e nos mantermos como líder entre os bancos por seis vezes na última década.

Solução com IA para a PJ gera mais de 60 milhões de recomendações

Lançamos há um ano a ARI – Área de Recomendações Inteligentes que utiliza IA Generativa para apoiar a gestão de micro e pequenas empresas. Já foram geradas mais de 60 milhões de recomendações personalizadas, beneficiando 2,6 milhões de negócios em todo o país. Os insights traduzem dados complexos em orientações práticas e acessíveis, com curadoria humana para garantir segurança e relevância.

A ferramenta está disponível no Painel PJ (web), BB Digital PJ e app BB PJ. No 2T25, registrou 23 mil acessos únicos via mobile, e o NPS do Painel PJ atingiu 83,66, um dos maiores da categoria.

IA generativa no gerenciador financeiro pessoal

O Minhas Finanças Multibanco, nossa ferramenta de gestão financeira, agora utiliza IA generativa para criar dicas personalizadas, auxiliando mensalmente mais de sete milhões de clientes pessoas físicas. Essas dicas passam por um processo de curadoria humana, garantindo a qualidade das mensagens e a mitigação de vieses indesejados. As dicas são apresentadas de acordo com diferentes contextos e perfis financeiros dos clientes, abordando, por exemplo, a melhor condição de utilização de crédito ou até mesmo sugerindo o compartilhamento de dados via Open Finance para proporcionar condições negociais ainda mais vantajosas.

CRM com inteligência analítica

Avançamos na atuação em CRM com inteligência analítica, automação e agilidade, conectando as necessidades dos clientes às soluções mais adequadas em todos os canais. No 1S25, realizamos mais de mil novas ações personalizadas de oferta, gerando 1,6 bilhão de abordagens dirigidas e 145 milhões de contatos efetivos com clientes.

Empreendedorismo feminino

Reafirmamos nosso compromisso com a equidade de gênero e o empreendedorismo feminino. No 2T25, desembolsamos R$ 294,6 milhões em linhas exclusivas para mulheres, como o GIRO e o FCO Mulher Empreendedora, beneficiando mais de 1,3 milhão de empresas lideradas por mulheres.

No Comércio Exterior, promovemos a inserção internacional de MPEs femininas. O programa Primeira Exportação – Edição Mulheres no Mundo capacitou, até junho/25, 550 empreendedoras que já exportam para mais de 50 países.

Cofrinho BB

Somando-se às soluções com foco em educação financeira, em maio/25, disponibilizamos o Cofrinho BB, nossa ferramenta de formação de reserva financeira, para todos os clientes pessoa física. Pelo app do BB, é possível criar metas, acompanhar a evolução financeira e personalizar cada objetivo de forma simples, intuitiva e segura. A solução, lançada em 2024 inicialmente para uso exclusivo do público jovem, fechou o semestre com mais de 90 mil clientes, sendo que 65% dos clientes tem até 40 anos, e o volume de investimentos supera R$ 145 milhões.

Acionistas

Contamos com uma base de 1,6 milhão de acionistas, sendo 99,0% de pessoas físicas locais. Ao final de junho, nossa composição acionária estava distribuída entre 50% de ações em poder da União Federal, 49,6% em *free float* e 0,4% em tesouraria. Do total de ações, 77,6% são detidas por investidores locais e 22,4% por investidores residentes no exterior. Nossas ações (BBAS3) representaram 2,55% do Ibovespa no último quadrimestre. No último pregão do mês de junho, as BBAS3 estavam cotadas a R$ 22,09.

Estratégia e Governança Corporativa

A Estratégia Corporativa (ECBB) é o documento que traduz a essência da nossa empresa, nossa visão de futuro e onde queremos chegar. Ela é resultado das escolhas e renúncias que fazemos para posicionar estrategicamente o BB frente aos cenários e desafios do mercado. A partir desse posicionamento, avaliamos nossas capacidades e necessidades e definimos nossa atuação por meio de um processo estruturado, participativo e com uso de metodologias consolidadas.

Apesar do horizonte temporal da ECBB ser de cinco anos, ela é revisada anualmente. Na última revisão, para o ciclo de 2025-2029, ratificamos nosso propósito e nossos valores e reforçamos nosso compromisso de gerar valor para nossos clientes, acionistas e para a sociedade, com foco na responsabilidade socioambiental, na transformação digital e na inovação.

O nosso Jeito BB é único, é o que nos move e orienta, e está presente em cada um dos nossos funcionários e colaboradores, que possibilitam atingirmos nossos objetivos. Por isso, promover o aprendizado contínuo e um ambiente cada vez mais seguro e inclusivo faz parte de nossa cultura.

Nossa estrutura de governança é composta pela Assembleia Geral de Acionistas; pelo Conselho de Administração (CA) e seus comitês de assessoramento – Comitê de Auditoria (Coaud); Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (Corem); Comitê de Riscos e de Capital (Coris), Comitê de Tecnologia e Inovação (Cotei) e Comitê de Sustentabilidade Empresarial (Cosem); pela Diretoria Executiva; e pelo CF.

O CA, possui, no mínimo 30% de membros independentes, observado o disposto no Estatuto Social, na legislação e no Regulamento do Novo Mercado da B3.

No dia 30 de abril, foram realizadas as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que aprovaram as contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao ano de 2024, bem como a destinação do lucro líquido e a respectiva distribuição dos dividendos; elegeu administradores e fixou o montante global anual para a remuneração dos Administradores, dos Conselhos e Comitês. Além disso, aprovou revisão do Estatuto Social.

Ainda no 2T25, elaboramos uma ampla atualização dos Regimentos Internos dos órgãos da administração (CA, CD e Diretoria Executiva) e dos comitês de assessoramento ao CA, objetivando o contínuo alinhamento às melhores práticas de governança corporativa e às normas aplicáveis.

Por fim, no 2T25, o CA aprovou a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, unificada para o Conglomerado Prudencial (CPBB), contemplando as Entidades Ligadas sediadas no Brasil, que compõem o CPBB, e que manifestaram a adesão à Carta Anual unificada. Os documentos acima referenciados estão disponíveis no site https://ri.bb.com.br/ > aba Governança e Sustentabilidade.

Tecnologia que Transforma

A nossa Estratégia Digital é focada na transformação digital e cultural, com inovações constantes, tecnologia de ponta, novos modelos de negócio e maior agilidade para encantar os clientes.

A aplicação estratégica de inteligência analítica de dados e Inteligência Artificial (IA) tem gerado resultados expressivos: aumento da eficiência operacional, impulsão de negócios e experiências personalizadas. Um exemplo é a solução "Potencial Crédito Carbono – Agricultura Baixo Carbono", que identifica propriedades com maior retenção de Gases de Efeito Estufa. Reconhecida pelo Prêmio MapBiomas em julho/25, a solução gera cinco índices estatísticos que otimizam a prospecção de clientes.

A IA também está presente nas ofertas de investimentos personalizadas, alinhadas ao perfil suitability do cliente, com mais de R$ 260 milhões contratados.

No campo dos pagamentos, o BB Pay permite receber por aproximação diretamente no App BB, com a função Tap on Phone, transformando o celular em uma maquininha. No acumulado do semestre, a solução movimentou R$ 7,8 bilhões em 8,9 milhões de pagamentos, evidenciando a crescente adesão.

Inovamos também lançando a nossa marca própria de Banco como Serviço (BBaaS), o BB como Serviço, com mais de 30 soluções em pagamentos, crédito, seguros e consultas.

Viabilizamos negócios e promovemos a educação financeira. No Open Finance, por exemplo, atingimos três milhões de clientes com consentimento ativo, crescimento de 17% comparando com o 1S24 e ultrapassamos R$ 2 bilhões em portabilidade de crédito, com 57 mil clientes transferindo suas operações ao BB.

No 1S25, realizamos mais de 920 mil atendimentos na central Minha Privacidade, canal de serviços sobre dados pessoais, sendo 95% deles via App BB. As melhorias aplicadas elevaram à qualidade da experiência digital, com interações mais ágeis e seguras.

Além disso, mantivemos excelente avaliação do App BB (4,7 na Google Play e 4,8 na Apple Store) e chegamos a 27,2 milhões de usuários no 2T25. E no App BB Investimentos, dedicado aos clientes investidores, obtivemos nota de 4,6, tanto na Apple Store quanto na Google Play.

Hoje, 94% das transações são realizadas por canais digitais.

Estamos atentos ao futuro e ao que acontece no mercado. Temos um Radar de Tendências Tecnológicas, disponível em bb.com.br/tendencias por meio do qual monitoramos tendências e tecnologias, experimentando e adotando as que forem pertinentes.

Para garantir crescimento orgânico e continuidade dos negócios, seguimos investindo em tecnologia: foram R$ 3,2 bilhões no 1S25, reforçando nosso compromisso com uma experiência digital de excelência — onde, quando e como o cliente quiser.

Agenda ASG (Ambiental, Social e de Governança)

Somos referência em práticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), com ações de gerenciamento de riscos e oportunidades. Nosso Plano de Sustentabilidade - Agenda 30 BB, alinhado aos ODS da ONU e ao Acordo de Paris, é nosso principal instrumento, incluindo 47 ações e 100 indicadores para 2023-2025. Além disso, os Compromissos BB 2030 para um Mundo +Sustentável estabelecem objetivos em quatro frentes de atuação: crédito sustentável, investimento responsável, gestão ASG e climática, visando gerar impactos positivos na cadeia de valor.

Captações Sustentáveis

Captamos R$ 39,8 bilhões destinados a investimentos em iniciativas ASG. Os recursos foram obtidos por meio da emissão de Bonds com perfil ASG, além de captações junto a instituições multilaterais, bancos de investimento e bancos comerciais internacionais.

Como destaque para junho/25, realizamos uma nova captação denominada SmartClimate-Smart Agriculture Repurchase Agreement com o Banco Natixis, no valor de US$ 100 milhões, cujo objetivo é impulsionar a agricultura sustentável, assegurando suporte à produção responsável.

Destacamos as primeiras liberações de recursos referentes ao primeiro leilão da sublinha de blended finance, do programa ecoinvest, uma iniciativa que combina capital público e privado para fomentar projetos sustentáveis no país. A iniciativa deverá gerar R$ 4,8 bilhões em novas operações sustentáveis, alavancando os recursos captados, gerando alto impacto no mundo real com as temáticas sustentáveis direcionadas pelo programa.

Somos um dos principais atores na execução dos investimentos sustentáveis no Brasil, com a aplicação da sustentabilidade na forma dos nossos Frameworks divulgados ao mercado.

Bioeconomia e Cadeia de Valor

Temos contribuído com o desenvolvimento da biodiversidade no país, disponibilizando recursos financeiros, atendimento especializado, linhas de crédito com condições atrativas e serviços de consultoria financeira para auxiliar produtores familiares quilombolas e povos indígenas que atuam com bioeconomia. Atualmente, somos um dos principais financiadores de produtos compatíveis com a floresta, com R$ 1,9 bilhão em projetos de bioeconomia e cadeia de valor na Amazônia legal, representando um crescimento de 39% nos últimos 12 meses.

Negócios Sustentáveis

No 2T25, o saldo da carteira de crédito sustentável atingiu R$ 396,5 bilhões, com crescimento de 10,6% em 12 meses, refletindo nosso compromisso com a transição para uma economia mais sustentável. Os recursos foram destinados a setores com impacto socioambiental positivo, como energias renováveis, agricultura sustentável, saúde e educação.

A Carteira de Crédito Sustentável passa por avaliação independente, baseada em taxonomias ASG nacionais e internacionais. A metodologia é continuamente atualizada para incorporar boas práticas e incluir novos produtos com atributos ASG.

Mercado de Carbono

Reforçamos a nossa atuação no mercado voluntário de carbono, apoiando clientes na criação de projetos com alta adicionalidade ambiental, inventários de emissões de GEE, planos de descarbonização e oferta de créditos de carbono para compensação de emissões não mitigadas. Também promove a intermediação entre compradores e vendedores de créditos e oferece linhas específicas para projetos de energia renovável e eficiência energética.

Até junho de 2025, o Banco apoiou a preservação ou reflorestamento de mais de 850 mil hectares por meio de projetos de carbono e operações de crédito. Os projetos de conservação florestal (REDD+) aliam preservação ambiental à geração de renda.

Para diversificar a geração de créditos, o BB lançou, em junho de 2024, o Programa de Biogás, voltado à produção de biogás e biometano na agropecuária.

Rumo à COP30, o BB também fortalece a descarbonização com a emissão de mais de R$ 729 milhões em CPRs lastreadas em Créditos de Descarbonização (CBIOs), incentivando a produção de biocombustíveis e a adesão ao programa RenovaBio, que contribui para a segurança energética e os compromissos climáticos do Brasil.

Diversidade, Equidade e Inclusão

Continuamos engajados com a Diversidade. Atualmente, as mulheres representam 44% do Conselho Diretor (CD) e 50% do Conselho de Administração (CA). Além disso, dois membros se autodeclaram negros tanto no CD quanto no CA. Dois membros do CD e um do CA se autodeclaram pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+. Por fim, o CA também inclui um membro autodeclarado como pessoa com deficiência (PCD).

Possuímos um dos quadros de funcionários mais diversos do mercado, chancelado pela B3, por meio do iDiversa.

Em abril, realizamos diálogos com lideranças indígenas sobre a preservação dos territórios e da cultura, resultando em propostas de parcerias e ações conjuntas. Foram discutidas iniciativas com o povo Kayapó nas áreas de crédito de carbono, agricultura familiar, recuperação de áreas degradadas, crédito, tecnologias sociais e projetos sustentáveis.

Em maio, anunciamos a parceria com o LinkedIn com o objetivo de fortalecer o programa Mulheres no Topo, ampliando o alcance e promovendo cada vez mais o empoderamento feminino. A Showcase Mulheres no Topo no LinkedIn foi desenvolvida como um centro de conteúdos exclusivos, podcasts inspiradores, posts de mulheres Top Voice, dicas de carreira, trilha de treinamentos, artigos e dados sobre economia e mercado, histórias reais e oportunidades.

Em junho, a nossa presidenta Tarciana Medeiros participou como palestrante do Tempo de Mulher, primeira rede brasileira que apoia e conecta as principais executivas e lideranças C-Level e do empreendedorismo no país. Em sua 5ª edição, o evento busca promover um ambiente de troca e inspiração, onde mulheres possam compartilhar suas trajetórias profissionais, estratégias de gestão e caminhos seguros para o crescimento dentro do mercado corporativo.

Também em junho, apoiamos o Inovahack MBM São Paulo, evento idealizado pelo Movimento Black Money, com foco em soluções tecnológicas de impacto social para comunidades periféricas. O evento promoveu o diálogo entre líderes e empreendedores, com o tema "Periferias em Foco: Inovação para Transformação", visando o empoderamento econômico das comunidades negras.

No mesmo período, participamos de mais uma edição da Feira Cultural da Diversidade LGBT+, realizada no Memorial da América Latina, em São Paulo. A ação reafirmou nosso compromisso com a equidade, inclusão e desenvolvimento sustentável, promovendo iniciativas voltadas ao empreendedorismo e desenvolvimento profissional da comunidade LGBTQIAPN+.

A Fundação BB e o Distrito Drag lançaram oficialmente a plataforma Empregando Orgulho (empregandoorgulho.com.br), uma iniciativa voltada para a empregabilidade, ao empreendedorismo e à inclusão econômica da população LGBTQIA+ no DF.

Principais Prêmios e Reconhecimentos

Março

Fomos duplamente premiados no **Agile Trends 2025**, um dos maiores eventos de agilidade e inovação do país. Os dois cases reconhecidos demonstram avanços significativos em automação, cultura ágil e transformação digital: Agiliza – Portal de automação e Self-Healing; Movimento Aceleração Digital - Criação e implementação de Framework ágil em um banco de 216 anos.

Fomos reconhecidos em três categorias no **Prêmio IA em Finanças 2025**, promovido pela revista Global Finance, que destaca as instituições financeiras mais inovadoras no uso de inteligência artificial, as categorias:

- CONSUMER BANKING: Best Banks By Country – Brazil;
- CORPORATE BANKING: Best Banks By Country – Brazil;
- CORPORATE BANKING: Best Banks By Region – Latin America.

Fomos reconhecidos na categoria **Inovação do prêmio 100+ Inovadoras no Uso de TI 2025**, promovido pelo IT Forum, com o case Pix por Aproximação

Fomos um dos vencedores do **Celent Model Bank Award 2025**, recebendo destaque na categoria "AI Innovation for Small Business" pelo uso de Inteligência Artificial Generativa para oferecer insights personalizados de conta a micro e pequenas empresas, por meio da ARI – Área de Recomendações Inteligentes. A premiaçao se soma a outras duas: Global Finance – The Innovators (América Latina) e AI in Finance Awards nas categorias Enhanced Customer Experience e Personalized Financial Advice.

O BB Private foi reconhecido como **o melhor private bank do País para sustentabilidade**, na premiação **Euromoney Private Banking Awards 2025**, organizado pelo conceituado veículo especializado Euromoney. Trata-se de mais um reconhecimento inédito para o BB Private, materializando nosso compromisso com ações que fortaleçam a sustentabilidade em nossos negócios.

Abril

Recebemos o prêmio de **Melhor Instituição Pública** do ano, durante o II Fórum de PPPs Sociais, pelo Centro de pesquisa PSP Hub – Infrastructure and Urbanism Studies e Hiria Nurnbergmesse Business. A premiação consagra o protagonismo do BB no fortalecimento do ecossistema de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e concessões.

Maio

No **Prêmio Reconhecimento BNDES 2025**, fomos reconhecidos nas categorias "Finame 60 anos" e "Destaque Empresarial" pelo desempenho no desembolso de linhas de crédito com recursos do banco de desenvolvimento. O evento reuniu os principais agentes financeiros do país.

Pelo segundo ano consecutivo, tivemos reconhecimento pela atuação da diretora jurídica Lucinéia Possar, vencedora do The Latin American Lawyer Women Awards, na categoria In House Counsel of the Year Banking & Finance (Advogada Interna do Ano em Bancos & Finanças).

Junho

Recebemos a 11ª conquista no **Prêmio Broadcast Analistas**, reafirmando sua posição de destaque no mercado financeiro.

Auditoria Independente

O BB segue rigorosamente todas as legislações e regulamentações aplicáveis à auditoria independente, assegurando transparência e conformidade nos processos. A KPMG Auditores Independentes Ltda. é a empresa contratada para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras.

Com relação aos serviços de não auditoria prestados por ela no âmbito do BB, não representam conflito de interesse tampouco, comprometem sua independência na execução dos trabalhos. As informações sobre os honorários dos serviços de não auditoria são divulgadas anualmente em nosso Formulário de Referência, em conformidade com a Resolução CVM 162/2022.

Esclarecimentos Adicionais

Possuímos R$ 1,1 bilhão (consolidado) de créditos tributários não ativados, apresentados na nota explicativa 22 - Tributos (subitem "f"). Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/1976, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e 14 – Investimentos.

Publicamos anualmente os investimentos realizados em políticas públicas em nossa Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, disponível no site ri.bb.com.br.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Esse Relatório da Administração foi preparado com base nas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas elaboradas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif). Para mais informações, o Formulário de Referência, o relatório de Análise do Desempenho e a Apresentação Institucional estão disponíveis no site ri.bb.com.br.

Agradecimentos

Agradecemos profundamente a todos os nossos colaboradores que demonstram todos os dias comprometimento, dedicação e capacidade de inovar. Seu empenho em se adaptar, criar e aprimorar soluções e manter o foco no relacionamento de excelência com nossos clientes é essencial para o atingimento do nosso propósito. Estendemos também nosso agradecimento aos clientes e acionistas, cuja confiança é fundamental. Reforçamos nosso compromisso com a geração de valor de forma sustentável, equilibrando resultados consistentes com responsabilidade social, ambiental e ética em todas as nossas ações.

Demonstrações Contábeis

30 de junho de 2025

Índice

Índice **2**
Demonstrações Contábeis **3**
Balanço patrimonial 3
Demonstração do resultado 4
Demonstração do resultado abrangente 5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 6
Demonstração dos fluxos de caixa 8
Demonstração do valor adicionado 9
Notas Explicativas às demonstrações Contábeis **10**
1 - O Banco e suas operações 10
2 – Apresentação das demonstrações contábeis 11
3 – Resumo das principais práticas contábeis 18
4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis 31
5 – Aquisições, vendas e reestruturações societárias 34
6 – Informações por segmento 35
7 – Caixa e equivalentes de caixa 38
8 – Depósitos no Banco Central do Brasil 39
9 - Aplicações interfinanceiras de liquidez 40
10 – Títulos e valores mobiliários 42
11 – Instrumentos financeiros derivativos 48
12 – Carteira de crédito 55
13 – Outros ativos 70
14–Investimentos 71
15 – Imobilizado de uso 75
16 – Intangível 76
17 – Recursos de clientes 78
18 – Recursos de instituições financeiras 81
19-Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários 83
20 – Outros passivos 86
21 – Provisões e passivos contingentes 88
22 – Tributos 92
23 – Patrimônio líquido 95
24 – Receitas de prestação de serviços 100
25 – Despesas Administrativas 101
26 – Outras receitas e outras despesas 102
27 – Partes relacionadas 103
28 – Benefícios a empregados 106
29 - Valor justo dos instrumentos financeiros 114
30 – Gerenciamento de riscos e de capital 118
31 – Transferência de ativos financeiros 132
32 – Resultado recorrente e não recorrente 133
33 – Ativos e passivos circulantes e não circulantes 134
34 – Outras informações 135
35 – Eventos subsequentes 137
Relatório do Auditores Independentes **138**
Resumo do Relatório do Comite de Auditoria **145**
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras **147**
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes **148**
Membros da Administração **149**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Balanço patrimonial

	Nota	Banco Múltiplo	Consolidado
		30/06/2025	30/06/2025
Ativo			
Disponibilidades	7	**22.076.151**	**24.468.455**
Ativos financeiros		**2.283.722.374**	**2.334.777.997**
Depósitos no Banco Central do Brasil	8	123.095.245	123.095.245
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9	288.010.063	290.996.079
Títulos e valores mobiliários	10.a	583.683.727	606.328.724
Instrumentos financeiros derivativos	11	5.588.436	5.580.432
Carteira de crédito	12	1.208.495.056	1.231.084.195
Outros ativos financeiros	13	74.849.847	77.693.322
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		**(93.349.096)**	**(94.702.351)**
Carteira de crédito	12	(88.843.363)	(89.248.016)
Demais ativos financeiros	9, 10, 13	(4.505.733)	(5.454.335)
Ativos fiscais		**88.696.525**	**92.739.714**
Correntes		10.446.834	12.282.363
Diferidos (créditos tributários)	22	78.249.691	80.457.351
Investimentos		**41.972.372**	**19.658.456**
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14	41.861.416	19.517.930
Outros investimentos		145.699	145.699
Perdas por redução ao valor recuperável		(34.743)	(5.173)
Imobilizado	15	**13.354.754**	**13.841.140**
Imobilizações de uso		26.154.672	26.704.764
Direito de uso		1.667.201	1.954.601
Depreciação acumulada		(14.452.447)	(14.787.838)
Perdas por redução ao valor recuperável		(14.672)	(30.387)
Intangível	16	**11.868.136**	**11.960.352**
Ativos intangíveis		21.308.587	21.895.914
Amortização acumulada		(9.402.187)	(9.867.407)
Perdas por redução ao valor recuperável		(38.264)	(68.155)
Outros ativos não financeiros	13	**32.275.547**	**34.739.584**
Total do ativo		**2.400.616.763**	**2.437.483.347**
Passivo			
Passivos financeiros		**2.129.717.501**	**2.141.417.052**
Recursos de clientes	17	843.689.523	880.357.205
Recursos de instituições financeiras	18	751.882.461	725.470.672
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19	359.745.061	363.846.302
Instrumentos financeiros derivativos	11	5.419.955	5.423.202
Outros passivos financeiros	20	168.980.501	166.319.671
Provisões		**32.299.871**	**33.711.881**
Cíveis, fiscais e trabalhistas	21	26.553.471	26.957.212
Outras provisões		5.746.400	6.754.669
Passivos fiscais		**12.321.557**	**15.835.369**
Correntes		1.566.527	4.773.470
Diferidos	22	10.755.030	11.061.899
Outros passivos não financeiros	20	**51.543.498**	**62.970.046**
Total do passivo		**2.225.882.427**	**2.253.934.348**
Patrimônio líquido			
Capital	23.b	120.000.000	120.000.000
Instrumento elegível ao capital principal	23.c	--	5.100.000
Reservas de capital	23.d	1.416.070	1.417.065
Reservas de lucros	23.d	76.741.182	76.225.175
Outros resultados abrangentes	23.h	(23.165.656)	(23.165.656)
Ações em tesouraria	23.l	(257.260)	(258.255)
Participação dos não controladores	23.i	--	4.230.670
Total do patrimônio líquido	23	**174.734.336**	**183.548.999**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.400.616.763**	**2.437.483.347**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do resultado

	Nota	Banco Múltiplo	Consolidado
		1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Receitas da intermediação financeira		**130.438.612**	**136.150.750**
Carteira de crédito	12.b	74.973.760	77.530.851
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9.b	17.434.118	17.444.184
Títulos e valores mobiliários	10.f	30.610.354	33.733.943
Instrumentos financeiros derivativos	11.e	(2.366.045)	(2.430.743)
Aplicações compulsórias	8.b	4.499.632	4.499.632
Outros ativos financeiros		5.286.793	5.372.883
Despesas da intermediação financeira		**(84.018.195)**	**(85.359.785)**
Recursos de instituições financeiras	18.d	(31.268.157)	(30.046.249)
Recursos de clientes	17.c	(32.713.865)	(34.939.940)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19.d	(18.418.821)	(18.788.344)
Outras despesas de captação	20.b	(1.617.352)	(1.585.252)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		**(28.726.350)**	**(29.041.610)**
Carteira de crédito	12.h	(28.733.360)	(28.880.147)
Garantias financeiras prestadas e outros compromissos		120.206	119.880
Demais ativos financeiros	9.b, 10.f, 13.c	(113.196)	(281.343)
Resultado da intermediação financeira		**17.694.067**	**21.749.355**
Outras receitas/despesas operacionais		**(6.407.653)**	**(6.162.486)**
Receitas de prestação de serviços	24	9.595.160	17.115.221
Despesas de pessoal	25.a	(12.010.673)	(13.199.667)
Outras despesas administrativas	25.b	(7.613.185)	(7.339.278)
Despesas tributárias	22.c	(3.071.816)	(4.375.560)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14.a	8.134.642	3.882.645
Outras receitas/despesas	26	(1.441.781)	(2.245.847)
Provisões	**21.b**	**(5.771.889)**	**(5.814.805)**
Cíveis, fiscais e trabalhistas		(5.759.223)	(5.802.139)
Outras		(12.666)	(12.666)
Resultado operacional		**5.514.525**	**9.772.064**
Resultado não operacional		**4.734**	**137.334**
Resultado antes dos tributos e participações		**5.519.259**	**9.909.398**
Imposto de renda e contribuição Social	**22**	**5.629.624**	**2.829.878**
Participação de empregados e administradores no lucro		**(1.264.634)**	**(1.273.315)**
Participação dos não controladores	**23.i**	**--**	**(1.658.612)**
Lucro líquido		**9.884.249**	**9.807.349**
Lucro líquido atribuível aos acionistas			
Controladores		9.884.249	9.807.349
Não controladores		--	1.658.612
Lucro por ação	**23.e**		
Número médio ponderado de ações - básico e diluído		5.708.696.148	
Lucro básico e diluído por ação (R$)		1,73	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do resultado abrangente

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Lucro Líquido atribuível aos acionistas controladores	**9.884.249**	**9.807.349**
Participação dos acionistas não controladores	--	1.658.612
Lucro líquido atribuível aos acionistas	**9.884.249**	**11.465.961**
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado		
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	**2.452.368**	**2.304.400**
Ganhos/(perdas) não realizados	4.401.528	4.409.841
(Ganhos)/perdas realizados – reclassificados para o resultado	(92.585)	(328.543)
Efeito tributário	(1.856.575)	(1.776.898)
Participação no resultado abrangente de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	**74.823**	**233.722**
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao VJORA	201.401	407.650
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de fluxo de caixa	(58.542)	(58.542)
Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	66.623	105.533
Efeito tributário	(134.659)	(220.919)
Hedge de investimento líquido no exterior	**120.461**	**120.461**
Ganhos/(perdas) não realizados	219.018	219.018
Efeito tributário	(98.557)	(98.557)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	**(1.348.034)**	**(1.661.828)**
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado		
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	**148.324**	**150.828**
Ganhos/(perdas) não realizados	260.252	270.915
Efeito tributário	(111.928)	(120.087)
Planos de benefício definido	**(3.298.421)**	**(3.298.421)**
Ganhos/(perdas) em remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos	(6.225.875)	(6.225.875)
Efeito tributário	2.927.454	2.927.454
Outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários	**(1.850.479)**	**(2.150.838)**
Resultado abrangente do período	**8.033.770**	**9.315.123**
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	8.033.770	7.956.869
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	--	1.358.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Banco Múltiplo	Nota	Capital	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Reservas estatutárias				
Saldos em 31/12/2024		**120.000.000**	**1.410.594**	**15.221.388**	**66.401.024**	**(21.892.443)**	**(262.046)**	**--**	**180.878.517**
Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021		**--**	**--**	**--**	**--**	**577.266**	**--**	**(11.530.338)**	**(10.953.072)**
Saldos em 01/01/2025		**120.000.000**	**1.410.594**	**15.221.388**	**66.401.024**	**(21.315.177)**	**(262.046)**	**(11.530.338)**	**169.925.445**
Ativos financeiros ao valor justo	23.h	--	--	--	--	2.640.953	--	--	2.640.953
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	(3.298.421)	--	--	(3.298.421)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	(1.348.034)	--	--	(1.348.034)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	(32.198)	--	--	(32.198)
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	120.461	--	--	120.461
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	(4.000)	--	--	(4.000)
Outros		--	--	--	--	70.760	--	41.734	112.494
Transações com pagamento baseado em ações		--	5.476	--	--	--	4.786	--	10.262
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	9.884.249	9.884.249
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	494.213	(2.098.568)	--	--	1.604.355	--
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	(3.276.875)	--	--	--	(3.276.875)
Saldos em 30/06/2025		**120.000.000**	**1.416.070**	**15.715.601**	**61.025.581**	**(23.165.656)**	**(257.260)**	**--**	**174.734.336**
Mutações do período		**--**	**5.476**	**494.213**	**(5.375.443)**	**(1.850.479)**	**4.786**	**11.530.338**	**4.808.891**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Nota	Capital	Instrumento elegível ao capital principal	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros ou prejuízos acumulados	Participação dos não controladores	Total
					Reserva legal	Reservas estatutárias					
Saldos em 31/12/2024		**120.000.000**	**5.100.000**	**1.412.071**	**15.221.388**	**65.994.017**	**(21.892.443)**	**(263.523)**	**--**	**4.501.238**	**190.072.748**
Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021		**--**	**--**	**--**	**--**	**--**	**577.266**	**--**	**(11.530.338)**	**(87.858)**	**(11.040.930)**
Saldos em 01/01/2025		**120.000.000**	**5.100.000**	**1.412.071**	**15.221.388**	**65.994.017**	**(21.315.177)**	**(263.523)**	**(11.530.338)**	**4.413.380**	**179.031.818**
Ativos financeiros ao valor justo	23.h	--	--	--	--	--	2.640.953	--	--	(25.339)	2.615.614
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	(3.298.421)	--	--	--	(3.298.421)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	--	(1.348.034)	--	--	(313.794)	(1.661.828)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	--	(32.198)	--	--	--	(32.198)
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	--	120.461	--	--	--	120.461
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	--	(4.000)	--	--	104	(3.896)
Outros		--	--	--	--	--	70.760	--	41.734	38.670	151.164
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	4.994	--	--	--	5.268	--	--	10.262
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	(228.309)	(228.309)
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	--	9.807.349	1.658.612	11.465.961
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	(32.100)	--	(32.100)
Resultado não realizado		--	--	--	--	(109.000)	--	--	109.000	--	--
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	--	494.213	(2.098.568)	--	--	1.604.355	--	--
- Dividendos	23.f	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.312.654)	(1.312.654)
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	--	(3.276.875)	--	--	--	--	(3.276.875)
Saldos em 30/06/2025		**120.000.000**	**5.100.000**	**1.417.065**	**15.715.601**	**60.509.574**	**(23.165.656)**	**(258.255)**	**--**	**4.230.670**	**183.548.999**
Mutações do período		**--**	**--**	**4.994**	**494.213**	**(5.484.443)**	**(1.850.479)**	**5.268**	**11.530.338**	**(182.710)**	**4.517.181**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	Banco Múltiplo	Consolidado
		1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações			
Lucro líquido		**9.884.249**	**9.807.349**
Ajustes ao lucro líquido		**19.846.319**	**26.757.991**
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		28.726.350	29.041.610
Depreciações e amortizações		2.165.258	2.238.211
(Ganho) Perda cambial na conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira		(9.588.012)	(10.528.716)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		(86.608)	(86.608)
Resultado de participação em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14	(8.134.642)	(3.882.645)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens		(61.766)	(60.495)
Despesas com provisões fiscais, cíveis e trabalhistas e outras provisões	21	5.771.889	5.814.805
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	28.d.4/f	(1.918.834)	(1.918.834)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		6.854.106	7.659.861
Resultado dos não controladores		--	1.658.612
Imposto de Renda e Contribuição Social		(5.629.624)	(2.829.878)
Outros ajustes		1.748.202	(347.932)
Lucro líquido ajustado		**29.730.568**	**36.565.340**
Variações Patrimoniais		**38.937.886**	**35.718.616**
(Aumento) Redução em depósitos no Banco Central do Brasil		(4.397.657)	(4.397.657)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		83.659.994	83.180.767
(Aumento) Redução em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		(4.259.937)	(7.211.116)
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos		4.245.778	4.268.364
(Aumento) Redução na carteira de créditos, líquida de provisões		(40.975.256)	(41.457.657)
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros		(9.118.881)	(12.011.808)
(Aumento) Redução em outros ativos		2.057.936	4.048.444
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.542.904)	(5.447.371)
(Redução) Aumento em recursos de clientes		15.350.994	11.597.615
(Redução) Aumento em recursos de instituições financeiras		11.240.609	14.785.268
(Redução) Aumento em recursos de emissões de títulos e valores mobiliários		34.577.199	32.355.081
(Redução) Aumento em outros passivos financeiros		(61.164.054)	(53.181.375)
(Redução) Aumento em outros passivos		9.264.065	9.190.061
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) OPERAÇÕES		**68.668.454**	**72.283.956**
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento			
Compra de ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes		(230.139.120)	(237.994.162)
Venda de ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes		165.361.087	176.648.154
Compra de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado		(21.091.847)	(23.436.350)
Resgate de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado		1.835.164	1.835.164
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		7.415.246	4.768.103
Aquisição de imobilizado de uso		(1.582.105)	(1.624.588)
Alienação de imobilizado de uso		8.033	8.751
Aquisição de intangíveis		(1.927.662)	(1.990.557)
Aporte de capital na Broto S.A.		(5.000)	(5.000)
Alienação de participação na Galgo S.A.		--	3.458
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**(80.126.204)**	**(81.787.027)**
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento			
(Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada		7.023.086	7.023.086
Dividendos pagos aos acionistas não controladores		--	(1.440.125)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(6.008.672)	(6.008.672)
Liquidação de arrendamentos		(643.337)	(643.337)
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**371.077**	**(1.069.048)**
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(11.086.673)**	**(10.572.119)**
Início do período		81.150.329	83.167.243
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(6.854.106)	(7.659.861)
Fim do período		63.209.550	64.935.263
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(11.086.673)**	**(10.572.119)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do valor adicionado

	Nota	Banco Múltiplo		Consolidado	
		1º Semestre/2025		1º Semestre/2025	
Receitas		**104.011.880**		**116.214.434**	
Receitas da intermediação financeira		130.438.612		136.150.750	
Receitas de prestação de serviços		9.595.160		17.115.221	
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(28.726.350)		(29.041.610)	
Outras receitas/(despesas)		(7.295.542)		(8.009.927)	
Despesas da intermediação financeira		**(84.018.195)**		**(85.359.785)**	
Insumos Adquiridos de Terceiros		**(4.458.808)**		**(4.106.114)**	
Materiais, água, energia e gás	25	(233.204)		(253.797)	
Serviços de terceiros	25	(408.833)		(232.569)	
Comunicações	25	(209.759)		(244.237)	
Processamento de dados	25	(1.089.790)		(809.473)	
Transporte	25	(48.947)		(60.498)	
Serviços de vigilância e segurança	25	(712.722)		(732.709)	
Serviços do sistema financeiro	25	(228.105)		(291.234)	
Propaganda e publicidade	25	(232.527)		(250.357)	
Manutenção e conservação de bens	25	(635.559)		(445.832)	
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		86.608		86.608	
Outras		(745.970)		(872.016)	
Valor Adicionado Bruto		**15.534.877**		**26.748.535**	
Despesas de amortização/depreciação		(2.165.258)		(2.238.211)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		**13.369.619**		**24.510.324**	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		**8.134.642**		**3.882.645**	
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto		8.134.642		3.882.645	
Valor Adicionado a Distribuir		**21.504.261**	**100,00%**	**28.392.969**	**100,00%**
Valor Adicionado Distribuído		**21.504.261**	**100,00%**	**28.392.969**	**100,00%**
Pessoal		**11.749.851**	**54,64%**	**12.866.831**	**45,32%**
Salários e honorários		6.043.266		6.875.934	
Participação de empregados e administradores no lucro		1.264.634		1.273.315	
Benefícios e treinamentos		2.480.798		2.617.527	
FGTS		460.807		480.387	
Outros encargos		1.500.346		1.619.668	
Impostos, Taxas e Contribuições		**(714.410)**	**-3,32%**	**3.469.772**	**12,22%**
Federais		(1.284.448)		2.289.830	
Estaduais		545		545	
Municipais		569.493		1.179.397	
Remuneração de Capitais de Terceiros		**584.571**	**2,72%**	**590.405**	**2,08%**
Aluguéis	25	584.571		590.405	
Remuneração de Capitais Próprios		**9.884.249**	**45,96%**	**11.465.961**	**40,38%**
Juros sobre capital próprio da União		1.638.437		1.638.437	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		1.638.438		1.638.438	
Dividendos de acionistas não controladores		--		1.312.654	
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		--		32.100	
Lucro retido		6.607.374		6.498.374	
Participação dos não controladores nos lucros retidos		--		345.958	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1- O Banco e suas operações

O Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil" ou "Banco") é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, controlada pelo Governo Federal, que explora atividade econômica, na forma do art. 173 da Constituição Federal, regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações e pelas Leis nº 4.595/1964, nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador. Sua matriz tem sede e domicílio localizados no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

O Banco tem suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "BBAS3" e suas ADRs (American Depositary Receipts) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América sob o código "BDORY". Seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do regulamento do Novo Mercado da B3. Este regulamento prevalecerá sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

O Banco do Brasil é um banco múltiplo com atuação em todo o território nacional, desenvolvendo também atividades em importantes centros financeiros mundiais. Tem por objeto, em conjunto com suas controladas, a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco, de modo a contribuir para o interesse público que justifica sua criação, exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, especificamente as previstas no art. 19 da Lei nº 4.595/1964: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (iv) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por conta do Bacen; (v) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vi) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (vii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições.

Com 216 anos, o Banco atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de pessoas jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda – Exportação (Proger) e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

O Banco do Brasil também atua como Instituição Operadora de Sistema do Mercado Financeiro (IOSMF) executando os serviços de compensação de cheques por meio da Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe), Infraestrutura do Mercado Financeiro (IMF), integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), na forma das Resoluções BCB nº 304 e 314/2023.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionadas nas Notas 2 e 6, respectivamente.

2 – Apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o padrão contábil das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), incluindo diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis consolidadas, elaboradas e divulgadas no padrão contábil "Cosif", conforme permitido pelo artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, estão sendo apresentadas "adicionalmente" às demonstrações contábeis consolidadas no padrão contábil internacional – IFRS, as quais foram elaboradas segundo o disposto na Resolução CMN nº 4.818/2020 e estão sendo emitidas e divulgadas simultaneamente.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes aos períodos do ano de 2025, elaboradas conforme o padrão contábil "Cosif", não apresentam informações comparativas de períodos anteriores, conforme dispensa do artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 13/08/2025.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Banco continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/2024, exceto nos casos indicados no item "g" desta Nota.

e) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências e subsidiárias no país e no exterior e as operações de suas controladas. Refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas, elaboradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. Os ganhos e as perdas cambiais das operações das agências estão apresentados nos grupamentos de resultado nos quais são reconhecidos as rendas e encargos sobre essas operações. Os ganhos e as perdas cambiais incidentes sobre os ativos e passivos das agências e controladas no exterior são apresentados no grupamento de Recursos de instituições financeiras, com o objetivo de anular as perdas e os ganhos cambiais incidentes sobre os instrumentos financeiros passivos contratados para proteção do resultado do Banco em relação às oscilações cambiais (Notas 14.a e 18.d).

Nas demonstrações contábeis consolidadas, houve a reclassificação do instrumento elegível ao capital principal - IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As participações de acionistas não controladores são apresentadas no balanço patrimonial como um componente segregado do patrimônio líquido. O resultado atribuível a acionistas não controladores é evidenciado separadamente na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente.

Os fundos não exclusivos e abertos, oriundos de aplicação inicial de recursos próprios da BB Asset, são destinados a investidores externos, não tendo a referida entidade a intenção de assumir ou reter substancialmente os riscos e benefícios nesses fundos de investimento, sendo consolidados apenas nos meses em que a BB Asset ainda detém o controle. Deste modo, não estão apresentados no quadro a seguir.

Participações societárias e fundos de investimento incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

	Atividade	País de constituição	Moeda funcional	30/06/2025
				% de Participação
Segmento bancário				
Banco do Brasil AG	Bancária	Áustria	Real	100,00%
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Brasil	Real	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Estados Unidos	Real	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Inglaterra	Real	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Estados Unidos	Real	100,00%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Ilhas Cayman	Real	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Estados Unidos	Dólar Americano	100,00%
Banco Patagonia S.A.	Bancária	Argentina	Peso Argentino	80,39%
Segmento investimentos				
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Brasil	Real	100,00%
Segmento gestão de recursos				
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Asset	Administração de Ativos	Brasil	Real	100,00%
Segmento seguros, previdência e capitalização				
BB Seguridade Participações S.A. [1]	Holding	Brasil	Real	68,26%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. [1]	Corretora	Brasil	Real	68,26%
BB Seguros Participações S.A. [1]	Holding	Brasil	Real	68,26%
Segmento meios de pagamento				
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Brasil	Real	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Brasil	Real	100,00%
Outros segmentos				
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Brasil	Real	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Gestão de Cobrança	Brasil	Real	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Brasil	Real	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	Turismo	Brasil	Real	100,00%
BB Tecnologia e Serviços [1]	Tecnologia da informação	Brasil	Real	99,99%
Fundos de investimento				
BB Impacto ASG I Fundo em Investimento em Multiestratégia Investimento no Exterior [2]	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%
BB Ventures I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior [2]	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%
FIP Agventures II Multiestratégias [2]	Fundos de Investimento	Brasil	Real	55,08%

1 - Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.
2 - Fundo de investimento no qual o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem também os veículos de securitização controlados pelo Banco, direta ou indiretamente, descritos a seguir.

Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (EPE Dollar)

A Dollar foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos:

- emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional;
- uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e
- realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta. A EPE não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários, não possui subsidiárias e não tem empregados.

Loans Finance Company Limited (EPE Loans)

A Loans foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos:

- captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional;
- contratação de operações compromissadas com o Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, para utilização dos recursos captados; e
- contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito denominado de basis swap, que é acionável somente em caso de default de alguma obrigação do Banco nas operações compromissadas.

As condições de moedas, valores, prazos, taxas e fluxos financeiros das operações compromissadas são idênticas àquelas das emissões de valores mobiliários. Portanto, todas as obrigações e despesas decorrentes dos valores mobiliários emitidos são cobertas totalmente pela EPE com os direitos e receitas provenientes das operações compromissadas, de modo que a Loans não gera resultados positivos nem negativos. A EPE não possui outros ativos e passivos que não aqueles provenientes das operações compromissadas e das emissões dos valores mobiliários.

f) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável:

Pronunciamento CPC	Resoluções
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	Resolução CMN n° 4.975/2021
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 28 – Propriedade para Investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

Norma CMN	Pronunciamento CPC Equivalente
Res. CMN nº 4.524/2016 – Reconhecimento das operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.	CPC 48
Res. CMN nº 4.534/2016 – Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível.	CPC 04 (R1)
Res. CMN nº 4.535/2016 – Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.	CPC 27
Res. CMN nº 4.817/2020 – Mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.	CPC 18 (R2) e CPC 45
Res. CMN nº 4.966/2021 – Conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para designação e reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge).	CPC 48

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o art. 22, § 2º, da Lei nº 6.385/1976:

Pronunciamento CPC
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
CPC 12 – Ajuste a Valor Presente
CPC 22 – Informações por Segmento
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas

g) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Normas aplicáveis a partir de 01/01/2025

g.1) Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021

A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

Os critérios contábeis estabelecidos pela normativa foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

(i) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/2021 aborda uma nova classificação e mensuração para os ativos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo, além do modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pela entidade. A norma estabelece três categorias de classificação para ativos financeiros:

Custo amortizado (CA): Quando os fluxos de caixa contratuais possuem características de "somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal" e o objetivo do modelo de negócios é coletar os respectivos fluxos de caixa contratuais.

Valor Justo em outros resultados abrangentes (VJORA): Quando os fluxos de caixa contratuais possuem característica de "somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal" e o objetivo do modelo de negócios é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios.

Valor Justo no resultado (VJR): Ativos que não atendam aos critérios de classificação das categorias anteriores. Estão relacionados, de forma geral, aos ativos financeiros cujos fluxos de caixa contratuais não possuem características de "somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal" ou quando o modelo de negócios possui o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda dos ativos.

O Banco analisou as diversas modalidades de produtos financeiros (operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito) que constam no portifólio oferecido aos seus clientes (pessoas físicas e pessoas jurídicas), para identificar as características contratuais dos fluxos de caixa, além do objetivo da Administração (modelo de negócio) diante desses produtos. A Administração pretende manter esses ativos para recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais, ou seja, continuarão sendo mensurados ao custo amortizado. Os demais ativos financeiros adquiridos pelo Banco possuem variadas finalidades, mediante as necessidades da atividade bancária. Esses produtos incluem aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos públicos, cotas de fundos de investimento, dentre outros. Esses produtos foram analisados, tanto em relação às características contratuais

dos fluxos de caixa, quanto ao objetivo da Administração diante desses ativos. As novas classificações e mensurações foram efetuadas em conformidade com essas análises.

O Banco concluiu que os novos requerimentos não apresentaram impacto significativo na classificação e mensuração de seus ativos financeiros. As categorias que eram mensuradas ao custo amortizado de acordo com as normas anteriores (aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, carteira de crédito e outros ativos financeiros), substancialmente continuam a ser mensuradas desta forma. Igualmente para as categorias que são mensuradas ao valor justo no resultado (títulos para negociação e derivativos) e ao valor justo em outros resultados abrangentes (títulos disponíveis para venda).

O Banco classificou determinadas operações com característica de concessão de crédito (essencialmente títulos e valores mobiliários na forma de debêntures, notas promissórias, cédulas de produto rural, certificados de direitos creditórios do agronegócio e certificados de recebíveis imobiliários) na categoria custo amortizado, em uma classe denominada "Títulos com características de concessão de crédito", vinculada à carteira de crédito. Em 1º de janeiro de 2025, o montante de R$ 58.383 milhões anteriormente classificado como "Títulos disponíveis para venda" passou a ser classificado na categoria "Custo amortizado", com consequente reversão dos ajustes de marcação a mercado na ordem de R$ 114 milhões, líquidos de efeitos tributários.

O Banco optou por designar ao VJORA, de forma irrevogável, alguns instrumentos patrimoniais de outras entidades, dado que para esse grupo de instrumentos financeiros o Banco não atua em um modelo de negócios cujo objetivo seja gerar retorno pela venda do instrumento, contemplando ativos que já compunham a carteira da instituição há um longo período de tempo (principalmente cotas de fundos de investimentos e ações).

A Resolução também estabeleceu novos critérios contábeis para a classificação, reconhecimento e mensuração dos contratos de câmbio, os quais passaram a seguir o regramento contábil aplicável aos instrumentos financeiros derivativos. Nesse sentido, os valores anteriormente registrados no ativo e passivo do Banco como direitos e obrigações relacionadas às operações de câmbio (valores nocionais) passaram a compor contas de compensação, e nas posições patrimoniais e de resultado passam a ser apresentados unicamente os ajustes a valor justo da carteira de câmbio.

(ii) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

De acordo com os novos requerimentos, as perdas esperadas associadas ao risco de crédito deverão ser apuradas com base em modelos internos, incluindo fatores prospectivos que considerem a situação econômica atual e futura.

A metodologia para cálculo das perdas esperadas associadas ao risco de crédito no Banco do Brasil engloba a avaliação dos instrumentos financeiros em três estágios:

Estágio 1 – Operações em normalidade – Os ativos enquadrados nesse estágio são considerados operações em situação de normalidade, com atraso inferior ou igual a 30 dias, e que não tenham incorrido em aumento significativo do risco de crédito desde a contratação. A perda esperada é calculada considerando a probabilidade de o instrumento se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses.

Estágio 2 – Operações com aumento significativo do risco de crédito (ASR) – Os ativos enquadrados nesse estágio apresentam atraso superior a 30 dias no pagamento do principal ou de encargos ou outro critério indicativo de aumento significativo no risco de crédito em relação ao apurado na alocação original do instrumento. Neste caso, a perda esperada é calculada considerando a probabilidade de o instrumento se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito até o final da vida do ativo.

Estágio 3 – Ativos problemáticos – Os ativos enquadrados nesse estágio são os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito, enquadrando-se, ou em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – superior a 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por indicativos que o cliente não honrará integralmente o instrumento financeiro sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. São incluídas também as operações reestruturadas. Neste caso, a perda esperada é calculada considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

Os impactos observados sobre as provisões decorrem das diferenças entre a metodologia anterior de cálculo das provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) e a nova metodologia de cálculo da provisão com base em perdas esperadas associadas ao risco de crédito (PEARC). Os principais fatores que contribuem para essa diferença são a ampliação do escopo de instrumentos passíveis de apuração de provisão com base em perdas esperadas e a incorporação da reestruturação como critério de marcação de ativo problemático.

Na adoção inicial da norma, o incremento das perdas esperadas associadas ao risco de crédito sobre os instrumentos financeiros, líquido dos efeitos fiscais, foi de R$ 8.832 milhões

(iii) Taxa efetiva de juros

O Banco adotou a metodologia diferenciada para as operações de crédito e para as outras operações com característica de concessão de crédito classificadas como custo amortizado, aplicando-a prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2025, assim, os custos de transação e os valores recebidos passaram a ser incorporados aos instrumentos financeiros somente a partir daquela data.

Não foram adotados conceitos de materialidade nessa temática, assim, todas as receitas e custos vinculados aos ativos financeiros, independente dos valores, serão considerados na taxa efetiva de juros.

(iv) Cessação do reconhecimento de juros (*stop accrual*)

A Resolução CMN nº 2.682/1999, vigente até 31/12/2024, vedava o reconhecimento, no resultado do período, de receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentassem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal ou encargos. A Resolução CMN nº 4.966/2021 veda o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativos financeiros com problema de recuperação de crédito (estágio 3), ou seja, quando estiver em atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou de encargos, ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

(v) Contabilização de *Hedge (hedge accounting)*

O Banco aplicará os novos requerimentos de *hedge* contábil somente a partir de 1º de janeiro de 2027, conforme art. 75 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

(vi) Ajuste a valor presente de ativos financeiros reestruturados

O Banco utilizará a taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados até 31 de dezembro de 2026, conforme faculta o art. 71-A da Resolução CMN nº 4.966/2021.

(vii) Conciliação do Patrimônio Líquido – Adoção inicial da Resolução CMN 4.966/2021

Conciliação do Patrimônio Líquido	Banco Múltiplo	Consolidado
Patrimônio líquido em 31/12/2024	**180.878.517**	**190.072.748**
Ajustes decorrentes da adoção inicial, líquidos de efeitos fiscais		
Classificação e mensuração de ativos financeiros	114.182	114.182
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(8.832.022)	(8.832.022)
Outros ajustes [1]	(2.235.232)	(2.235.232)
Participação dos não controladores	**--**	**(87.858)**
Patrimônio líquido em 01/01/2025	**169.925.445**	**179.031.818**

1 - Inclui, principalmente, os ajustes de uniformização de critério contábeis efetuados nos saldos das participações em empresas controladas e controladas em conjunto.

g.2) Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021

A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central na condição de arrendadora e de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulamentação específica.

O CPC 06 (R2) abandona a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários, passando a ter um único modelo de contabilização, que consiste no reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento. A norma não obriga um arrendatário a reconhecer ativos e passivos de arrendamentos de baixos valores e de curto prazo.

Para os arrendadores, haverá mudança na contabilização das operações de arrendamento mercantil financeiro, porém sem alterar a forma de apresentação, uma vez que essas operações já são apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato, incluindo a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, em cumprimento à Resolução BCB nº 2/2020.

O Banco optou pela adoção da Resolução CMN Nº 4.975/2021 na abordagem prospectiva. Os contratos firmados ou renovados a partir de 1º de janeiro de 2025 serão reconhecidos de acordo com a nova regulamentação, de forma prospectiva, conforme facultado pelo § 5º do art. 2º da referida Resolução, não gerando impactos materiais nos ativos do Banco.

Como arrendador, o Banco possui contratos de arrendamentos financeiros por meio de sua subsidiária BB Leasing. A nova norma mantém o tratamento contábil dessas operações substancialmente inalterado.

Como arrendatário, o Banco possui acordos de arrendamentos operacionais que se referem essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática de suas operações administrativas e bancárias. De maneira geral, esses contratos possuem opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação.

Os imóveis arrendados são reconhecidos no balanço patrimonial como Ativo imobilizado – De direitos de uso e o valor a ser desembolsado referente às parcelas do arrendamento consta em Outros passivos – Passivos de arrendamento.

No cálculo do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso foram considerados os fatos e as circunstâncias relevantes para exercer ou não as opções de renovação e/ou rescisão antecipada, mensurando-os ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, utilizando como taxas de desconto as taxas incrementais representadas pelo custo das captações institucionais.

g.3) Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022

A Lei 14.467/2022 dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas (operações com atraso superior a 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos) e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou recuperação judicial.

Em relação aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, cujas perdas não foram deduzidas até aquela data e que não tenham sido recuperadas, a referida Lei estabelece que essas perdas somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um e oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (Nota 22.f) foi respaldada em estudo técnico elaborado em 30/06/2025 que considerou em suas projeções os novos critérios de dedutibilidade das perdas incorridas segundo os fatores estabelecidos com base no período de inadimplemento. Nesse estudo, foi considerada também a regra de transição descrita no artigo 6º da referida Lei para as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024.

g.4) Resolução CMN nº 5.185, de 21 de novembro de 2024

A norma altera a Resolução CMN 4.818/2020 que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Segundo a referida norma, a partir do exercício de 2026, o Banco deverá divulgar o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, adotando os pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02, como parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas anuais.

3 – Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem as disponibilidades e as aplicações financeiras prontamente conversíveis em caixa, com vencimento máximo de três meses a contar da data de aquisição, a serem utilizados em compromissos de curto prazo, e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Foram considerados os saldos das disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras.

d) Instrumentos financeiros

O Banco classifica seus instrumentos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo, além do modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pela entidade. Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de sua aquisição, originação ou emissão, isto é, na data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Classificação e reclassificação

Modelo de negócios: Refere-se a como a entidade gerencia os fluxos de caixa de seus ativos financeiros. A Administração do Banco avaliou, dentre outros fatores:

- como o desempenho do modelo de negócios e os ativos financeiros são reportados ao pessoal-chave da administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a forma como esses riscos são gerenciados; e
- como os gestores do negócio são remunerados.

Após observação, o Banco determinou o modelo de negócios para seus ativos financeiros, a fim de verificar se os fluxos de caixa resultam de:

- recebimento de fluxos de caixa contratuais;
- venda de ativos financeiros; ou
- ambos.

Características contratuais dos fluxos de caixa: O Banco analisa as características contratuais dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, a fim de verificar se esses fluxos representam somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Se os termos contratuais expõem o Banco a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa não relacionados a um acordo de empréstimo básico, o fluxo de caixa não representa somente pagamento de principal e juros. Havendo qualquer desenquadramento nessa característica, o instrumento financeiro será mensurado ao valor justo no resultado.

Somente pagamento de principal e juros: Quando os termos contratuais dos instrumentos financeiros são consistentes com um acordo de empréstimo básico, no qual se considera como valor do dinheiro no tempo, o risco de crédito, os custos da operação, a margem de lucro e outros riscos relacionados a empréstimos.

Os ativos financeiros são reclassificados quando há alterações nos modelos de negócios para a gestão dos seus fluxos de caixa, sendo que essa reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva, no primeiro dia do período subsequente ao de apuração do resultado contábil. É vedada a reclassificação de passivos financeiros.

d.1) Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração

De maneira geral, os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento (com exceção dos ativos mensurados ao valor justo no resultado) e posteriormente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo. As políticas contábeis aplicadas a cada classe de instrumentos financeiros são apresentadas a seguir:

Custo amortizado (CA) – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja receber os respectivos fluxos de caixa contratuais.

Os ativos mensurados nessa categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, adicionado aos custos de transação e avaliados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando a taxa efetiva de juros. As receitas e os encargos financeiros são registrados de acordo com o regime de competência e adicionados ao montante de principal em cada período, sendo o valor do ativo reduzido pelas amortizações de principal, além das perdas esperadas associadas ao risco de crédito. As receitas financeiras auferidas são registradas na demonstração do resultado do exercício em receitas da intermediação financeira.

Para fins de aplicação do conceito de taxa efetiva de juros às operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas nessa categoria, o Banco utiliza metodologia diferenciada para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação e aos valores recebidos na originação do instrumento, sem incorporação de critérios de materialidade.

A metodologia diferenciada consiste na:

- apropriação de receitas no resultado do período, pro rata temporis, considerando a taxa de juros contratual original; e
- apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação do instrumento financeiro de forma linear, conforme as características do contrato.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Aplicações interfinanceiras de liquidez – São constituídas por aplicações no mercado aberto (aplicações em operações compromissadas) e aplicações em depósitos interfinanceiros. Esses ativos são apresentados pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, incluindo juros, deduzido pela perda esperada, quando aplicável.

Aplicações no mercado aberto (operações compromissadas): O Banco realiza aplicações em títulos e valores mobiliários com compromisso de revenda, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de revenda são considerados operações financeiras com garantia. O ativo de operações compromissadas encontra-se subdividido em:

- revendas a liquidar – posição bancada, a qual é formada pelos títulos adquiridos com compromisso de revenda e não repassados, ou seja, não vendidos com compromisso de recompra; e
- revendas a liquidar – posição financiada, a qual compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

Operações de crédito – São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis.

O valor contábil da carteira de crédito é reduzido por uma conta redutora de perda esperada, sendo esse valor reconhecido no resultado como "Perdas esperadas associadas ao risco de crédito", que representa a estimativa da Administração quanto a perdas esperadas na carteira.

O Banco não reconhece receita de qualquer natureza ainda não recebida relativas a operações de crédito com problema de recuperação de crédito, ou seja, vencidas há mais de 90 dias ou caracterizadas dessa forma por critérios qualitativos, são apropriadas ao resultado somente quando do seu efetivo recebimento.

O reconhecimento de receitas é retomado a partir do período em que a operação de crédito deixa de ser caracterizada como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA)– Um ativo será classificado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja gerar retorno tanto pelo recebimento de seus fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios. Esses ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo adicionados os custos de transação sendo que os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos em contrapartida aos outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular, o direito de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos públicos federais, títulos de governos estrangeiros dentre outros.

Instrumentos patrimoniais – Qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade ou de um fundo de investimento, após a dedução de todos os seus passivos.

São incluídos nessa categoria os instrumentos patrimoniais de outras entidades que, no reconhecimento inicial, o Banco opta por designar de forma irrevogável, ao valor justo em outros resultados abrangentes, desde que os ativos não sejam geridos com o objetivo principal de gerar retorno pela venda do instrumento.

Valor justo no resultado (VJR)– Serão classificados nessa categoria os ativos financeiros que não atendam aos critérios de classificação das categorias anteriores. De forma geral, são mensurados nessa categoria ativos cujos fluxos de caixa contratuais não possuem característica de somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal ou quando a Administração os mantém com o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda dos ativos.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular o direito de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos públicos federais e títulos de governos estrangeiros dentre outros.

Instrumentos patrimoniais – Qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade ou de um fundo de investimento, após a dedução de todos os seus passivos.

Instrumentos financeiros derivativos – Derivativos tais como:

- swaps, contratos futuros, contratos a termo, opções e outros tipos de derivativos similares baseados na taxa de juros, na taxa de câmbio, no preço de ações e commodities e no risco de crédito. Os derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo;
- derivativos não qualificados para hedge accounting, mas que são utilizados para administrar exposição a riscos de mercado, principalmente taxa de juros, moedas e crédito; e
- derivativos contratados por solicitação de seus clientes, com o único objetivo de proteção contra os riscos inerentes às suas atividades econômicas.

d.2) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Devem ser classificados na categoria custo amortizado, exceto os derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado.

Constituem-se também em exceção para classificação como custo amortizado, os passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado; passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro; e compromissos de crédito e créditos a liberar, os quais devem ser reconhecidos e mensurados conforme disposições específicas.

Os principais passivos mensurados na categoria ao custo amortizado são:

Recursos de clientes – Formados pelos depósitos à vista, depósitos de poupança e os depósitos a prazo voluntários, que se caracterizam, em sua maior parte, em produtos sem maturidade definida.

Recursos de instituições financeiras (captações no mercado aberto) – O Banco realiza captações de recursos mediante venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de recompra são considerados operações financeiras com garantia e são contabilizados pelo seu valor de venda, acrescido dos juros incorridos.

Títulos vendidos com contrato de recompra não são baixados, já que o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade. O correspondente caixa recebido, incluindo os juros apropriados, é reconhecido como um passivo mensurado ao custo amortizado, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Banco. As captações no mercado aberto se encontram subdivididas em:

- carteira própria, a qual é composta pelos títulos com compromisso de recompra não vinculados a revendas, ou seja, os títulos da carteira própria do Banco vinculados ao mercado aberto e;
- carteira de terceiros, que compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

O Banco presta garantia financeira a clientes perante terceiros em contratos de empréstimos. Contratos de garantia financeira são os que requerem pagamentos a um credor em nome de um terceiro devedor quando este não os fizer de acordo com os termos do instrumento de dívida.

Após o reconhecimento inicial, as garantias financeiras prestadas são mensuradas pelo maior valor entre:

- a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida.

e) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros – São baixados quando:

- os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem; ou
- o ativo for transferido e a transferência se qualificar para baixa.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, o Banco continua a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

O ativo financeiro é baixado em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito quando não é provável que o Banco recupere o seu valor.

Passivos financeiros – São baixados quando a obrigação especificada no contrato expirar, for liquidada, cancelada ou extinta.

f) Instrumentos financeiros para proteção (hedge)

O Banco utiliza instrumentos derivativos para administrar exposições aos riscos de taxa de juros, de variação cambial e de crédito, inclusive exposição gerada de transações futuras e compromissos firmes. Para administrar um risco específico, o Banco aplica hedge accounting para transações que se enquadram nos critérios específicos.

No início do relacionamento de hedge, o Banco formaliza o processo por meio de documentação do relacionamento entre o item objeto de hedge e o instrumento de hedge, incluindo a natureza do risco, o objetivo e a estratégia de designar o hedge, se utilizando de instrumentos financeiros derivativos para essa finalidade. Além disso, o banco determina, avalia e acompanha, de forma contínua, a metodologia e as estratégias a serem utilizadas para apurar sua efetividade e garantir que sejam altamente efetivas, ou seja, que os instrumentos de hedge compensem, nas mesmas proporções, as variações no valor justo atribuídos aos respectivos itens objeto de hedge durante o período estabelecido para o relacionamento de hedge, com o objetivo de mitigar os fatores de risco.

A avaliação de efetividade das estruturas de hedge é feita de forma prospectiva e retrospectiva (no decorrer das operações). Para tanto, algumas metodologias são empregadas, tais como:

- Método Dollar Offset (ou Ratio Analysis), baseado na comparação da variação no valor justo do instrumento de hedge com a variação no valor justo do item objeto de hedge;
- Coeficiente de correlação entre a variação do valor presente do instrumento de hedge e as variações do valor presente do objeto hedge;
- Coeficiente beta da regressão entre o regressor (representada pela variação de valor presente do instrumento de hedge) e o regressando (representada pela variação do valor presente do objeto de hedge).

No gerenciamento de risco é esperado que os instrumentos de hedge e os objetos de hedge se movam em sentidos contrários e nas mesmas proporções, com o objetivo de mitigar os fatores de riscos. Atualmente, o índice de cobertura designado é 100% do fator de risco que seja elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte, risco de liquidação antecipada do objeto de hedge e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de hedge e o objeto de hedge.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada com base em modelos internos, incluindo fatores prospectivos que considerem a situação econômica atual e futura. O Banco utiliza a metodologia completa, com parâmetros de risco, para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a maioria dos seus instrumentos financeiros.

O Banco observa ainda os níveis de provisão estabelecidos pela regulamentação vigente para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos (ativo com atraso superior a 90 dias), sem prejuízo da constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos. Os níveis de provisão dessas operações corresponderão ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos na regulamentação, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas, sobre o valor contábil bruto do ativo.

O modelo para cálculo da perda esperada, no Banco, engloba a avaliação dos ativos financeiros em três estágios:

Estágio 1 – Operações em normalidade – Os ativos enquadrados nesse estágio são considerados operações em situação de normalidade, com atraso inferior ou igual a 30 dias, e que não tenham incorrido em aumento significativo do risco de crédito desde a contratação. Neste caso, é calculada a perda esperada considerando a probabilidade de o ativo financeiro se caracterizar como ativo financeiros com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses.

Estágio 2 – Operações com aumento significativo de risco de crédito (ASR)

Os ativos enquadrados nesse estágio apresentam atraso superior a 30 dias ou outro critério indicativo de aumento significativo no risco de crédito em relação ao apurado na alocação original do instrumento. Neste caso, a perda esperada é calculada considerando a probabilidade de o instrumento se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro.

Estágio 3 – Ativos problemáticos – Os ativos enquadrados nesse estágio são os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito, enquadrando-se, ou em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – superior a 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por indicativos que o cliente não honrará integralmente a obrigação, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. São incluídas também as operações reestruturadas. Neste caso, é calculada a perda esperada considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

Os instrumentos financeiros da mesma contraparte (carteira não varejo) são realocados para o estágio 3 quando algum instrumento financeiro dessa contraparte é caracterizado como ativo problemático, na mesma data-base do balancete em que ocorreu essa caracterização, exceto quando o instrumento financeiro, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior àquele instrumento que foi caracterizado como ativo problemático.

O estágio de enquadramento dos ativos é revisto periodicamente, considerando os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira do cliente. Poderão ocorrer migrações de operações entre os estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação.

O Banco utiliza modelos econométricos, informações qualitativas e cenários macroeconômicos prospectivos, elaborados internamente, para estimativa da perda esperada de crédito. As principais variáveis macroeconômicas usadas como insumos para projeção são o Produto Interno Bruto (PIB), taxa Selic real, taxa de câmbio e o Indicador de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). Os valores finais projetados para perda esperada de crédito consideram o conjunto de premissas, diferentes análises econométricas, análise qualitativa e julgamental.

Determinação de aumento significativo no risco de crédito – A migração do estágio 1 para o estágio 2 ocorre quando há um aumento significativo do risco (ASR) de crédito de um instrumento financeiro desde o reconhecimento inicial. O ASR compreende atrasos superiores a 30 dias, agravação acentuada dos parâmetros de risco e existência de reestruturação de outras obrigações da contraparte.

Operações renegociadas – Instrumentos provenientes de acordos que impliquem alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.

Operações reestruturadas – Instrumentos decorrentes de renegociações que, de maneira geral, impliquem concessões significativas à contraparte em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração, dentre outros casos que indiquem renegociações com risco agravado.

Descumprimento dos pagamentos contratuais – A migração para o estágio 3 ocorre quando o ativo possui atraso em seus pagamentos contratuais há mais de 90 dias, se enquadra em uma reestruturação, ou algum outro critério qualitativo (ex.: falência, insolvência civil ou recuperação judicial). Essa classificação somente se altera quando o ativo é baixado ou quando atinge o critério de cura da operação.

Cálculo da perda esperada – O cálculo da perda esperada realizado pelo Banco é uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito e, para alcançar esse resultado, é utilizado uma combinação de três parâmetros:

- Probabilidade de descumprimento;
- Perda dado o descumprimento; e
- Exposição no momento de descumprimento.

O cálculo da perda esperada utiliza-se de técnica de mensuração compatível com a natureza e a complexidade dos instrumentos financeiros, o porte, o perfil de risco e o modelo de negócios da instituição, considerando a ponderação de cenários prospectivos, de modo a antecipar potencial aumento no nível de perdas nos piores momentos do ciclo econômico, fornecendo os insumos necessários para uma gestão proativa dos riscos e negócios. A estimativa de perda esperada considera, entre outras informações:

- as características do cliente refletidas nas informações cadastrais, históricos de atrasos, situação do limite de crédito do cliente, prazo da operação (visão Lifetime), segmento do cliente e cenário macroeconômico (visão prospectiva);
- aspectos financeiros (valor do dinheiro no tempo) e a probabilidade de diferentes cenários macroeconômicos.

A apuração do risco de crédito e da perda esperada associada ao risco de crédito pode ser realizada de forma coletiva, mediante utilização de modelo adequado ao tratamento de risco de crédito por carteira. Os instrumentos financeiros podem ser agrupados por grupos homogêneos de risco, ou seja, com características semelhantes e que permitam a avaliação e a quantificação do risco de crédito de forma coletiva, considerando no mínimo:

- as características de risco de crédito da contraparte;
- as características de risco de crédito do instrumento, considerando a modalidade do instrumento e o tipo de garantias ou colaterais relacionados com o instrumento, quando existente;
- o estágio em que o instrumento está alocado;
- o atraso no pagamento de principal ou de encargos;
- o risco de crédito e a alocação em estágios de outros instrumentos da mesma contraparte; e
- os demais aspectos relevantes, a exemplo do segmento econômico e da localização geográfica da contraparte e do período de aquisição ou de originação e do prazo do instrumento, que sejam definidos na política de crédito e nos procedimentos de gestão de crédito da instituição como operações de varejo, considerando, no mínimo: o valor do instrumento; a exposição total da instituição à contraparte; e cujo gerenciamento seja realizado de forma massificada.

Probabilidade de descumprimento ("PD" – Probability of Default) – É a probabilidade de o instrumento não ser honrado pela contraparte (descumprimento) no horizonte de tempo observado. Para instrumentos financeiros que não tiverem um aumento significativo de risco de crédito, é observado o descumprimento ao longo de 12 meses (PD 12 meses). Para aqueles que tiverem aumento significativo de risco de crédito, caracterizados pela alocação nos estágios 2 ou 3, a PD é ajustada para considerar o comportamento do descumprimento pelo período contratual máximo do ativo (PD lifetime). Além disso, as PD são ajustadas, a partir de ponderações de cenários econômicos, para melhor refletir o comportamento de descumprimentos no período do exercício subsequente, levando em conta a situação econômica e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento (visão prospectiva "Forward Looking").

Perda dado o descumprimento ("LGD" – Loss Given Default) – A perda, dado o descumprimento, é uma estimativa baseada no histórico de perdas contábeis observadas ponderadas pelas respectivas taxas de descumprimento dos diferentes portifólios. Representa a proporção do valor não recuperado pelo credor frente ao valor exposto ao risco no momento do descumprimento.

A LGD é construída com base nas informações estatísticas e características das operações, entre outras, os custos de recuperação do instrumento, eventuais garantias ou colaterais, as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares e a concessão de vantagens à contraparte.

Exposição no momento de descumprimento ("EAD" - Exposure at Default) – É a estimativa de exposição da operação (saldo base) no caso de o cliente entrar em situação de descumprimento. Para os créditos a liberar, essa exposição pode ser efetiva (parte do limite já utilizada) e/ou contingente (parte do limite disponível, mas ainda não utilizada). No caso de limites não canceláveis unilateralmente, o Banco utiliza a metodologia de Fator de Conversão em Crédito (FCC), que corresponde a uma estimativa com base em observação histórica da utilização dos limites até o momento do eventual descumprimento, como forma de obter uma projeção do saldo que será utilizado pelo cliente quando o descumprimento ocorrer.

A provisão para perda esperada de crédito é determinada com base na expectativa de risco dos contratos com características semelhantes (agrupamentos de risco e produtos, setor econômico e eventuais garantias envolvidas) e a estimativa de perda futura. A visão do Banco sobre as condições econômicas atuais e futuras é incorporada na estimativa de perdas de crédito, mediante a aplicação de cenários macroeconômicos ponderados.

Níveis de provisão para perdas associadas ao risco de crédito – O Banco observa os níveis de provisões estabelecidos pela regulamentação vigente para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para ativos financeiros inadimplidos (ativo com atraso superior a 90 dias), sem prejuízo da responsabilidade da Instituição pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos. Os registros de provisão para perda incorrida (PI) e de provisão para perda esperada (PE) são realizados de forma segregada.

O Banco utiliza pontualmente análises individualizadas para avaliar o risco de crédito em certas exposições monitoradas pela Administração, que consideram aspectos relevantes do conhecimento de especialistas, com base em indicadores financeiros e aspectos qualitativos das empresas, do ambiente de negócios e dos instrumentos financeiros.

O Banco possui cálculo de perda esperada para exposições off-balance, como compromissos de empréstimos, saldos a liberar, prestação de garantias e exposições contingentes. Nesses casos, o Banco avalia a expectativa de utilização desses saldos pelo tomador. Uma conta de provisão é criada no passivo, sendo a contrapartida reconhecida no resultado do período.

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro líquido – CSLL [1]	20,00%
PIS/Pasep [2]	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins [2]	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5,00%

1 - Alíquota aplicada aos bancos, sendo que, para as demais empresas financeiras e as não financeiras dos ramos de seguros, previdência e capitalização a alíquota é de 15%. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

2 - Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.

Conforme art. 6º da Lei nº 14.467/2022, as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 e que não tinham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026, sendo permitida a opção, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretratável, por efetuar as referidas deduções, à razão de 1/120 (um cento e vinte avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

As perdas incorridas de que trata o art. 2º da Lei nº 14.467/2022 relativas ao exercício de 2025 não poderão ser deduzidas em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução. Tais perdas não deduzidas deverão ser adicionadas ao saldo das perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025, mencionadas no parágrafo anterior, e excluídas do lucro líquido à mesma razão e no mesmo prazo da dedução desse saldo, observada a opção permitida pela Lei e citada no parágrafo anterior.

i) Investimentos, imobilizado de uso e intangível

Investimentos: os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada, controlada em conjunto ou coligada.

Os fluxos de caixa referentes aos dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos são apresentados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa, sendo classificados de maneira consistente, de período a período, como decorrentes de atividades de investimento.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

Imobilizado de uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo. A depreciação do imobilizado de uso é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ágios por expectativa de rentabilidade futura são amortizados, em contrapartida ao resultado do período, de acordo com as projeções de resultado anual constantes nos estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios, e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

Os demais ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; e softwares, amortizados pelo método linear pelo prazo de vida útil a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os ativos intangíveis são ajustados por perda por desvalorização (impairment), quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras despesas administrativas.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Havendo indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.

Se o valor contábil do ativo for maior que o seu valor recuperável, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (impairment), reconhecida na Demonstração do resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Imobilizado de uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são utilizados dados de índices de mercado, testes estatísticos com base em dados de vendas de imóveis próprios e avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Equipamentos de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos equipamentos de processamento de dados relevantes, são considerados os valores praticados no mercado para bens semelhantes, substitutos ou análogos, valendo-se de fontes internas ou externas. Na impossibilidade de obtenção de dados confiáveis para estimação do preço de mercado, o Banco avalia se os benefícios futuros esperados pelo uso desses ativos ainda justificam a sua ativação pelo valor recuperável, qualificando as informações que justificam essa análise.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor ou estão integralmente depreciados e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco controla esses bens por meio de cadastro sistematizado e realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.

Intangível

Direitos de gestão de folhas de pagamento – o modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável.

Softwares – os softwares, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

Investimentos e ágio na aquisição de investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

k) Operações de arrendamento mercantil

Banco como arrendatário – O Banco possui acordos de arrendamentos operacionais que, de acordo com regulação vigente, são assim considerados:

Ativos de direito de uso - Referem-se essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática das operações administrativas e bancárias decorrentes de acordos de arrendamentos operacionais. De maneira geral, esses contratos são elaborados em condições e termos usuais de mercado, incluindo opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação se utilizando, como principais parâmetros de reajuste, os índices oficiais de inflação do País.

Passivos de arrendamento – Decorrem do direito de uso dos ativos mencionados acima e representam o valor a ser desembolsado referente às parcelas do arrendamento, descontadas por uma taxa de juros equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado os recursos necessários para obter um ativo similar ao de direito de uso, considerando um ambiente econômico, prazo e garantia semelhantes. O Banco utilizou a taxa incremental que representa o custo de suas captações institucionais equivalente a uma Letra Financeira Subordinada. Foram utilizadas taxas de descontos unificadas, considerando uma carteira de prazos e contratos semelhantes.

As parcelas contratualmente definidas são projetadas até os seus términos. Os pagamentos variáveis, atrelados a índices são remensurados quando da alteração do valor da parcela, por ocasião dos reajustes anuais nas datas de aniversário dos contratos. As cláusulas não impõem ao Banco nenhuma restrição para pagamento de dividendos, contratação de dívidas ou celebração de contratos de arrendamentos adicionais.

As despesas de juros sobre os passivos de arrendamento estão evidenciadas na Nota 26. A Nota 15 evidencia a movimentação do ativo de direito de uso. As saídas de caixa totais para arrendamentos estão informadas na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os demais itens arrendados, além dos imóveis mencionados acima, são essencialmente equipamentos, cujos contratos possuem duração de até 12 meses. Para esses itens, foi adotado o expediente prático, sendo reconhecidos como despesa numa base linear ao longo do prazo do arrendamento. As despesas decorrentes desses arrendamentos de curto prazos estão evidenciadas na Nota 26.

l) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022 e pela Resolução CMN nº 4.877/2020. As avaliações são realizadas no mínimo semestralmente, podendo ser em periodicidade inferior quando aplicável.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1), sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. E, conforme previsão normativa, esses efeitos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido não devem ser reclassificados para o resultado em períodos subsequentes.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes

O Banco constitui provisões quando as condições mostram que:

- o Banco possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados;
- for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e
- o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas:

- sua natureza e complexidade;
- o andamento dos processos;
- a opinião dos advogados do Banco; e
- a experiência do Banco com processos similares.

Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera:

- a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e
- a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

n) Ativos mantidos para venda

Investimentos mantidos para venda

Referem-se aos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto que o Banco espera realizá-los pela sua venda, estejam disponíveis para venda imediata e sua alienação seja altamente provável. A partir do momento em que o Banco decide vendê-los, esses ativos são mensurados pelo menor valor entre:

- o valor contábil líquido, deduzidas as provisões para perdas por redução ao valor recuperável; e
- o valor justo, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil líquido do ativo e o valor justo líquido de despesas de venda é reconhecida no resultado do período.

Ativos não financeiros mantidos para venda

São aqueles não abrangidos no conceito de ativo financeiro, conforme regulamentação específica. Referem-se principalmente aos imóveis não de uso recebidos em liquidação de operações de créditos de difícil ou duvidosa solução.

São reconhecidos inicialmente nas adequadas rubricas contábeis, conforme o prazo esperado de venda, na data do seu recebimento pelo Banco, sendo avaliados pelo menor valor entre:

- o valor contábil bruto da respectiva operação de crédito de difícil ou duvidosa solução; e
- o valor justo do bem, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução, líquido de provisões, e o valor justo é reconhecida no resultado do período

o) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

p) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

q) Conversão de operações em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Grupo (exceto para o Banco do Brasil Americas e o Banco Patagonia).

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior seguem os critérios contábeis vigentes no Brasil e são convertidas para o Real, preliminarmente à aplicação do método de equivalência patrimonial, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.817/2020.

As investidas no exterior que possuem o Real como a moeda funcional tem suas demonstrações contábeis convertidas com base nos saldos diários de cada subtítulo contábil, considerando a variação diária da taxa de câmbio, e seus efeitos são reconhecidos em contrapartida ao resultado da investida.

Para as investidas no exterior que possuem moeda funcional diferente do Real, os ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do respectivo balancete ou balanço e as receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média do período, e seus efeitos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido da investidora.

r) Resultados não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. As informações do resultado recorrente e não recorrente constam da Nota 32.

4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. Desse modo, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Periodicamente, o Banco revisa a composição da carteira de instrumentos financeiros de forma a avaliar se perdas esperadas devem ser reconhecidas. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas e julgamentos. Esse processo inclui a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas da prestação de garantias de contratos não registrados no balanço patrimonial (off-balance), além de compromissos de crédito firmados (limites concedidos e ainda não utilizados pelos clientes), o Banco constitui provisão para perdas esperadas, apenas para os compromissos de crédito e créditos a liberar não canceláveis, sendo este valor reconhecido como passivo em contrapartida com o resultado do período.

A perda esperada busca identificar as perdas que acontecerão nos próximos 12 meses ou que ocorrerão durante a vida da operação, considerando visão prospectiva, englobando a avaliação dos instrumentos financeiros em 3 estágios, sendo sujeitos a análises quantitativas e qualitativas para o devido enquadramento.

O estágio de enquadramento é revisto sistematicamente considerando os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças das características dos instrumentos e suas garantias e das informações comportamentais do cliente, que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito, realizado por meio de cenários econômicos prospectivos. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo e premissas utilizadas pelo Banco para avaliação de perdas associadas ao risco de crédito, assim como os valores quantitativos registrados a título de perda esperada associada ao risco de crédito, podem ser obtidas nas Notas 3.g, 9, 10, 12, 13 e 20.

b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: (i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e (ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização.

A determinação do valor recuperável na avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros requer que a Administração exerça julgamentos e adote premissas. Essas estimativas são baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas.

c) Impostos sobre os lucros

As receitas geradas pelo Banco estão sujeitas ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nestas demonstrações contábeis.

d) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pelo Banco que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes;
- mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- alterações nas taxas de juros;
- mudanças nos índices de inflação;
- processos ou disputas judiciais adversas;
- riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento;
- mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- mudanças nas condições econômicas internas e externas.

e) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com o CPC 33 (R1). A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam:

- taxas de juros assumidas;
- tábuas de mortalidade;
- índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;
- índice de inflação de preços;
- índice anual de reajustes salariais; e
- método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

Alterações nesses pressupostos podem ter um impacto significativo sobre os valores determinados.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R$ 1 milhão. O método massificado contempla todos os processos, independentemente da avaliação realizada pelos assessores jurídicos.

Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes de mensuração individualizada classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

5 – Aquisições, vendas e reestruturações societárias

Não ocorreram aquisições, vendas e reestruturações societárias relevantes no período.

6 – Informações por segmento

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se ainda o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços. Essas informações são preparadas com base em relatórios internos de gestão (Consolidado Gerencial), os quais são revisados regularmente pela Administração.

As operações do Banco são substancialmente realizadas no país e estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de atividades econômicas tais como consórcios e outros serviços, que foram agregadas em Outros segmentos.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas controladas (Nota 2). Não há receitas ou despesas nem ativos ou passivos comuns alocados entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações entre segmentos são eliminadas na coluna Eliminações intersegmentos e são realizadas em condições e taxas compatíveis com os praticados com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da instituição.

a) Segmento bancário

Resultado obtido preponderantemente no Brasil em grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas em conjunto. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de underwriting de renda fixa e variável.

c) Segmento de gestão de recursos

Composto essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguros, previdência e capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de meios de pagamento

Composto pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros segmentos

Compreende os segmentos de consórcios e outros serviços, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática.

g) Informações sobre clientes externos por região geográfica

	1º Semestre/2025	
	Brasil	Exterior
Receitas com clientes externos	**160.942.179**	**3.017.898**
Receitas da intermediação financeira	**134.251.801**	**1.898.949**
Carteira de crédito	79.643.410	(2.112.559)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	16.373.999	1.070.185
Títulos e valores mobiliários	30.415.684	3.318.259
Instrumentos financeiros derivativos	(2.345.290)	(85.453)
Aplicações compulsórias	4.499.632	--
Outros ativos financeiros	5.664.366	(291.483)
Outras receitas	**26.690.378**	**1.118.949**
Receitas de prestação de serviços	16.307.960	807.261
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	3.882.645	--
Demais receitas	6.499.773	311.688
Ativo não-circulante[1]	**45.128.785**	**331.163**

1 - Exceto instrumentos financeiros, impostos diferidos ativos e ativos de benefício pós-emprego.

As receitas auferidas no exterior foram originadas principalmente em operações realizadas pelas dependências localizadas na América do Sul.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Informações gerenciais por segmento reconciliadas com o contábil

	1º Semestre/2025							
	Informações Gerenciais por Segmento							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado
Receitas da intermediação financeira	**135.763.492**	**375.470**	**182.985**	**115.516**	**223.976**	**384.144**	**(894.833)**	**136.150.750**
Carteira de crédito	77.537.548	--	--	--	--	--	(6.697)	77.530.851
Aplicações interfinanceiras de liquidez	17.563.784	177	156.850	--	223.838	387.671	(888.136)	17.444.184
Títulos e valores mobiliários	33.194.243	401.101	26.472	115.516	138	(3.527)	--	33.733.943
Instrumentos financeiros derivativos	(2.404.935)	(25.808)	--	--	--	--	--	(2.430.743)
Aplicações compulsórias	4.499.632	--	--	--	--	--	--	4.499.632
Outros ativos financeiros	5.373.220	--	(337)	--	--	--	--	5.372.883
Despesas da intermediação financeira	**(86.147.651)**	**(127.897)**	**--**	**--**	**--**	**(365.172)**	**1.280.935**	**(85.359.785)**
Recursos de instituições financeiras	(31.193.440)	(127.897)	--	--	--	(5.847)	1.280.935	(30.046.249)
Recursos de clientes	(34.939.940)	--	--	--	--	--	--	(34.939.940)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(18.429.019)	--	--	--	--	(359.325)	--	(18.788.344)
Outras despesas de captação	(1.585.252)	--	--	--	--	--	--	(1.585.252)
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**(28.938.929)**	**(23.520)**	**--**	**--**	**--**	**(79.161)**	**--**	**(29.041.610)**
Outras receitas	**17.271.137**	**368.413**	**1.997.281**	**5.813.402**	**847.788**	**3.477.687**	**(1.966.381)**	**27.809.327**
Receitas de prestação de serviços	10.313.750	251.175	1.991.892	2.808.164	22.181	2.704.897	(976.838)	17.115.221
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	550.035	13.340	--	2.596.201	723.069	--	--	3.882.645
Demais receitas	6.407.352	103.898	5.389	409.037	102.538	772.790	(989.543)	6.811.461
Outras despesas	**(32.512.724)**	**(111.665)**	**(312.849)**	**(615.062)**	**(75.025)**	**(1.787.433)**	**1.580.279**	**(33.834.479)**
Despesas de pessoal	(12.742.250)	(20.447)	(80.257)	(47.830)	(2.424)	(309.567)	3.108	(13.199.667)
Outras despesas administrativas	(5.742.705)	(26.190)	(46.727)	(44.295)	(624)	(202.340)	961.814	(5.101.067)
Amortização	(1.305.739)	--	--	(59)	--	(2.240)	--	(1.308.038)
Depreciação	(884.546)	--	--	--	--	(45.627)	--	(930.173)
Despesas tributárias	(3.446.961)	(37.543)	(142.075)	(352.399)	(20.964)	(375.618)	--	(4.375.560)
Demais despesas	(8.390.523)	(27.485)	(43.790)	(170.479)	(51.013)	(852.041)	615.357	(8.919.974)
Provisões	**(5.781.925)**	**(20.019)**	**(1.475)**	**(2.969)**	**(43)**	**(8.374)**	**--**	**(5.814.805)**
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(5.769.259)	(20.019)	(1.475)	(2.969)	(43)	(8.374)	--	(5.802.139)
Outras	(12.666)	--	--	--	--	--	--	(12.666)
Resultado antes dos tributos e participações	**(346.600)**	**460.782**	**1.865.942**	**5.310.887**	**996.696**	**1.621.691**	**--**	**9.909.398**
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.303.158	(198.117)	(744.255)	(920.981)	(88.349)	(521.578)	--	2.829.878
Participação de empregados e administradores no lucro	(1.264.635)	(727)	(1.296)	--	--	(6.657)	--	(1.273.315)
Participação dos não controladores	(266.746)	--	--	(1.393.137)	--	1.271	--	(1.658.612)
Lucro líquido	**3.425.177**	**261.938**	**1.120.391**	**2.996.769**	**908.347**	**1.094.727**	**--**	**9.807.349**
Saldos patrimoniais								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	292.682.108	7	2.612.775	7.072.012	3.154.847	8.448.220	(22.973.890)	290.996.079
Títulos e valores mobiliários	601.825.287	1.564.753	534.552	1.900.242	648	623.096	(119.854)	606.328.724
Carteira de crédito	1.231.273.691	--	--	--	--	--	(189.496)	1.231.084.195
Investimentos	28.615.315	1.209.999	--	8.420.161	3.963.478	--	(22.550.497)	19.658.456
Demais Ativos	283.268.952	1.173.817	529.793	3.524.006	3.789.975	8.122.924	(10.993.574)	289.415.893
Total do ativo	**2.437.665.353**	**3.948.576**	**3.677.120**	**20.916.421**	**10.908.948**	**17.194.240**	**(56.827.311)**	**2.437.483.347**
Passivo	**2.256.288.012**	**3.136.944**	**2.247.492**	**10.996.413**	**222.891**	**14.210.577**	**(33.167.981)**	**2.253.934.348**
Recursos de clientes	880.430.655	--	--	--	--	--	(73.450)	880.357.205
Recursos de instituições financeiras	746.402.050	2.042.512	--	--	--	189.496	(23.163.386)	725.470.672
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	354.649.957	--	--	--	--	9.196.345	--	363.846.302
Provisões	33.040.739	138.382	34.274	56.747	416	447.053	(5.730)	33.711.881
Demais Passivos	241.764.611	956.050	2.213.218	10.939.666	222.475	4.377.683	(9.925.415)	250.548.288
Patrimônio líquido	**181.377.341**	**811.632**	**1.429.628**	**9.920.008**	**10.686.057**	**2.983.663**	**(23.659.330)**	**183.548.999**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.437.665.353**	**3.948.576**	**3.677.120**	**20.916.421**	**10.908.948**	**17.194.240**	**(56.827.311)**	**2.437.483.347**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

7 – Caixa e equivalentes de caixa

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Disponibilidades	**22.076.151**	**24.468.455**
Disponibilidades em moeda nacional	12.802.529	12.805.355
Disponibilidades em moeda estrangeira	9.273.622	11.663.100
Depósitos no Banco Central do Brasil	**2.999.999**	**2.999.999**
Aplicações voluntárias no Banco Central	2.999.999	2.999.999
Aplicações interfinanceiras de liquidez [1]	**38.133.400**	**37.466.809**
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	--	330.028
Aplicações em depósitos interfinanceiros	38.131.497	37.136.781
Aplicações em moeda estrangeira	1.903	--
Total	**63.209.550**	**64.935.263**

1 - Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

8 – Depósitos no Banco Central do Brasil

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Depósitos a prazo	51.533.385	51.533.385
Depósitos de poupança	42.913.262	42.913.262
Depósitos à vista	19.155.327	19.155.327
Conta de pagamento instantâneo	6.308.995	6.308.995
Aplicações voluntárias no Banco Central	2.999.999	2.999.999
Depósitos de moeda eletrônica	184.277	184.277
Total	**123.095.245**	**123.095.245**

b) Resultado das aplicações compulsórias

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Exigibilidade sobre recursos a prazo	2.848.811	2.848.811
Depósitos de poupança	1.650.821	1.650.821
Total	**4.499.632**	**4.499.632**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

9 - Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Aplicações no mercado aberto	**239.847.517**	**240.206.746**
Revendas a liquidar - posição bancada	**1.035.532**	**1.724.765**
Títulos Públicos Federais - no país	--	330.003
Títulos de Responsabilidade da União no exterior	1.035.532	1.173.127
Outros títulos no exterior	--	221.635
Revendas a liquidar - posição financiada	**238.811.985**	**238.481.981**
Títulos Públicos Federais - no país	238.811.985	238.481.981
Aplicações em depósitos interfinanceiros [1]	**48.162.546**	**50.789.333**
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez	**288.010.063**	**290.996.079**
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	**(17.150)**	**(38.106)**
Perda esperada em aplicações em depósitos interfinanceiros	(16.473)	(16.473)
Perda esperada em aplicações no mercado aberto	(677)	(21.633)
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez líquida de perdas esperadas	**287.992.913**	**290.957.973**

1 - Inclui no Consolidado o montante de R$ 5.159.898 mil referente a aplicações no exterior determinadas pelas autoridades monetárias locais.

b) Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Rendas de aplicações no mercado aberto	**20.149.939**	**20.169.781**
Posição financiada	20.096.599	20.096.599
Posição bancada	53.340	73.182
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	**1.684.142**	**1.674.366**
Variação cambial	**(4.399.963)**	**(4.399.963)**
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez	**17.434.118**	**17.444.184**
Perda esperada em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.164)	(11.212)
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	**17.432.954**	**17.432.972**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Estágios

30/06/2025	Banco Múltiplo			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações no mercado aberto	239.847.517	--	--	239.847.517
Aplicações em depósitos interfinanceiros	48.162.546	--	--	48.162.546
Total	**288.010.063**	**--**	**--**	**288.010.063**
Perda esperada em aplicações interfinanceiras de liquidez	(17.150)	--	--	(17.150)
Saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez	**287.992.913**	**--**	**--**	**287.992.913**

30/06/2025	Consolidado			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações no mercado aberto	240.206.746	--	--	240.206.746
Aplicações em depósitos interfinanceiros	50.789.333	--	--	50.789.333
Total	**290.996.079**	**--**	**--**	**290.996.079**
Perda esperada em aplicações interfinanceiras de liquidez	(38.106)	--	--	(38.106)
Saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez	**290.957.973**	**--**	**--**	**290.957.973**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

10 – Títulos e valores mobiliários

a) Classificação contábil dos títulos e valores mobiliários

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Valor justo no resultado	4.263.522	7.246.828
Valor justo em outros resultados abrangentes	543.418.073	553.080.685
Custo amortizado	36.002.132	46.001.211
Total	**583.683.727**	**606.328.724**
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários	(50.315)	(747.260)
Total líquido	**583.633.412**	**605.581.464**

b) Valor justo no resultado (VJR)

Banco Múltiplo	30/06/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	**4.235.700**	**27.722**	**(3.119)**	**4.260.303**
Títulos públicos federais	3.796.009	24.614	--	3.820.623
Títulos privados de entidades não financeiras	439.691	3.108	(3.119)	439.680
Instrumentos de patrimônio	**1**	**99**	**--**	**100**
Cotas de fundos de investimento	1	99	--	100
Total	**4.235.701**	**27.821**	**(3.119)**	**4.260.403**

Consolidado	30/06/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	**6.202.444**	**216.748**	**(34.956)**	**6.384.236**
Títulos públicos federais	3.992.374	25.072	--	4.017.446
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	235.771	70.967	--	306.738
Títulos privados de instituições financeiras	42.425	267	--	42.692
Títulos privados de entidades não financeiras	1.931.874	120.442	(34.956)	2.017.360
Instrumentos de patrimônio	**759.085**	**68.551**	**--**	**827.636**
Ações	139.085	75	--	139.160
Cotas de fundos de investimento e outros títulos	620.000	68.476	--	688.476
Total	**6.961.529**	**285.299**	**(34.956)**	**7.211.872**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA)

Banco Múltiplo	30/06/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	**545.361.988**	**(4.027.579)**	**(11.869)**	**541.322.540**
Títulos públicos federais	532.872.546	(3.849.923)	--	529.022.623
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	4.166.313	(82.346)	(3.482)	4.080.485
Títulos privados de instituições financeiras	5.198.721	37.207	(5.821)	5.230.107
Títulos privados de entidades não financeiras	3.124.408	(132.517)	(2.566)	2.989.325
Instrumentos de patrimônio [1]	**1.807.754**	**275.910**	**--**	**2.083.664**
Ações	113.910	125.846	--	239.756
Cotas de fundos de investimento	1.693.844	150.064	--	1.843.908
Total	**547.169.742**	**(3.751.669)**	**(11.869)**	**543.406.204**

1 - Instrumentos financeiros para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.

Consolidado	30/06/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	**554.905.542**	**(4.036.956)**	**(199.852)**	**550.668.734**
Títulos públicos federais	533.076.151	(3.880.098)	--	529.196.053
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	7.249.451	(53.453)	(148.457)	7.047.541
Títulos privados de instituições financeiras	5.211.219	37.358	(5.960)	5.242.617
Títulos privados de entidades não financeiras	9.368.721	(140.763)	(45.435)	9.182.523
Instrumentos de patrimônio [1]	**1.869.712**	**342.387**	**--**	**2.212.099**
Ações	147.665	111.177	--	258.842
Cotas de fundos de investimento	1.722.047	231.210	--	1.953.257
Total	**556.775.254**	**(3.694.569)**	**(199.852)**	**552.880.833**

1 - Instrumentos financeiros para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.

d) Custo amortizado

Banco Múltiplo	30/06/2025				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida	**10.083.421**	**25.918.711**	**--**	**--**	**36.002.132**
Títulos públicos federais	--	2.828.634	--	--	2.828.634
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	10.056.052	23.090.077	--	--	33.146.129
Títulos privados de entidades não financeiras	27.369	--	--	--	27.369
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	(13.276)	(22.051)	--	--	(35.327)
Total	**10.070.145**	**25.896.660**	**--**	**--**	**35.966.805**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	30/06/2025				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida	**13.642.578**	**32.358.633**	**--**	**--**	**46.001.211**
Títulos públicos federais	1.597.014	3.609.088	--	--	5.206.102
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	12.007.869	28.749.545	--	--	40.757.414
Títulos privados de instituições financeiras	10.326	--	--	--	10.326
Títulos privados de entidades não financeiras	27.369	--	--	--	27.369
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	(94.308)	(418.144)	--	--	(512.452)
Total	**13.548.270**	**31.940.489**	**--**	**--**	**45.488.759**

e) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários, líquida das perdas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Carteira própria	179.076.372	214.372.446
Vinculados a compromissos de recompra	385.185.379	371.590.938
Vinculados a prestação de garantia	19.371.661	19.618.080
Total	**583.633.412**	**605.581.464**

f) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Títulos de renda fixa	28.353.855	28.745.957
Títulos de renda variável	--	1.123
Títulos e valores mobiliários no exterior	2.106.876	4.720.030
Aplicações em fundos de investimentos	34	24.343
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários	78.862	172.092
Variação cambial	70.727	70.398
Resultado com títulos e valores mobiliários	**30.610.354**	**33.733.943**
(Perdas)/reversões com títulos e valores mobiliários	405.042	325.874
Resultado líquido com títulos e valores mobiliários	**31.015.396**	**34.059.817**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Instrumentos de dívida classificados por estágios

Banco Múltiplo	30/06/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor justo no resultado	**4.230.212**	**--**	**5.488**	**4.235.700**
Títulos públicos federais	3.796.009	--	--	3.796.009
Títulos privados de entidades não financeiras	434.203	--	5.488	439.691
Valor justo em outros resultados abrangentes	**543.799.652**	**1.562.194**	**142**	**545.361.988**
Títulos públicos federais	532.872.546	--	--	532.872.546
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	2.604.119	1.562.194	--	4.166.313
Títulos privados de instituições financeiras	5.198.721	--	--	5.198.721
Títulos privados de entidades não financeiras	3.124.266	--	142	3.124.408
Custo amortizado	**36.002.132**	**--**	**--**	**36.002.132**
Títulos públicos federais	2.828.634	--	--	2.828.634
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	33.146.129	--	--	33.146.129
Títulos privados de entidades não financeiras	27.369	--	--	27.369
Perdas esperadas	**(44.369)**	**(3.463)**	**(2.483)**	**(50.315)**
Total	**583.987.627**	**1.558.731**	**3.147**	**585.549.505**

Consolidado	30/06/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor justo no resultado	**6.064.878**	**35.955**	**101.611**	**6.202.444**
Títulos públicos federais	3.992.374	--	--	3.992.374
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	199.816	35.955	--	235.771
Títulos privados de instituições financeiras	42.425	--	--	42.425
Títulos privados de entidades não financeiras	1.830.263	--	101.611	1.931.874
Valor justo em outros resultados abrangentes	**550.525.406**	**4.368.470**	**11.666**	**554.905.542**
Títulos públicos federais	533.076.151	--	--	533.076.151
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	2.886.650	4.362.801	--	7.249.451
Títulos privados de instituições financeiras	5.211.219	--	--	5.211.219
Títulos privados de entidades não financeiras	9.351.386	5.669	11.666	9.368.721
Custo amortizado	**38.389.926**	**7.611.285**	**--**	**46.001.211**
Títulos públicos federais	5.206.102	--	--	5.206.102
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	33.146.129	7.611.285	--	40.757.414
Títulos privados de instituições financeiras	10.326	--	--	10.326
Títulos privados de entidades não financeiras	27.369	--	--	27.369
Perdas esperadas	**(83.801)**	**(626.528)**	**(36.931)**	**(747.260)**
Total	**594.896.409**	**11.389.182**	**76.346**	**606.361.937**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Movimentação entre os estágios dos títulos e valores mobiliários

Banco Múltiplo	30/06/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025 [1]	**444.775.593**	**1.716.753**	**306.170**	**446.798.516**
Transferidos para o estágio 1	--	--	(10)	(10)
Oriundos do estágio 3	10	--	--	10
Outras movimentações [2]	139.256.393	(154.559)	(300.530)	138.801.304
Saldo em 30/06/2025	**584.031.996**	**1.562.194**	**5.630**	**585.599.820**

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.
2 – Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.

Consolidado	30/06/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025 [1]	**458.273.964**	**14.410.466**	**319.247**	**473.003.677**
Transferidos para o estágio 1	--	--	(10)	(10)
Transferidos para o estágio 3	(95.993)	--	--	(95.993)
Oriundos do estágio 1	--	--	95.993	95.993
Oriundos do estágio 3	10	--	--	10
Outras movimentações [2]	136.802.229	(2.394.756)	(301.953)	134.105.520
Saldo em 30/06/2025	**594.980.210**	**12.015.710**	**113.277**	**607.109.197**

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.
2 – Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.

i) Movimentação entre os estágios das perdas com títulos e valores mobiliários

Banco Múltiplo	1º Semestre/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025 [1]	**(81.877)**	**(156.752)**	**(61.387)**	**(300.016)**
Outras movimentações [2]	37.508	153.289	58.904	249.701
Saldo em 30/06/2025	**(44.369)**	**(3.463)**	**(2.483)**	**(50.315)**

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.
2 – Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.

Consolidado	1º Semestre/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025 [1]	**(121.911)**	**(995.023)**	**(65.619)**	**(1.182.553)**
Transferidos para o estágio 3	--	--	(30.718)	(30.718)
Oriundos do estágio 1	30.718	--	--	30.718
Outras movimentações [2]	7.392	368.495	59.406	435.293
Saldo em 30/06/2025	**(83.801)**	**(626.528)**	**(36.931)**	**(747.260)**

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.
2 – Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

j) Movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Banco Múltiplo	1º Semestre/2025				
	Saldo em 01/01/2025 [1]	(Constituição)/ Reversão	Baixas	Variação cambial	Saldo em 30/06/2025
Valor justo no resultado	(3.813)	694	--	--	(3.119)
Valor justo em outros resultados abrangentes	(274.087)	231.069	--	31.149	(11.869)
Custo amortizado	(22.116)	173.279	(186.490)	--	(35.327)
Total	**(300.016)**	**405.042**	**(186.490)**	**31.149**	**(50.315)**

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Consolidado	1º Semestre/2025				
	Saldo em 01/01/2025 [1]	(Constituição)/ Reversão	Baixas	Variação cambial	Saldo em 30/06/2025
Valor justo no resultado	(12.130)	(22.826)	--	--	(34.956)
Valor justo em outros resultados abrangentes	(518.070)	210.328	--	107.890	(199.852)
Custo amortizado	(652.353)	138.372	(186.475)	188.004	(512.452)
Total	**(1.182.553)**	**325.874**	**(186.475)**	**295.894**	**(747.260)**

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

11 – Instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	30/06/2025			30/06/2025		
	Custo	Ganhos/ (perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/ (perdas)	Valor Justo
Ativo						
Operações a termo[1]	2.521.755	(173.255)	2.348.500	2.525.277	(173.088)	2.352.189
Opções	959.292	(187.033)	772.259	959.292	(187.033)	772.259
Swap	1.697.731	485.525	2.183.256	1.697.731	485.525	2.183.256
Outros derivativos [2]	269.390	15.031	284.421	257.609	15.119	272.728
Total	**5.448.168**	**140.268**	**5.588.436**	**5.439.909**	**140.523**	**5.580.432**
Passivo						
Operações a termo[1]	(3.195.855)	483.062	(2.712.793)	(3.199.000)	482.960	(2.716.040)
Opções	(1.164.255)	385.432	(778.823)	(1.164.255)	385.432	(778.823)
Swap	(1.168.262)	(66.792)	(1.235.054)	(1.168.262)	(66.792)	(1.235.054)
Outros derivativos [2]	(657.213)	(36.072)	(693.285)	(657.213)	(36.072)	(693.285)
Total	**(6.185.585)**	**765.630**	**(5.419.955)**	**(6.188.730)**	**765.528**	**(5.423.202)**

1 – Inclui os contratos de câmbio, por se tratarem de operações a termo de moedas.

2 - Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (non deliverable forward).

Os derivativos são instrumentos financeiros que atendem cumulativamente às seguintes características:

(i) seus valores se alteram em decorrência das mudanças de uma variável subjacente (taxa de câmbio, taxa de juros, índices de preços, preço de uma commodity etc.);
(ii) não é necessário qualquer desembolso inicial ou o desembolso inicial é menor do que seria exigido para outros tipos de contratos onde seria esperada uma resposta semelhante às mudanças nos fatores de mercado; e
(iii) o instrumento financeiro é liquidado numa data futura.

Os instrumentos financeiros derivativos detidos ou mantidos pelo Banco são, essencialmente, transacionados com o propósito de negociação, sendo essas transações associadas, em sua maior parte, a acordos com seus clientes. O Banco pode também tomar posições com a expectativa de lucro, levando-se em consideração variações favoráveis em preços, taxas ou índices.

Dessa forma, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições, administrar risco de crédito e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de valor justo e de investimento no exterior) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Banco são compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos. No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 30. As operações de hedge contábil se propõem a mitigar riscos de mercado, tais como variações em taxas de juros e variações em taxas de câmbio.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos. O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos. As estratégias são elaboradas com base em: análise de cenários econômicos; análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista; simulação de resultados esperados; simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Os objetivos a serem alcançados com as operações de hedge são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de hedge com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado, no fluxo de caixa ou na variação cambial do item objeto de hedge.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada. O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.

O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando um intervalo de confiança de 99,21%, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis.

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.

Os quadros a seguir demonstram a composição da carteira de derivativos por tipo de risco com seus valores de referência, assim como os seus respectivos valores de mercado, e a composição da carteira de derivativos por prazos de vencimento de seus valores de referência.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2025		30/06/2025	
	Valor de referência	Valor Justo	Valor de referência	Valor justo
Contratos de Futuros				
Compromissos de Compra	**47.839.927**	**--**	**48.043.045**	**--**
Risco de moedas	26.749.063	--	26.749.063	--
Risco de taxa de juros	20.978.024	--	21.181.142	--
Outros riscos	112.840	--	112.840	--
Compromissos de Venda	**20.661.111**	**--**	**20.665.859**	**--**
Risco de taxa de juros	13.786.126	--	13.786.126	--
Risco de moedas	2.776.586	--	2.781.334	--
Outros riscos	4.098.399	--	4.098.399	--
Contratos de operações a termo [1]				
Posição Ativa	**24.514.723**	**2.348.500**	**24.738.998**	**2.352.189**
Risco de taxa de juros	351.118	21.100	351.118	21.100
Risco de moedas	22.133.952	1.315.759	22.358.227	1.319.448
Outros riscos	2.029.653	1.011.641	2.029.653	1.011.641
Posição Passiva	**38.324.885**	**(2.712.793)**	**38.355.578**	**(2.716.040)**
Risco de taxa de juros	2.334.798	(217.902)	2.334.798	(217.902)
Risco de moedas	35.605.116	(2.178.841)	35.635.809	(2.182.088)
Outros riscos	384.971	(316.050)	384.971	(316.050)
Contratos de opções				
Posição comprada	**28.399.501**	**772.259**	**28.399.501**	**772.259**
Risco de moedas	28.387.801	771.526	28.387.801	771.526
Outros riscos	11.700	733	11.700	733
Posição vendida	**28.355.529**	**(778.823)**	**28.355.529**	**(778.823)**
Risco de moedas	27.686.666	(763.512)	27.686.666	(763.512)
Risco de taxa de juros	3.071	(11)	3.071	(11)
Outros riscos	665.792	(15.300)	665.792	(15.300)
Contratos de swap				
Posição ativa	**38.953.645**	**2.183.256**	**38.953.645**	**2.183.256**
Risco de taxa de juros	25.637.433	1.571.234	25.637.433	1.571.234
Risco de moedas	13.316.212	612.022	13.316.212	612.022
Posição passiva	**14.617.310**	**(1.235.054)**	**14.617.310**	**(1.235.054)**
Risco de taxa de juros	5.436.027	(415.429)	5.436.027	(415.429)
Risco de moedas	9.181.283	(819.625)	9.181.283	(819.625)
Outros contratos de derivativos[2]				
Posição ativa	**4.273.495**	**284.421**	**3.806.394**	**272.728**
Risco de moedas	4.273.495	284.421	3.806.394	272.728
Posição passiva	**10.644.142**	**(693.285)**	**10.644.142**	**(693.285)**
Risco de moedas	10.644.142	(693.285)	10.644.142	(693.285)

1 - Inclui os contratos de câmbio, por se tratarem de operações a termo de moedas.

2 - Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (non deliverable forward)

.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor nocional)

Valor de referência – Posição ativa	Banco Múltiplo					Consolidado				
Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30/06/2025	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30/06/2025
Contratos de futuros	6.378.562	20.289.907	10.839.226	10.332.232	47.839.927	6.581.680	20.289.907	10.839.226	10.332.232	48.043.045
Contratos de operações a termo	6.099.072	11.596.422	4.874.498	1.944.731	24.514.723	6.323.347	11.596.422	4.874.498	1.944.731	24.738.998
Contratos de opções	1.392.777	8.243.905	12.450.583	6.312.236	28.399.501	1.392.777	8.243.905	12.450.583	6.312.236	28.399.501
Contratos de swap	5.739.400	3.951.151	6.540.662	22.722.432	38.953.645	5.739.400	3.951.151	6.540.662	22.722.432	38.953.645
Outros contratos de derivativos	1.267.305	2.000.600	927.481	78.109	4.273.495	1.037.018	1.763.786	927.481	78.109	3.806.394

Valor de referência – Posição passiva	Banco Múltiplo					Consolidado				
Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30/06/2025	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30/06/2025
Contratos de futuros	3.500.731	4.355.049	7.090.412	5.714.919	20.661.111	3.505.479	4.355.049	7.090.412	5.714.919	20.665.859
Contratos de operações a termo	6.463.454	15.831.492	10.924.147	5.105.792	38.324.885	6.494.147	15.831.492	10.924.147	5.105.792	38.355.578
Contratos de opções	1.442.319	9.272.497	11.223.759	6.416.954	28.355.529	1.442.319	9.272.497	11.223.759	6.416.954	28.355.529
Contratos de swap	899.744	1.507.830	1.254.649	10.955.087	14.617.310	899.744	1.507.830	1.254.649	10.955.087	14.617.310
Outros contratos de derivativos	2.660.536	6.132.199	1.736.909	114.498	10.644.142	2.660.536	6.132.199	1.736.909	114.498	10.644.142

c) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor nocional)

	Banco Múltiplo					Consolidado				
	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros
Bolsa										
B3	65.801.260	--	15.102.750	--	--	65.801.260	--	15.102.750	--	--
Exterior	2.699.778	--	--	--	--	2.907.644	--	--	--	--
Balcão										
Instituições financeiras	--	6.552.521	--	31.858.583	14.917.637	-	6.552.749	--	31.858.583	14.450.536
Clientes	--	56.287.087	41.652.280	21.712.372	--	--	56.541.827	41.652.280	21.712.372	--

d) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Letras Financeiras do Tesouro	14.318.335	14.318.335

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Contratos de futuro	1.311.144	1.294.121
Contratos de operações a termo	(4.512.269)	(4.514.447)
Contratos de opções	(1.553.665)	(1.553.665)
Contratos de swap	2.420.165	2.420.165
Outros derivativos	(31.420)	(76.917)
Total	**(2.366.045)**	**(2.430.743)**

f) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

O Banco realiza estruturas de Hedge de valor de mercado e de Hedge de investimento líquido no exterior com o objetivo de gerenciar o risco de taxa de juros e o risco cambial apresentados por operações próprias. O Banco documenta a identificação do item objeto de hedge, do instrumento de hedge e a metodologia a ser utilizada para avaliar a sua efetividade desde a concepção da estrutura de hedge contábil.

A estrutura de limites de risco estende-se em nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão, bem como evitar a concentração desses riscos.

As estruturas designadas para as categorias de risco de taxa de juros e risco cambial são realizadas considerando os riscos em sua totalidade, quando existem instrumentos de hedge compatíveis. Por decisão da Administração, em alguns casos, os riscos são protegidos pelo prazo e limite de fator de risco do instrumento de hedge.

Para proteger o valor justo e o risco cambial dos instrumentos designados como objeto de hedge, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos (Contratos futuros e swaps).

No início do relacionamento de hedge e de forma contínua, o Banco avalia e acompanha as estratégias para garantir que sejam altamente efetivas, ou seja, os instrumentos de hedge compensem as variações no valor justo atribuídos aos respectivos itens objeto de hedge durante o período estabelecido para o relacionamento de hedge.

A avaliação de efetividade das estruturas de hedge é feita de forma prospectiva e retrospectiva (no decorrer das operações). Para tanto, algumas metodologias são empregadas, tais como:

- Método Dollar Offset (ou Ratio Analysis), baseado na comparação da variação no valor justo do instrumento de hedge com a variação no valor justo do item objeto de hedge;
- Coeficiente de correlação entre a variação do valor presente do instrumento de hedge e as variações do valor presente do objeto de hedge; e
- Coeficiente beta da regressão entre o regressor (representada pela variação de valor presente do instrumento de hedge) e o regressando (representada pela variação do valor presente do objeto de hedge).

No gerenciamento de risco é esperado que os instrumentos de hedge e os objetos de hedge se movam em sentidos contrários e nas mesmas proporções, com o objetivo de mitigar os fatores de riscos. Atualmente, o índice de cobertura designado é 100% do fator de risco que seja elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte, risco de liquidação antecipada do objeto de hedge e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de hedge e o objeto de hedge.

f.1) Hedge de valor de mercado

A estratégia de hedge de valor de mercado do Banco consiste em proteger a exposição à variação no valor justo em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão de valor justo adotada pelo Banco segrega as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial, risco de taxa de juros, risco de inflação etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do valor justo no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swap de taxa de juros, relativos a ativos e passivos pré-fixados.

O Banco aplica o hedge de valor de mercado como segue:

- O Banco possui uma carteira ativa de crédito na modalidade de Crédito Direto do Consumidor (CDC) pré-fixada. Para gerenciar este risco, são contratadas operações de futuros de juros (DI) e designadas como hedge de valor mercado dos créditos correspondente, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada;

- O Banco possui risco de taxas de juros e exposição de moeda estrangeira gerada por emissões de títulos e aplicações interfinanceiras realizadas em dependência no exterior. Para gerenciar este risco, designa operações de swap (cross currency interest rate swap) como instrumento de proteção em estrutura de hedge contábil, trocando exposição entre moedas estrangeiras e taxas de juros; e

- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por operações de emissões de títulos. Para gerenciar esse risco, contrata swap de juros e os designa como instrumento de hedge em uma estrutura de hedge contábil, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada.

Composição da carteira de derivativos designados para hedge de valor de mercado

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Instrumentos de hedge [1]		
Ativo	**2.187.615**	**2.187.615**
Contratos de swap	2.187.615	2.187.615
Passivo	**(617.583)**	**(617.583)**
Contratos de swap	(568.085)	(568.085)
Contratos de futuro	(49.498)	(49.498)
Itens objeto de hedge		
Ativo	**2.790.702**	**2.790.702**
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.741.200	2.741.200
Operações de crédito	49.502	49.502
Passivo	**(4.345.846)**	**(4.345.846)**
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(4.345.846)	(4.345.846)

1 – Refere-se ao valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos.

Em estruturas de proteção de valor de mercado, os ganhos ou perdas, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os itens objeto de hedge (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente no resultado.

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Ganhos/(perdas) dos itens objeto de hedge	(330.152)	(330.152)
(Perdas)/ganhos dos instrumentos de hedge	325.687	325.687
Efeito líquido	(4.465)	(4.465)

f.2) Hedge de investimento líquido no exterior

A estratégia de hedge de investimento líquido no exterior consiste em proteger a exposição à variação cambial do dólar norte-americano frente ao real devido ao investimento do Banco no BB Américas, cuja moeda funcional é diferente do real. O instrumento de hedge utilizado é o contrato futuro de dólar norte-americano. Essas operações são renovadas mensalmente e o montante designado é atualizado no máximo a cada seis meses tendo em vista a alteração do montante do investimento considerado na estrutura de hedge.

Carteira de derivativos designados para hedge de investimento líquido no exterior

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Instrumentos de hedge		
Passivo	**(1.587.283)**	**(1.587.283)**
Contrato de futuro	(1.587.283)	(1.587.283)
Itens objeto de hedge		
Ativo	**1.584.559**	**1.584.559**
Investimento líquido no exterior	1.584.559	1.584.559

Em estruturas de proteção de investimento líquido no exterior, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido sob a rubrica de "Outros resultados abrangentes – Hedge de investimento líquido no exterior" (Nota 23.h). A parcela não efetiva é reconhecida diretamente no resultado.

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Ganhos/(perdas) dos itens objeto de hedge	(219.018)	(219.018)
(Perdas)/ganhos dos instrumentos de hedge	219.018	219.018
Efeito líquido [1]	**--**	**--**

1 – No 1º semestre/2025 foi reconhecido um ganho de R$ 4.053 mil no resultado de instrumentos financeiros derivativos devido à parcela não efetiva da estrutura de hedge contábil.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

12 – Carteira de crédito

a) Carteira de crédito por modalidade

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Operações de crédito	**989.181.798**	**1.008.762.954**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	379.772.944	388.328.708
Financiamentos	193.796.419	195.002.683
Financiamentos rurais	363.777.946	363.777.946
Financiamentos imobiliários	51.736.766	61.555.894
Operações de crédito vinculadas a cessão [1]	97.723	97.723
Outros créditos com características de concessão de crédito	**219.313.258**	**221.390.191**
Títulos com características de concessão de crédito	120.128.447	120.128.447
Operações com cartão de crédito	55.019.495	57.096.428
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	28.826.594	28.826.594
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [2]	6.765.204	6.765.204
Diversos	8.573.518	8.573.518
Operações de arrendamento mercantil	**--**	**931.050**
Total da carteira de crédito	**1.208.495.056**	**1.231.084.195**
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**(88.843.363)**	**(89.248.016)**
Perdas esperadas com operações de crédito	(81.798.652)	(82.129.853)
Perdas esperadas com outros créditos com características de concessão de crédito	(7.044.711)	(7.104.321)
Perdas esperadas com arrendamento mercantil	--	(13.842)
Total da carteira de crédito líquida de perdas	**1.119.651.693**	**1.141.836.179**

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.
2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Resultado da carteira de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Resultado de operações de crédito	**88.126.408**	**90.596.197**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	41.699.669	43.589.299
Financiamentos rurais	16.613.109	16.613.109
Financiamentos	11.209.833	11.241.729
Títulos com características de concessão de crédito	8.109.493	8.109.493
Recuperação de créditos baixados como prejuízo [1]	3.104.118	3.279.560
Equalização de taxas – safra agrícola – Lei nº 8.427/1992	3.262.346	3.262.346
Financiamentos imobiliários	2.454.025	2.826.846
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	958.554	958.554
Diversos	715.261	715.261
Resultado de arrendamento mercantil	**--**	**86.242**
Resultado de venda ou transferência de ativos financeiros [2]	**179.277**	**179.277**
Ajuste de hedge de valor justo da carteira de crédito	**3.035**	**3.035**
Variação cambial da carteira de crédito	**(13.334.960)**	**(13.333.900)**
Total	**74.973.760**	**77.530.851**

1 - Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R$ 630.856 mil no 1º Semestre/2025 (com impacto no resultado de R$ 346.971 mil, líquido de tributos). O valor da carteira cedida era de R$ 2.668.165 mil.

2 - Inclui despesas no montante de R$ 339.571 mil (R$ 186.764 mil, líquido de tributos) no 1º Semestre/2025, oriundas de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001. As referidas cessões geraram impacto positivo de R$ 76.218 mil no 1º Semestre/2025, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. O valor contábil bruto dessas operações era de R$ 502.166 mil.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2025	%	30/06/2025	%
Setor público	**96.684.824**	**8,0**	**96.684.824**	**7,9**
Administração pública	74.883.390	6,2	74.883.390	6,1
Petroleiro	19.431.136	1,6	19.431.136	1,6
Serviços	694.684	0,1	694.684	0,1
Energia Elétrica	16.219	--	16.219	--
Demais atividades	1.659.395	0,1	1.659.395	0,1
Setor privado	**1.111.810.232**	**92,0**	**1.134.399.371**	**92,1**
Pessoa física	**712.518.991**	**59,0**	**720.593.876**	**58,5**
Pessoa jurídica	**399.291.241**	**33,0**	**413.805.495**	**33,6**
Agronegócio de origem vegetal	57.201.591	4,7	57.568.557	4,7
Serviços	49.579.874	4,1	52.699.795	4,3
Energia elétrica	27.503.569	2,3	27.545.554	2,2
Mineração e metalurgia	24.989.912	2,1	25.708.890	2,1
Automotivo	22.457.943	1,9	24.290.502	2,0
Transportes	21.765.642	1,8	22.205.031	1,8
Agronegócio de origem animal	19.712.367	1,6	20.217.833	1,6
Combustíveis	18.980.942	1,6	19.349.742	1,6
Comércio varejista	18.185.446	1,5	18.647.858	1,5
Químico	17.073.725	1,4	17.364.614	1,4
Insumos agrícolas	17.151.250	1,4	17.160.632	1,4
Atividades específicas da construção	15.502.301	1,3	15.539.944	1,2
Eletroeletrônico	14.959.686	1,2	15.082.553	1,2
Imobiliário	11.589.816	1,0	13.637.463	1,1
Instituições e serviços financeiros	10.630.016	0,9	11.749.591	1,0
Comércio atacadista e indústrias diversas	10.358.642	0,8	11.731.868	1,0
Papel e celulose	10.233.539	0,8	10.484.541	0,9
Têxtil e confecções	9.558.252	0,7	9.644.858	0,8
Madeireiro e moveleiro	6.661.839	0,6	6.689.937	0,5
Construção pesada	5.816.819	0,5	6.420.497	0,5
Telecomunicações	5.533.281	0,5	5.939.686	0,5
Demais atividades	3.844.789	0,3	4.125.549	0,3
Total	**1.208.495.056**	**100,0**	**1.231.084.195**	**100,0**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Classificação por carteiras de provisão e prazos de vencimento

	Banco Múltiplo					
	C1	C2	C3	C4	C5	30/06/2025
Operações em curso normal						
Parcelas vincendas						
01 a 30	742.736	3.276.029	36.744.962	2.856.697	44.948.205	88.568.629
31 a 60	611.819	3.290.269	29.976.096	1.533.860	12.395.676	47.807.720
61 a 90	797.059	2.715.121	27.649.687	1.296.747	9.197.630	41.656.244
91 a 180	2.784.499	6.820.666	71.483.257	3.543.005	21.383.504	106.014.931
181 a 360	5.454.453	13.888.613	96.422.240	6.022.809	31.025.508	152.813.623
Acima de 360	105.812.404	98.174.782	267.160.496	41.487.234	187.091.101	699.726.017
Parcelas vencidas						
Até 14 dias	282.341	717.963	3.695.328	7.277	452.184	5.155.093
Subtotal	**116.485.311**	**128.883.443**	**533.132.066**	**56.747.629**	**306.493.808**	**1.141.742.257**
Operações em curso anormal						
Parcelas vincendas						
01 a 30	11.296	90.122	429.601	782	330.076	861.877
31 a 60	10.867	77.304	349.573	725	297.856	736.325
61 a 90	11.198	75.215	316.999	1.055	298.374	702.841
91 a 180	34.179	211.745	927.347	3.967	871.130	2.048.368
181 a 360	70.039	547.988	3.304.121	6.766	1.650.054	5.578.968
Acima de 360	3.517.044	2.727.128	8.944.523	14.285	10.671.659	25.874.639
Parcelas vencidas						
01 a 14	7.027	38.981	493.692	334	96.694	636.728
15 a 30	126.795	84.557	1.347.206	1.056	636.771	2.196.385
31 a 60	116.157	227.839	2.681.776	1.127	933.643	3.960.542
61 a 90	73.164	192.716	2.915.280	1.405	904.094	4.086.659
91 a 180	146.722	317.686	3.931.861	6.411	2.721.595	7.124.275
181 a 360	106.357	516.664	6.016.567	21.092	3.665.859	10.326.539
Acima de 360	38.324	332.226	1.694.559	10.737	542.807	2.618.653
Subtotal	**4.269.169**	**5.440.171**	**33.353.105**	**69.742**	**23.620.612**	**66.752.799**
Total	**120.754.480**	**134.323.614**	**566.485.171**	**56.817.371**	**330.114.420**	**1.208.495.056**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Consolidado					
	C1	C2	C3	C4	C5	30/06/2025
Operações em curso normal						
Parcelas vincendas						
01 a 30	742.736	3.395.452	37.469.655	2.856.697	50.743.872	95.208.412
31 a 60	611.819	3.327.484	29.940.351	1.533.860	12.688.343	48.101.857
61 a 90	797.059	2.747.926	27.650.613	1.296.747	9.455.322	41.947.667
91 a 180	2.784.499	6.946.946	71.618.909	3.543.005	22.073.603	106.966.962
181 a 360	5.454.453	14.108.448	96.495.127	6.022.809	32.126.286	154.207.123
Acima de 360	105.812.404	99.580.730	276.031.617	41.487.234	189.058.674	711.970.659
Parcelas vencidas						
Até 14 dias	282.341	718.977	3.910.478	7.277	505.905	5.424.978
Subtotal	**116.485.311**	**130.825.963**	**543.116.750**	**56.747.629**	**316.652.005**	**1.163.827.658**
Operações em curso anormal						
Parcelas vincendas						
01 a 30	11.296	90.369	429.601	782	330.076	862.124
31 a 60	10.867	77.548	349.573	725	297.856	736.569
61 a 90	11.198	75.455	316.999	1.055	298.374	703.081
91 a 180	34.179	212.448	927.347	3.967	871.130	2.049.071
181 a 360	70.039	549.277	3.304.121	6.766	1.650.055	5.580.258
Acima de 360	3.517.044	2.729.766	8.944.523	14.285	10.671.659	25.877.277
Parcelas vencidas						
01 a 14	7.027	39.141	493.692	334	96.694	636.888
15 a 30	126.795	84.855	1.472.819	1.056	706.202	2.391.727
31 a 60	116.157	228.189	2.767.986	1.127	981.255	4.094.714
61 a 90	73.164	193.033	2.923.881	1.405	931.133	4.122.616
91 a 180	146.722	318.530	3.945.586	6.411	2.775.916	7.193.165
181 a 360	106.357	518.250	6.042.677	21.092	3.696.644	10.385.020
Acima de 360	38.324	332.882	1.696.863	10.737	545.221	2.624.027
Subtotal	**4.269.169**	**5.449.743**	**33.615.668**	**69.742**	**23.852.215**	**67.256.537**
Total	**120.754.480**	**136.275.706**	**576.732.418**	**56.817.371**	**340.504.220**	**1.231.084.195**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Carteira de crédito e perdas esperadas por estágios

30/06/2025	Banco Múltiplo							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	**859.046.955**	**(7.743.280)**	**38.832.629**	**(9.545.619)**	**91.302.214**	**(64.509.753)**	**989.181.798**	**(81.798.652)**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	314.419.723	(3.476.352)	14.793.915	(4.469.140)	50.559.306	(37.171.787)	379.772.944	(45.117.279)
Financiamentos	185.983.716	(372.256)	2.018.692	(380.421)	5.794.011	(4.626.507)	193.796.419	(5.379.184)
Financiamentos rurais	314.896.253	(3.866.826)	18.589.057	(4.672.504)	30.292.636	(21.481.597)	363.777.946	(30.020.927)
Financiamentos imobiliários	43.650.976	(27.844)	3.429.863	(23.554)	4.655.927	(1.229.834)	51.736.766	(1.281.232)
Operações de crédito vinculadas a cessão [1]	96.287	(2)	1.102	--	334	(28)	97.723	(30)
Outros créditos com características de concessão de crédito	**205.423.129**	**(738.544)**	**3.042.382**	**(471.124)**	**10.847.747**	**(5.835.043)**	**219.313.258**	**(7.044.711)**
Títulos com características de concessão de crédito	110.107.816	(270.896)	817.740	(198.342)	9.202.891	(4.691.204)	120.128.447	(5.160.442)
Operações com cartão de crédito	52.705.630	(395.154)	2.006.503	(238.919)	307.362	(199.438)	55.019.495	(833.511)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	27.575.831	(50.119)	166.669	(16.985)	1.084.094	(738.944)	28.826.594	(806.048)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [2]	6.765.204	(11.665)	--	--	--	--	6.765.204	(11.665)
Diversos	8.268.648	(10.710)	51.470	(16.878)	253.400	(205.457)	8.573.518	(233.045)
Total da carteira de crédito	**1.064.470.084**	**(8.481.824)**	**41.875.011**	**(10.016.743)**	**102.149.961**	**(70.344.796)**	**1.208.495.056**	**(88.843.363)**

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.
2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

30/06/2025	Consolidado							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	**878.176.611**	**(7.931.205)**	**39.102.209**	**(9.573.445)**	**91.484.134**	**(64.625.203)**	**1.008.762.954**	**(82.129.853)**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	322.685.813	(3.506.145)	14.949.541	(4.489.405)	50.693.354	(37.258.719)	388.328.708	(45.254.269)
Financiamentos	187.128.579	(374.671)	2.060.047	(384.917)	5.814.057	(4.638.119)	195.002.683	(5.397.707)
Financiamentos rurais	314.896.253	(3.866.826)	18.589.057	(4.672.504)	30.292.636	(21.481.597)	363.777.946	(30.020.927)
Financiamentos imobiliários	53.369.679	(183.561)	3.502.462	(26.619)	4.683.753	(1.246.740)	61.555.894	(1.456.920)
Operações de crédito vinculadas a cessão [1]	96.287	(2)	1.102	--	334	(28)	97.723	(30)
Outros créditos com características de concessão de crédito	**207.370.797**	**(761.924)**	**3.149.045**	**(492.721)**	**10.870.349**	**(5.849.676)**	**221.390.191**	**(7.104.321)**
Títulos com características de concessão de crédito	110.107.816	(270.896)	817.740	(198.342)	9.202.891	(4.691.204)	120.128.447	(5.160.442)
Operações com cartão de crédito	54.653.298	(418.534)	2.113.166	(260.516)	329.964	(214.071)	57.096.428	(893.121)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	27.575.831	(50.119)	166.669	(16.985)	1.084.094	(738.944)	28.826.594	(806.048)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [2]	6.765.204	(11.665)	--	--	--	--	6.765.204	(11.665)
Diversos	8.268.648	(10.710)	51.470	(16.878)	253.400	(205.457)	8.573.518	(233.045)
Operações de arrendamento mercantil	**910.518**	**(2.996)**	**9.691**	**(501)**	**10.841**	**(10.345)**	**931.050**	**(13.842)**
Total da carteira de crédito	**1.086.457.926**	**(8.696.125)**	**42.260.945**	**(10.066.667)**	**102.365.324**	**(70.485.224)**	**1.231.084.195**	**(89.248.016)**

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.
2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Movimentação entre os estágios da carteira de crédito por modalidades

Estágio 1

Banco Múltiplo	01/01/2025 [1]	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/06/2025
Operações de crédito	**851.291.251**	**31.828.127**	**(13.139.563)**	**(10.932.860)**	**--**	**859.046.955**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	306.906.792	16.251.113	(4.845.863)	(3.892.319)	--	314.419.723
Financiamentos	180.345.260	6.820.234	(957.532)	(224.246)	--	185.983.716
Financiamentos rurais	320.344.031	8.831.225	(7.339.390)	(6.939.613)	--	314.896.253
Financiamentos imobiliários	43.588.835	(64.703)	3.276	123.568	--	43.650.976
Operações de crédito vinculadas a cessão [2]	106.333	(9.742)	(54)	(250)	--	96.287
Outros créditos com características de concessão de crédito	**212.802.824**	**(5.865.802)**	**(1.789.772)**	**275.879**	**--**	**205.423.129**
Títulos com características de concessão de crédito	105.393.112	5.886.635	(637.609)	(534.322)	--	110.107.816
Operações com cartão de crédito	53.424.254	1.033.589	(1.091.899)	(660.314)	--	52.705.630
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	31.123.116	(3.364.092)	(60.071)	(123.122)	--	27.575.831
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [3]	9.455.006	(2.689.802)	--	--	--	6.765.204
Diversos	13.407.336	(6.732.132)	(193)	1.593.637	--	8.268.648
Total da carteira de crédito	**1.064.094.075**	**25.962.325**	**(14.929.335)**	**(10.656.981)**	**--**	**1.064.470.084**

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.
2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.
3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 2

Banco Múltiplo	01/01/2025 [1]	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/06/2025
Operações de crédito	**35.775.315**	**2.630.421**	**13.139.563**	**(12.712.670)**	**--**	**38.832.629**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	14.585.212	2.035.954	4.845.863	(6.673.114)	--	14.793.915
Financiamentos	1.555.775	(123.680)	957.532	(370.935)	--	2.018.692
Financiamentos rurais	15.843.531	653.429	7.339.390	(5.247.293)	--	18.589.057
Financiamentos imobiliários	3.789.685	64.782	(3.276)	(421.328)	--	3.429.863
Operações de crédito vinculadas a cessão [2]	1.112	(64)	54	--	--	1.102
Outros créditos com características de concessão de crédito	**2.365.614**	**(314.710)**	**1.789.772**	**(798.294)**	**--**	**3.042.382**
Títulos com características de concessão de crédito	509.277	(92.142)	637.609	(237.004)	--	817.740
Operações com cartão de crédito	1.676.945	(218.488)	1.091.899	(543.853)	--	2.006.503
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	146.398	(31.254)	60.071	(8.546)	--	166.669
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [3]	--	--	--	--	--	--
Diversos	32.994	27.174	193	(8.891)	--	51.470
Total da carteira de crédito	**38.140.929**	**2.315.711**	**14.929.335**	**(13.510.964)**	**--**	**41.875.011**

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.
2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.
3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 3

Banco Múltiplo	01/01/2025 [1]	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	30/06/2025
Operações de crédito	**80.112.628**	**3.847.062**	**10.932.860**	**12.712.670**	**(16.303.006)**	**91.302.214**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	47.832.232	2.322.945	3.892.319	6.673.114	(10.161.304)	50.559.306
Financiamentos	7.623.720	(26.409)	224.246	370.935	(2.398.481)	5.794.011
Financiamentos rurais	20.427.844	1.347.996	6.939.613	5.247.293	(3.670.110)	30.292.636
Financiamentos imobiliários	4.228.675	202.603	(123.568)	421.328	(73.111)	4.655.927
Operações de crédito vinculadas a cessão [2]	157	(73)	250	--	--	334
Outros créditos com características de concessão de crédito	**14.261.855**	**(359.526)**	**(275.879)**	**798.294**	**(3.576.997)**	**10.847.747**
Títulos com características de concessão de crédito	9.210.390	(574.690)	534.322	237.004	(204.135)	9.202.891
Operações com cartão de crédito	308.160	1.315.660	660.314	543.853	(2.520.625)	307.362
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.971.557	(230.307)	123.122	8.546	(788.824)	1.084.094
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [3]	--	--	--	--	--	--
Diversos	2.771.748	(870.189)	(1.593.637)	8.891	(63.413)	253.400
Total da carteira de crédito	**94.374.483**	**3.487.536**	**10.656.981**	**13.510.964**	**(19.880.003)**	**102.149.961**

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.
2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.
3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 1

Consolidado	01/01/2025 [1]	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/06/2025
Operações de crédito	**870.685.079**	**31.723.218**	**(13.250.378)**	**(10.981.308)**	**--**	**878.176.611**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	315.597.669	15.941.341	(4.919.533)	(3.933.664)	--	322.685.813
Financiamentos	181.258.492	7.077.721	(975.072)	(232.562)	--	187.128.579
Financiamentos rurais	320.344.031	8.831.225	(7.339.390)	(6.939.613)	--	314.896.253
Financiamentos imobiliários	53.378.554	(117.327)	(16.329)	124.781	--	53.369.679
Operações de crédito vinculadas a cessão [2]	106.333	(9.742)	(54)	(250)	--	96.287
Outros créditos com características de concessão de crédito	**215.093.116**	**(6.142.385)**	**(1.844.682)**	**264.748**	**--**	**207.370.797**
Títulos com características de concessão de crédito	105.393.112	5.886.635	(637.609)	(534.322)	--	110.107.816
Operações com cartão de crédito	55.714.546	757.006	(1.146.809)	(671.445)	--	54.653.298
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	31.123.116	(3.364.092)	(60.071)	(123.122)	--	27.575.831
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [3]	9.455.006	(2.689.802)	--	--	--	6.765.204
Diversos	13.407.336	(6.732.132)	(193)	1.593.637	--	8.268.648
Operações de arrendamento mercantil	**654.239**	**269.390**	**(12.813)**	**(298)**	**--**	**910.518**
Total da carteira de crédito	**1.086.432.434**	**25.850.223**	**(15.107.873)**	**(10.716.858)**	**--**	**1.086.457.926**

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.
2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.
3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 2

Consolidado	01/01/2025 [1]	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/06/2025
Operações de crédito	**35.984.052**	**2.602.418**	**13.250.378**	**(12.734.639)**	**--**	**39.102.209**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	14.684.903	2.032.674	4.919.533	(6.687.569)	--	14.949.541
Financiamentos	1.568.358	(106.936)	975.072	(376.447)	--	2.060.047
Financiamentos rurais	15.843.531	653.429	7.339.390	(5.247.293)	--	18.589.057
Financiamentos imobiliários	3.886.148	23.315	16.329	(423.330)	--	3.502.462
Operações de crédito vinculadas a cessão [2]	1.112	(64)	54	--	--	1.102
Outros créditos com características de concessão de crédito	**2.422.460**	**(318.102)**	**1.844.682**	**(799.995)**	**--**	**3.149.045**
Títulos com características de concessão de crédito	509.277	(92.142)	637.609	(237.004)	--	817.740
Operações com cartão de crédito	1.733.791	(221.880)	1.146.809	(545.554)	--	2.113.166
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	146.398	(31.254)	60.071	(8.546)	--	166.669
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [3]	--	--	--	--	--	--
Diversos	32.994	27.174	193	(8.891)	--	51.470
Operações de arrendamento mercantil	**1.611**	**(3.526)**	**12.813**	**(1.207)**	**--**	**9.691**
Total da carteira de crédito	**38.408.123**	**2.280.790**	**15.107.873**	**(13.535.841)**	**--**	**42.260.945**

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.
2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.
3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 3

Consolidado	01/01/2025 [1]	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	30/06/2025
Operações de crédito	**80.208.186**	**3.880.758**	**10.981.308**	**12.734.639**	**(16.320.757)**	**91.484.134**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	47.874.972	2.373.802	3.933.664	6.687.569	(10.176.653)	50.693.354
Financiamentos	7.625.210	(19.496)	232.562	376.447	(2.400.666)	5.814.057
Financiamentos rurais	20.427.844	1.347.996	6.939.613	5.247.293	(3.670.110)	30.292.636
Financiamentos imobiliários	4.280.003	178.529	(124.781)	423.330	(73.328)	4.683.753
Operações de crédito vinculadas a cessão [2]	157	(73)	250	--	--	334
Outros créditos com características de concessão de crédito	**14.269.585**	**(353.992)**	**(264.748)**	**799.995**	**(3.580.491)**	**10.870.349**
Títulos com características de concessão de crédito	9.210.390	(574.690)	534.322	237.004	(204.135)	9.202.891
Operações com cartão de crédito	315.890	1.321.194	671.445	545.554	(2.524.119)	329.964
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.971.557	(230.307)	123.122	8.546	(788.824)	1.084.094
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [3]	--	--	--	--	--	--
Diversos	2.771.748	(870.189)	(1.593.637)	8.891	(63.413)	253.400
Operações de arrendamento mercantil	**9.992**	**(656)**	**298**	**1.207**	**--**	**10.841**
Total da carteira de crédito	**94.487.763**	**3.526.110**	**10.716.858**	**13.535.841**	**(19.901.248)**	**102.365.324**

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.
2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.
3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Movimentação entre os estágios das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Estágio 1

Banco Múltiplo	01/01/2025 [1]	Contratação/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/06/2025
Operações de crédito	**4.583.365**	**1.722.239**	**(28.769)**	**1.466.445**	**--**	**7.743.280**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	2.592.867	(243.231)	15.365	1.111.351	--	3.476.352
Financiamentos	324.007	(56.239)	(8.534)	113.022	--	372.256
Financiamentos rurais	1.579.702	2.152.492	(48.328)	182.960	--	3.866.826
Financiamentos imobiliários	86.784	(130.780)	12.728	59.112	--	27.844
Operações de crédito vinculadas a cessão [2]	5	(3)	--	--	--	2
Outros créditos com características de concessão de crédito	**632.191**	**(703.549)**	**(34.681)**	**844.583**	**--**	**738.544**
Títulos com características de concessão de crédito	218.625	(126.986)	(14.231)	193.488	--	270.896
Operações com cartão de crédito	327.500	93.326	(19.990)	(5.682)	--	395.154
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	38.285	290	(459)	12.003	--	50.119
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [3]	28.324	(16.659)	--	--	--	11.665
Diversos	19.457	(653.520)	(1)	644.774	--	10.710
Total da carteira de crédito	**5.215.556**	**1.018.690**	**(63.450)**	**2.311.028**	**--**	**8.481.824**

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.
2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.
3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 2

Banco Múltiplo	01/01/2025 [1]	Contratação/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/06/2025
Operações de crédito	**7.914.198**	**5.191.941**	**28.769**	**(3.589.289)**	**--**	**9.545.619**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	3.707.310	2.830.295	(15.365)	(2.053.100)	--	4.469.140
Financiamentos	295.414	178.556	8.534	(102.083)	--	380.421
Financiamentos rurais	3.606.449	2.431.824	48.328	(1.414.097)	--	4.672.504
Financiamentos imobiliários	305.022	(248.731)	(12.728)	(20.009)	--	23.554
Operações de crédito vinculadas a cessão [2]	3	(3)	--	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	**368.609**	**237.124**	**34.681**	**(169.290)**	**--**	**471.124**
Títulos com características de concessão de crédito	137.243	111.982	14.231	(65.114)	--	198.342
Operações com cartão de crédito	206.016	112.739	19.990	(99.826)	--	238.919
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	19.636	(1.920)	459	(1.190)	--	16.985
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [3]	--	--	--	--	--	--
Diversos	5.714	14.323	1	(3.160)	--	16.878
Total da carteira de crédito	**8.282.807**	**5.429.065**	**63.450**	**(3.758.579)**	**--**	**10.016.743**

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.
2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.
3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 3

Banco Múltiplo	01/01/2025 [1]	Contratação/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	30/06/2025
Operações de crédito	**59.812.834**	**18.877.081**	**(1.466.445)**	**3.589.289**	**(16.303.006)**	**64.509.753**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	36.409.230	9.982.112	(1.111.351)	2.053.100	(10.161.304)	37.171.787
Financiamentos	5.899.670	1.136.257	(113.022)	102.083	(2.398.481)	4.626.507
Financiamentos rurais	14.768.507	9.152.063	(182.960)	1.414.097	(3.670.110)	21.481.597
Financiamentos imobiliários	2.735.427	(1.393.379)	(59.112)	20.009	(73.111)	1.229.834
Operações de crédito vinculadas a cessão [2]	--	28	--	--	--	28
Outros créditos com características de concessão de crédito	**6.806.810**	**3.280.523**	**(844.583)**	**169.290**	**(3.576.997)**	**5.835.043**
Títulos com características de concessão de crédito	4.290.454	733.259	(193.488)	65.114	(204.135)	4.691.204
Operações com cartão de crédito	227.807	2.386.748	5.682	99.826	(2.520.625)	199.438
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.508.642	29.939	(12.003)	1.190	(788.824)	738.944
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [3]	--	--	--	--	--	--
Diversos	779.907	130.577	(644.774)	3.160	(63.413)	205.457
Total da carteira de crédito	**66.619.644**	**22.157.604**	**(2.311.028)**	**3.758.579**	**(19.880.003)**	**70.344.796**

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.
2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.
3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 1

Consolidado	01/01/2025 [1]	Contratação/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/06/2025
Operações de crédito	**4.871.363**	**1.625.221**	**(29.770)**	**1.464.391**	**--**	**7.931.205**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	2.611.245	(231.208)	15.319	1.110.789	--	3.506.145
Financiamentos	324.733	(54.627)	(8.437)	113.002	--	374.671
Financiamentos rurais	1.579.702	2.152.492	(48.328)	182.960	--	3.866.826
Financiamentos imobiliários	355.678	(241.433)	11.676	57.640	--	183.561
Operações de crédito vinculadas a cessão [2]	5	(3)	--	--	--	2
Outros créditos com características de concessão de crédito	**660.459**	**(709.615)**	**(33.381)**	**844.461**	**--**	**761.924**
Títulos com características de concessão de crédito	218.625	(126.986)	(14.231)	193.488	--	270.896
Operações com cartão de crédito	355.768	87.260	(18.690)	(5.804)	--	418.534
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	38.285	290	(459)	12.003	--	50.119
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [3]	28.324	(16.659)	--	--	--	11.665
Diversos	19.457	(653.520)	(1)	644.774	--	10.710
Operações de arrendamento mercantil	**3.108**	**(122)**	**13**	**(3)**	**--**	**2.996**
Total da carteira de crédito	**5.534.930**	**915.484**	**(63.138)**	**2.308.849**	**--**	**8.696.125**

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.
2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.
3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 2

Consolidado	01/01/2025 [1]	Contratação/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/06/2025
Operações de crédito	**7.914.728**	**5.221.915**	**29.770**	**(3.592.968)**	**--**	**9.573.445**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	3.709.207	2.851.130	(15.319)	(2.055.613)	--	4.489.405
Financiamentos	296.463	182.712	8.437	(102.695)	--	384.917
Financiamentos rurais	3.606.449	2.431.824	48.328	(1.414.097)	--	4.672.504
Financiamentos imobiliários	302.606	(243.748)	(11.676)	(20.563)	--	26.619
Operações de crédito vinculadas a cessão [2]	3	(3)	--	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	**380.460**	**248.431**	**33.381**	**(169.551)**	**--**	**492.721**
Títulos com características de concessão de crédito	137.243	111.982	14.231	(65.114)	--	198.342
Operações com cartão de crédito	217.867	124.046	18.690	(100.087)	--	260.516
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	19.636	(1.920)	459	(1.190)	--	16.985
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [3]	--	--	--	--	--	--
Diversos	5.714	14.323	1	(3.160)	--	16.878
Operações de arrendamento mercantil	**230**	**478**	**(13)**	**(194)**	**--**	**501**
Total da carteira de crédito	**8.295.418**	**5.470.824**	**63.138**	**(3.762.713)**	**--**	**10.066.667**

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.
2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.
3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 3

Consolidado	01/01/2025 [1]	Contratação/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	30/06/2025
Operações de crédito	**59.769.569**	**19.047.814**	**(1.464.391)**	**3.592.968**	**(16.320.757)**	**64.625.203**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	36.388.955	10.101.593	(1.110.789)	2.055.613	(10.176.653)	37.258.719
Financiamentos	5.897.896	1.151.196	(113.002)	102.695	(2.400.666)	4.638.119
Financiamentos rurais	14.768.507	9.152.063	(182.960)	1.414.097	(3.670.110)	21.481.597
Financiamentos imobiliários	2.714.211	(1.357.066)	(57.640)	20.563	(73.328)	1.246.740
Operações de crédito vinculadas a cessão [2]	--	28	--	--	--	28
Outros créditos com características de concessão de crédito	**6.810.303**	**3.294.774**	**(844.461)**	**169.551**	**(3.580.491)**	**5.849.676**
Títulos com características de concessão de crédito	4.290.454	733.259	(193.488)	65.114	(204.135)	4.691.204
Operações com cartão de crédito	231.300	2.400.999	5.804	100.087	(2.524.119)	214.071
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.508.642	29.939	(12.003)	1.190	(788.824)	738.944
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [3]	--	--	--	--	--	--
Diversos	779.907	130.577	(644.774)	3.160	(63.413)	205.457
Operações de arrendamento mercantil	**9.829**	**319**	**3**	**194**	**--**	**10.345**
Total da carteira de crédito	**66.589.701**	**22.342.907**	**(2.308.849)**	**3.762.713**	**(19.901.248)**	**70.485.224**

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.
2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.
3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Síntese da movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Saldo inicial [1]	**(80.118.007)**	**(80.420.049)**
(Constituição)/reversão de perdas esperadas	(28.733.360)	(28.880.147)
Variação cambial - provisões no exterior	128.001	150.932
Baixas para prejuízo	19.880.003	19.901.248
Saldo final	**(88.843.363)**	**(89.248.016)**

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

i) Créditos renegociados

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Saldo inicial	**70.539.842**	**70.539.842**
Renegociações	9.528.894	9.528.894
Reestruturações	11.082.137	11.082.137
(Recebimento) e apropriação de juros	(10.092.284)	(10.092.284)
Baixas para prejuízo	(6.774.335)	(6.774.335)
Saldo final [1]	**74.284.254**	**74.284.254**
(%) Reestruturados em relação ao saldo final da carteira renegociada	48,7%	48,7%

1 - Inclui o valor de R$ 139 mil referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R$ 57.744.248 mil dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

j) Concentração das operações de crédito

	30/06/2025	% da Carteira
Maior Devedor	19.428.698	1,6
10 Maiores devedores	71.180.323	5,9
20 Maiores devedores	96.016.727	7,9
50 Maiores devedores	132.092.051	10,9
100 Maiores devedores	158.291.774	13,1

k) Direcionamento de recursos para aplicação em operações de crédito rural

Fontes de recursos sujeitas a cumprimento de exigibilidade	30/06/2025				
	Volume para cumprimento da exigibilidade da fonte de recursos (a)	Volume em cumprimento da exigibilidade da fonte de recursos (b)	Percentual de cumprimento da exigibilidade (b)/(a)	Custos diretos e indiretos de observância [1]	Custos por descumprimento das exigibilidades [1]
Obrigatórios dos depósitos à vista	34.849.830	35.385.723	101,5%	--	--
Poupança rural	120.410.980	121.442.917	100,9%	--	--
Letras de crédito do agronegócio – LCA [2]	102.768.577	109.338.854	106,4%	--	--

1 - Sem ocorrências nas últimas 5 safras.

2 - A fonte LCA possui dinâmica distinta das demais sujeitas ao cumprimento de exigibilidade, no que se refere ao período de captação conforme disposto no Manual do Crédito Rural - MCR do Bacen. O volume para cumprimento dessa exigibilidade corresponde às captações realizadas no período de junho a maio do ano seguinte e, portanto, podem sofrer alteração ao longo do período da safra.

A exigibilidade é entendida como sendo o dever que tem a instituição financeira de manter aplicado em operações de crédito rural, o valor correspondente a percentual definido pelo Bacen, para cada ano agrícola (período compreendido entre 01 de julho do ano e 30 de junho do ano seguinte). O cálculo é realizado sobre a base de saldos médios diários das captações das referidas fontes sujeitas a cumprimento de exigibilidade. Atualmente, para o ano agrícola ou safra 2024/2025, tem-se definidos os seguintes percentuais de cumprimento das exigibilidades: Poupança – 65%, Depósitos à Vista – 31,5% e LCA – 50%.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

l) Exposição máxima dos instrumentos financeiros segregados por tipo de carteiras e pela classificação de risco de crédito

Banco Múltiplo	30/06/2025															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	**608.912.688**	**119.697.898**	**97.720**	**728.708.306**	**32.959.873**	**403.690**	**--**	**33.363.563**	**63.886.425**	**20.470**	**--**	**63.906.895**	**705.758.986**	**120.122.058**	**97.720**	**825.978.764**
Varejo PF	285.899.059	116.976.852	97.720	402.973.631	14.784.821	402.381	--	15.187.202	38.852.466	19.244	--	38.871.710	339.536.346	117.398.477	97.720	457.032.543
Produtor rural	323.013.629	2.721.046	--	325.734.675	18.175.052	1.309	--	18.176.361	25.033.959	1.226	--	25.035.185	366.222.640	2.723.581	--	368.946.221
Pessoas jurídicas	**455.557.396**	**96.808.497**	**13.282.495**	**565.648.388**	**8.915.138**	**83.789**	**8.542**	**9.007.469**	**38.263.536**	**3.382**	**558.282**	**38.825.200**	**502.736.070**	**96.895.668**	**13.849.319**	**613.481.057**
Atacado	324.997.451	71.116.178	12.596.413	408.710.042	2.006.337	28.566	3.414	2.038.317	22.482.087	780	554.949	23.037.816	349.485.875	71.145.524	13.154.776	433.786.175
Varejo MPE	92.715.453	25.692.319	686.082	119.093.854	6.677.697	55.223	5.128	6.738.048	15.182.780	2.602	3.333	15.188.715	114.575.930	25.750.144	694.543	141.020.617
Produtor rural	37.844.492	--	--	37.844.492	231.104	--	--	231.104	598.669	--	--	598.669	38.674.265	--	--	38.674.265
Total	**1.064.470.084**	**216.506.395**	**13.380.215**	**1.294.356.694**	**41.875.011**	**487.479**	**8.542**	**42.371.032**	**102.149.961**	**23.852**	**558.282**	**102.732.095**	**1.208.495.056**	**217.017.726**	**13.947.039**	**1.439.459.821**
%	**82,3%**	**16,7%**	**1,0%**	**100,0%**	**98,8%**	**1,2%**	**0,0%**	**100,0%**	**99,5%**	**0,0%**	**0,5%**	**100,0%**	**83,9%**	**15,1%**	**1,0%**	**100,0%**

Consolidado	30/06/2025															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	**624.070.862**	**119.697.898**	**98.484**	**743.867.244**	**33.179.943**	**403.690**	**--**	**33.583.633**	**64.000.007**	**20.470**	**--**	**64.020.477**	**721.250.812**	**120.122.058**	**98.484**	**841.471.354**
Varejo PF	301.057.233	116.976.852	98.484	418.132.569	15.004.891	402.381	--	15.407.272	38.966.048	19.244	--	38.985.292	355.028.172	117.398.477	98.484	472.525.133
Produtor rural	323.013.629	2.721.046	--	325.734.675	18.175.052	1.309	--	18.176.361	25.033.959	1.226	--	25.035.185	366.222.640	2.723.581	--	368.946.221
Pessoas jurídicas	**462.387.064**	**99.360.939**	**13.369.568**	**575.117.571**	**9.081.002**	**83.789**	**8.542**	**9.173.333**	**38.365.317**	**3.382**	**558.282**	**38.926.981**	**509.833.383**	**99.448.110**	**13.936.392**	**623.217.885**
Atacado	325.444.433	73.668.620	12.683.486	411.796.539	2.006.337	28.566	3.414	2.038.317	22.482.087	780	554.949	23.037.816	349.932.857	73.697.966	13.241.849	436.872.672
Varejo MPE	99.098.139	25.692.319	686.082	125.476.540	6.843.561	55.223	5.128	6.903.912	15.284.561	2.602	3.333	15.290.496	121.226.261	25.750.144	694.543	147.670.948
Produtor rural	37.844.492	--	--	37.844.492	231.104	--	--	231.104	598.669	--	--	598.669	38.674.265	--	--	38.674.265
Total	**1.086.457.926**	**219.058.837**	**13.468.052**	**1.318.984.815**	**42.260.945**	**487.479**	**8.542**	**42.756.966**	**102.365.324**	**23.852**	**558.282**	**102.947.458**	**1.231.084.195**	**219.570.168**	**14.034.876**	**1.464.689.239**
%	**82,4%**	**16,6%**	**1,0%**	**100,0%**	**98,9%**	**1,1%**	**0,0%**	**100,0%**	**99,5%**	**0,0%**	**0,5%**	**100,0%**	**84,0%**	**15,0%**	**1,0%**	**100,0%**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13 – Outros ativos

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Financeiros	**74.849.847**	**77.693.322**
Devedores por depósitos em garantia	38.292.110	39.277.806
Fundos de Destinação do Superávit - Previ (Nota 28.f)	12.350.558	12.350.558
Rendas a receber	9.673.460	10.557.581
Títulos e créditos a receber [1]	2.394.166	2.592.622
Fundo de Compensação de Variações Salariais	3.471.431	3.471.431
Negociação e intermediação de valores	3.747.935	4.591.288
Demais	4.920.187	4.852.036
Não financeiros	**32.275.547**	**34.739.584**
Ativos atuariais (Nota 28.e)	24.734.624	24.734.624
Devedores diversos	5.037.778	5.907.162
Mantidos para venda - Recebidos	199.384	199.703
Despesas Antecipadas	1.349.125	1.476.162
Mantidos para venda - Próprios	27.334	46.506
Bens não de uso próprio e materiais em estoque	5.353	45.315
Demais	921.949	2.330.112

1 - Inclui títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional, no montante de R$ 308.361 mil, provenientes de subvenções em operações com recursos do MCR 6-2, MCR 6-4 (Manual de Crédito Rural) e amparadas por legislação específica, a exemplo de Resoluções do CMN, do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Resolução CMN nº 2.960/2002) e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais (FDNE e FDCO). Também estão incluídos recursos do Tesouro Nacional, referentes a equalização de taxas da safra agrícola Lei nº 8.427/1992, no montante de R$ 977.622 mil.

b) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Rendas a receber	(2.906.369)	(2.906.369)
Títulos e créditos a receber	(778.849)	(1.009.547)
Devedores diversos	(744.149)	(744.152)
Demais	(8.901)	(8.901)
Total	**(4.438.268)**	**(4.668.969)**

c) Movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Saldos em 01/01/2025 [1]	**(3.915.265)**	**(4.095.408)**
(Constituição)/reversão	(517.074)	(596.005)
Variação cambial - provisões no exterior	--	28.148
Baixas para prejuízo/outros ajustes	(5.929)	(5.704)
Saldo em 30/06/2025	**(4.438.268)**	**(4.668.969)**

1 Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

14–Investimentos

a) Movimentações nas participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto

Banco Múltiplo	Capital social	Patrimônio líquido ajustado [1]	Lucro/(Prejuízo) líquido [1]	Quantidade de ações (em milhares)		Participação do capital social %	Saldo contábil	Movimentações – 1º Semestre/2025			Saldo contábil
			1º Semestre/2025	Ordinárias	Preferenciais		01/01/2025	Dividendos/ JCP	Outros eventos [2]	Resultado de equivalência	30/06/2025
No país							**31.058.302**	**(5.202.865)**	**235.396**	**6.952.129**	**33.042.962**
BB Elo Cartões Participações S.A.	7.734.513	10.645.515	892.138	17.703	--	100,00%	9.766.442	--	(13.065)	892.138	10.645.515
BB Seguridade Participações S.A. [3] [4]	6.269.692	9.921.462	4.389.367	1.325.000	--	68,25%	6.220.033	(2.573.276)	128.688	2.995.578	6.771.023
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	3.261.860	4.838.655	176.599	3.000	--	100,00%	4.830.296	(168.240)	--	176.599	4.838.655
Banco Votorantim S.A.	8.480.372	12.748.568	933.682	1.096.653	600.952	50,00%	6.025.787	(182.500)	64.156	466.841	6.374.284
BB Banco de Investimento S.A.	417.788	811.633	356.317	3.790	--	100,00%	810.909	(372.713)	17.120	356.317	811.633
BB Tecnologia e Serviços [4]	300.040	605.536	80.087	248.458	248.586	99,99%	501.637	(7.469)	31.228	80.079	605.475
BB Administradora de Consórcios S.A.	727.543	1.142.448	807.953	14	--	100,00%	1.074.390	(739.895)	--	807.953	1.142.448
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Asset	1.191.207	1.429.629	1.119.633	100.000	--	100,00%	1.429.795	(1.119.663)	(136)	1.119.633	1.429.629
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	9.300	40.542	16.209	398.158	--	100,00%	24.333	--	--	16.209	40.542
Outras participações							374.680	(39.109)	7.405	40.782	383.758
No exterior[5]							**9.791.313**	**(483.999)**	**(1.671.373)**	**1.182.513**	**8.818.454**
Banco Patagonia S.A.	3.295	5.433.226	1.360.548	578.117	--	80,39%	5.222.866	(475.126)	(1.473.738)	1.093.736	4.367.738
BB Cayman Islands Holding	1.187.451	1.441.283	150.261	211.023	--	100,00%	1.463.450	--	(172.428)	150.261	1.441.283
Banco do Brasil AG	403.143	889.381	10.874	638	--	100,00%	891.762	--	(13.255)	10.874	889.381
Banco do Brasil Securities LLC	27.903	411.810	546	5.000	--	100,00%	467.512	(8.873)	(47.375)	546	411.810
Banco do Brasil Americas	1.045.035	1.662.051	108.837	36.250	--	100,00%	1.694.154	--	(140.940)	108.837	1.662.051
BB USA Holding Company	--	744	(14)	--	--	100,00%	861	--	(103)	(14)	744
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							50.708	--	(5.261)	--	45.447
Ganhos/(perdas) cambiais nas coligadas e controladas[5]							--	--	181.727	(181.727)	--
Total das participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto							**40.849.615**	**(5.686.864)**	**(1.435.977)**	**8.134.642**	**41.861.416**
(Provisão para perdas)							(34.743)		--		(34.743)

1 - Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis e considera os resultados não realizados decorrentes de transações com o Banco Múltiplo.

2 - Referem-se basicamente a variação cambial sobre investimentos no exterior e a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo em outros resultados abrangentes.

3 - O valor do investimento considerando o preço de mercado cotado é de R$ 47.435.000 mil.

4 - Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

5 - O lucro líquido e o resultado de equivalência das subsidiárias no exterior estão evidenciados sem os efeitos da variação cambial. Esses investimentos são objeto de hedge estrutural e seus impactos cambiais são reclassificados para as despesas com recursos de instituições financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Capital social	Patrimônio líquido ajustado [1]	Lucro/(Prejuízo) líquido [1]	Quantidade de ações (em milhares)		Participação do capital social %	Saldo contábil	Movimentações – 1º Semestre/2025			Saldo contábil
			1º Semestre/2025	Ordinárias	Preferenciais		01/01/2025	Dividendos/ JCP	Outros eventos [2]	Resultado de equivalência	30/06/2025
Coligadas [3] e controladas em conjunto [4]											
Banco Votorantim S.A.	8.480.372	12.748.568	933.682	1.096.653	600.952	50,00%	6.025.787	(182.500)	64.156	466.841	6.374.284
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. [5]	414.000	9.137.210	470.605	88.000	2.613.402	30,00%	2.719.319	(119.529)	192	141.181	2.741.163
Cielo S.A. [6]	5.700.000	9.893.570	671.171	778.320	--	29,17%	2.691.534	--	(1.305)	195.785	2.886.014
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. [7]	3.529.257	7.320.428	853.412	879	1.759	74,99%	5.203.321	(530.202)	176.755	640.008	5.489.882
BB Mapfre Participações S.A. [7]	1.469.848	3.040.000	2.474.253	944.858	1.889.339	74,99%	2.214.645	(1.801.520)	11.129	1.855.442	2.279.696
Brasilcap Capitalização S.A. [7]	354.398	931.532	127.680	107.989	159.308	66,77%	536.641	--	72	85.249	621.962
Elo Participações Ltda. [8]	347.309	1.227.895	772.363	173.620	--	49,99%	2.254.069	(2.026.237)	(111)	386.104	613.825
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	1.425.605	1.544.981	19.199	1.954.245	--	49,99%	768.615	(7.207)	(3.691)	14.619	772.336
Outras Participações							472.962	(49.534)	(36.656)	97.416	484.188
Resultado não realizado [9]							(2.826.147)	--	80.727	--	(2.745.420)
Total							**20.060.746**	**(4.716.729)**	**291.268**	**3.882.645**	**19.517.930**
(Provisão para perdas)							(10.488)	--	5.315	--	(5.173)

1 - Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis e considera os resultados não realizados decorrentes de transações com o Banco Múltiplo.

2 - Referem-se basicamente a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo em outros resultados abrangentes.

3 - O Banco possui influência significativa por meio da participação na gestão ou pela indicação de membros que compõe a Diretoria Executiva.

4 - O Banco possui controle compartilhado nas decisões sobre as atividades relevantes das empresas mediante acordos contratuais.

5 - Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 64,49%, em virtude da Cielo S.A. deter 70,00% de participação direta na Cateno.

6 - Participação indireta do Banco na Cielo, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A, considerando ainda as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria, bem como as participações indiretas detidas pela Livelo e pela Elo Participações Ltda.

7 - Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.

8 - A equivalência patrimonial da Elo Participações Ltda é calculada na proporção da contribuição mensal da BB Elo Cartões nos negócios da empresa, conforme acordo de 01/11/2017, entre a BB Elo Cartões e a Bradescard.

9 - Contempla o resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões e a Cielo, constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A, e o resultado não realizado decorrente da parceria estratégica entre o BB-BI e o UBS A.G.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Informações qualitativas das principais coligadas e controladas em conjunto

Empresa	Localização		Descrição	Segmento	Participação estratégica [1]
	País de constituição	Sede			
Banco Votorantim S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Desenvolve atividades bancárias em modalidades variadas, tais como crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e administração de fundos de investimento.	Bancário	Sim
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	Seguridade	Sim
Cielo S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e meios de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços responsável pela gestão das transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito.	Meios de pagamento	Sim
BB Mapfre Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	Seguridade	Sim
Elo Participações Ltda.	Brasil	Barueri (SP)	Holding que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Atua em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.	Investimentos	Sim
Brasilcap Capitalização S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	Seguridade	Sim

1-Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do banco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Informações financeiras resumidas das principais coligadas e controladas em conjunto e não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

30/06/2025	Banco Votorantim S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.
Ativos circulantes	66.014.944	435.412.513	106.257.630	2.291.845	259.403	1.071.892	414.897	6.214.434
Ativos não circulantes	80.985.970	19.357.776	9.338.095	7.778.036	3.146.927	5.294.969	1.263.485	7.688.088
Passivos circulantes	98.099.106	57.162.619	98.064.835	927.573	1.255	599.653	133.401	11.622.669
Passivos não circulantes	36.149.040	390.272.158	7.637.320	5.098	--	4.394.930	--	1.348.321
Passivos contingentes	516.238	19.328	--	5.098	--	--	--	1.338.693
Lucro líquido – 1º Semestre/2025	**931.604**	**852.410**	**671.171**	**470.605**	**2.474.253**	**796.050**	**19.199**	**127.680**
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e resultados não realizados	2.078	1.002	--	--	-	(23.687)	--	--
Lucro líquido ajustado – 1º Semestre/2025	**933.682**	**853.412**	**671.171**	**470.605**	**2.474.253**	**772.363**	**19.199**	**127.680**
% de participação	50,00%	74,99%	29,17%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Resultado de equivalência	**466.841**	**640.008**	**195.785**	**141.181**	**1.855.442**	**386.104**	**14.619**	**85.249**
Outros resultados abrangentes	518.272	235.690	169.676	--	(34.547)	--	187.140	(20.633)
Resultado abrangente total	1.451.954	1.089.102	840.847	470.605	2.439.706	772.363	206.339	107.047
Patrimônio líquido	**12.752.768**	**7.335.512**	**9.893.570**	**9.137.210**	**3.405.075**	**1.372.278**	**1.544.981**	**931.532**
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e resultados não realizados	(4.200)	(15.084)		--	(365.075)	(144.383)	--	--
Patrimônio líquido ajustado	**12.748.568**	**7.320.428**	**9.893.570**	**9.137.210**	**3.040.000**	**1.227.895**	**1.544.981**	**931.532**
% de participação	50,00%	74,99%	29,17%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Saldo do investimento	**6.374.284**	**5.489.882**	**2.886.014**	**2.741.163**	**2.279.696**	**613.825**	**772.336**	**621.962**
Resultado não realizado	--	--	--	2.277.524	--	--	467.896	--

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

15 – Imobilizado de uso

	Banco Múltiplo							
		01/01/2025	1º Semestre/2025		30/06/2025			
	Taxa anual de depreciação	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
De uso								
Edificações	4 a 10%	3.928.755	671.442	(209.438)	10.567.269	(6.167.024)	(9.486)	4.390.759
Móveis e equipamentos	10 a 20%	2.250.128	145.999	(185.464)	4.691.186	(2.480.392)	(131)	2.210.663
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20%	2.997.986	721.875	(337.792)	7.626.034	(4.243.965)	--	3.382.069
Imobilizações em curso	--	1.343.186	(254.564)	--	1.088.622	--	--	1.088.622
Terrenos	--	309.973	(7.922)	--	302.051	--	--	302.051
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	287.894	18.565	(26.168)	792.978	(507.632)	(5.055)	280.291
Instalações	10%	103.040	24.208	(10.302)	1.069.739	(952.793)	--	116.946
Veículos	10 a 20%	6.144	16	(412)	13.887	(8.139)	--	5.748
Obras de arte	--	2.225	(96)	--	2.129	--	--	2.129
Imobilizado em estoque	--	792	(15)	--	777	--	--	777
Total		**11.230.123**	**1.319.508**	**(769.576)**	**26.154.672**	**(14.359.945)**	**(14.672)**	**11.780.055**
Direito de uso								
Edificações		--	1.666.284	(91.585)	1.667.201	(92.502)	--	1.574.699
Total		**11.230.123**	**2.985.792**	**(861.161)**	**27.821.873**	**(14.452.447)**	**(14.672)**	**13.354.754**

	Consolidado							
		01/01/2025	1º Semestre/2025		30/06/2025			
	Taxa anual de depreciação	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
De uso								
Edificações	4 a 10%	3.943.393	674.191	(213.582)	10.610.614	(6.194.810)	(11.802)	4.404.002
Móveis e equipamentos	10 a 20%	2.384.830	181.607	(200.163)	4.969.894	(2.590.089)	(13.531)	2.366.274
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20%	3.099.421	722.896	(351.648)	7.821.488	(4.350.819)	--	3.470.669
Imobilizações em curso	--	1.346.202	(251.844)	--	1.094.358	--	--	1.094.358
Terrenos	--	312.247	(8.059)	--	304.188	--	--	304.188
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	294.136	18.287	(26.874)	801.624	(511.021)	(5.054)	285.549
Instalações	10%	109.976	27.607	(10.899)	1.082.707	(956.023)	--	126.684
Veículos	10 a 20%	8.684	(551)	(693)	16.365	(8.925)	--	7.440
Obras de arte	--	2.877	(128)	--	2.749	--	--	2.749
Imobilizado em estoque	--	790	(13)	--	777	--	--	777
Total		**11.502.556**	**1.363.993**	**(803.859)**	**26.704.764**	**(14.611.687)**	**(30.387)**	**12.062.690**
Direito de uso								
Edificações		--	1.904.763	(126.314)	1.954.601	(176.151)	--	1.778.449
Total		**11.502.556**	**3.268.757**	**(930.173)**	**28.659.365**	**(14.787.838)**	**(30.387)**	**13.841.140**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

16 – Intangível

a) Movimentação e composição

	Banco Múltiplo			Consolidado				
	Direitos de gestão de folhas de pagamento	Softwares	Total	Direitos de gestão de folhas de pagamento	Softwares	Ágio pela expectativa de rentabilidade futura	Outros ativos intangíveis [1]	Total
Taxa anual de amortização	Contrato	10%		Contrato	10%	Estudo técnico	Contrato	
Saldos em 01/01/2025	**5.383.025**	**5.915.635**	**11.298.660**	**5.383.025**	**5.940.986**	**11.137**	**1.514**	**11.336.662**
Movimentações								
Adições	1.157.560	770.102	1.927.662	1.157.560	771.970	61.027	--	1.990.557
Variação cambial	--	(2.367)	(2.367)	--	(3.271)	(3.244)	(360)	(6.875)
Baixas	(77.881)	(61.410)	(139.291)	(77.881)	(61.410)	--	--	(139.291)
Amortização	(933.329)	(369.808)	(1.303.137)	(933.329)	(373.752)	(229)	--	(1.307.310)
(Constituição)/ reversão de perdas	83.224	3.385	86.609	83.224	3.385	--	--	86.609
Saldos em 30/06/2025	**5.612.599**	**6.255.537**	**11.868.136**	**5.612.599**	**6.277.908**	**68.691**	**1.154**	**11.960.352**
Valor de custo	10.046.204	11.262.383	21.308.587	10.046.204	11.376.131	472.425	1.154	21.895.914
Amortização acumulada	(4.418.730)	(4.983.457)	(9.402.187)	(4.418.730)	(5.074.834)	(373.843)	--	(9.867.407)
Perdas por redução ao valor recuperável	(14.875)	(23.389)	(38.264)	(14.875)	(23.389)	(29.891)	--	(68.155)
Estimativa de amortização	**5.612.599**	**6.255.537**	**11.868.136**	**5.612.599**	**6.277.908**	**68.691**	**--**	**11.959.198**
2025	952.499	312.777	1.265.276	952.499	313.895	825	--	1.267.219
2026	1.857.053	625.554	2.482.607	1.857.053	627.791	13.855	--	2.498.699
2027	1.564.959	625.554	2.190.513	1.564.959	627.791	13.752	--	2.206.502
2028	619.577	625.554	1.245.131	619.577	627.791	13.603	--	1.260.971
2029	526.316	625.554	1.151.870	526.316	627.791	13.377	--	1.167.484
Após 2029	92.195	3.440.544	3.532.739	92.195	3.452.849	13.279	--	3.558.323

1 - Inclui o valor referente ao ativo intangível de vida útil indefinida.

b) Teste de valor recuperável dos ágios

O valor recuperável dos ágios pelas expectativas de rentabilidade futura é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação dos bancos, foi utilizada a metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

O fluxo de caixa da empresa relacionada a seguir foi projetado pelo período de 5 anos, perpetuando-se a partir do último período, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pela empresa. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM ajustado ao mercado e a moeda do país.

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de crescimento a.a. [1]	Taxa de desconto a.a. [2]
Banco Patagonia	8,00 %	35,81 %

1 - Crescimento nominal na perpetuidade.
2 - Média geométrica das projeções utilizadas nas avaliações econômicas, referenciada em Pesos Argentinos.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

Nos períodos apresentados, não houve perda por redução ao valor recuperável sobre os ágios pelas expectativas de rentabilidade futura.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17 – Recursos de clientes

a) Depósitos

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Depósitos à vista	**88.208.059**	**96.280.994**
Pessoas físicas	40.989.781	40.989.781
Pessoas jurídicas	25.605.012	28.736.877
Vinculados [1]	17.535.781	17.654.129
Ligadas	389.743	5.329.343
Governos	2.144.698	2.144.699
Moedas estrangeiras	516.560	516.560
Instituições do sistema financeiro	653.987	569.055
Especiais do Tesouro Nacional	141.866	141.866
Domiciliados no exterior	79.738	47.791
Outros	150.893	150.893
Depósitos de poupança	**216.142.886**	**216.142.886**
Pessoas físicas	207.845.152	207.845.152
Pessoas jurídicas	7.986.357	7.986.357
Ligadas	296.352	296.352
Instituições do sistema financeiro	15.025	15.025
Depósitos a prazo	**539.161.469**	**567.756.216**
Judiciais	250.828.909	250.978.670
Moeda nacional	260.211.604	260.211.604
Moedas estrangeiras	14.699.619	43.144.605
Regime especial [2]	7.838.333	7.838.333
Garantias de terceiros [3]	3.407.160	3.407.160
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.d)	254.693	254.693
Funproger (Nota 17.e)	769.205	769.205
Outros	1.151.946	1.151.946
Outros depósitos	**177.109**	**177.109**
Total	**843.689.523**	**880.357.205**

1 – Inclui o montante de R$ 4.083.472 mil, referente à arrecadação de DAF - Demonstrativos da Distribuição de Arrecadação Federal e Ordens Bancárias do Tesouro.

2 - Valores depositados em conta especial dos Tribunais de Justiça, para atender aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme disposto na Emenda Constitucional n.º 99/2017.

3 - Correspondem a acordos de cooperação firmados entre os tribunais ou conselhos para atender às disposições da Resolução n.º 98/2009 do Conselho Nacional de Justiça.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade

	Banco Múltiplo					
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	30/06/2025
Depósitos a prazo [1]	251.342.617	19.720.513	40.521.169	131.794.495	95.782.675	539.161.469
Depósitos de poupança	216.142.886	--	--	--	--	216.142.886
Depósitos à vista	88.208.059	--	--	--	--	88.208.059
Outros depósitos	177.109	--	--	--	--	177.109
Total	**555.870.671**	**19.720.513**	**40.521.169**	**131.794.495**	**95.782.675**	**843.689.523**

1 -Inclui o valor de R$ 156.184.581 mil, relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

	Consolidado					
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	30/06/2025
Depósitos a prazo [1]	251.342.617	42.578.119	45.392.244	132.293.691	96.149.545	567.756.216
Depósitos de poupança	216.142.886	--	--	--	--	216.142.886
Depósitos à vista	96.280.994	--	--	--	--	96.280.994
Outros depósitos	177.109	--	--	--	--	177.109
Total	**563.943.606**	**42.578.119**	**45.392.244**	**132.293.691**	**96.149.545**	**880.357.205**

1 -Inclui o valor de R$ 156.184.581 mil, relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

c) Despesas com recursos de clientes

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Depósitos de poupança	**(7.933.291)**	**(7.933.291)**
Depósitos a prazo	**(24.624.633)**	**(26.811.287)**
Judiciais	(12.958.888)	(12.960.463)
Demais	(11.665.745)	(13.850.824)
Variação cambial de recursos com clientes	**(155.941)**	**(195.362)**
Total	**(32.713.865)**	**(34.939.940)**

d) Fundo de amparo ao trabalhador (FAT)

	Resolução/ TADE [1]	Devolução de Recursos		30/06/2025		
		Forma [2]	Data inicial	Disponível TMS [3]	Aplicado TJLP e TLP [4]	Total
Proger Rural e Pronaf				**5**	**2**	**7**
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	5	2	7
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	--	--	--
Proger Urbano				**25.485**	**221.985**	**247.470**
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	25.485	221.985	247.470
Outros				**1.631**	**5.585**	**7.216**
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	1.631	5.585	7.216
Total				**27.121**	**227.572**	**254.693**

1 - TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.
2 - RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo total).
3 - Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).
4 - Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para recursos liberados até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para aqueles liberados a partir de 01.01.2018.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro, Empreendedor Popular, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além das linhas especiais tais como FAT taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) pro rata die. À medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela TLP (Taxa de Longo Prazo) a partir de 1º de janeiro de 2018 e TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para os recursos liberados até 31 de dezembro de 2017, durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat nº 439/2005, 489/2006 e 801/2017.

e) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23/11/1999 pela Lei nº 9.872/1999, alterada pela Lei nº 10.360/2001 e pela Lei nº 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat nº 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat.

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18 – Recursos de instituições financeiras

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Captações no mercado aberto (Nota 18.b)	638.696.915	617.731.484
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 18.c)	80.980.280	81.233.177
Depósitos interfinanceiros	32.107.443	26.408.188
Obrigações por operações vinculadas a cessão	97.823	97.823
Total	**751.882.461**	**725.470.672**

b) Captações no mercado aberto

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Carteira própria	**399.884.930**	**379.249.502**
Letras Financeiras do Tesouro	370.417.524	354.263.257
Títulos privados	19.237.630	19.237.630
Títulos no exterior	10.229.769	5.748.608
Letras do Tesouro Nacional	7	7
Carteira de terceiros	**238.811.985**	**238.481.982**
Letras do Tesouro Nacional	125.062.700	125.062.693
Notas do Tesouro Nacional	81.656.019	81.326.023
Letras Financeiras do Tesouro	32.093.266	32.093.266
Total	**638.696.915**	**617.731.484**

c) Obrigações por empréstimos e repasses

Obrigações por empréstimos no exterior

	Banco Múltiplo					
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos	30/06/2025
Tomados junto a banqueiros	6.868.129	12.556.581	6.383.031	6.806.350	--	32.614.091
Importação	157.673	218.995	71.914	--	--	448.582
Total	**7.025.802**	**12.775.576**	**6.454.945**	**6.806.350**	**--**	**33.062.673**

	Consolidado					
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos	30/06/2025
Tomados junto a banqueiros	7.040.042	12.637.564	6.383.032	6.806.350	--	32.866.988
Importação	157.673	218.995	71.914	--	--	448.582
Total	**7.197.715**	**12.856.559**	**6.454.946**	**6.806.350**	**--**	**33.315.570**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Obrigações por repasses

Do país - instituições oficiais

Programas	Taxa de atualização a.a.	Banco Múltiplo	Consolidado
		30/06/2025	30/06/2025
Tesouro Nacional		**298.672**	**298.672**
Pronaf	TMS (se disponível) ou Pré 0,50% a 6,00% (se aplicado)	61.837	61.837
Recoop	Pré 5,75% a 8,25% ou IGP-DI + 1,00% ou IGP-DI + 2,00%	9.845	9.845
Outros		26.479	26.479
Outros Fundos e Programas		200.511	200.511
BNDES	**Pré 0,50% a 10,72% TJLP + 0,50% a 5,00% IPCA TLP + 1,99% a 3,20% Selic + 2,08% Var. Camb. 1,70% a 1,80% TFBD 5,37% a 6,47%**	**14.478.680**	**14.478.680**
Caixa Econômica Federal	**Pré 4,85% (média)**	**25.719.636**	**25.719.636**
Finame	**Pré 0,70% a 10,72% TJLP + 1,60% a 2,10% Selic + 0,75% a 1,34% TFBD + 0,95% a 6,47%**	**6.224.304**	**6.224.304**
Outras Instituições Oficiais		**475.634**	**475.634**
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 11,00% Funding 8,00%	475.606	475.606
Outros		28	28
Total		**47.196.926**	**47.196.926**

Do exterior

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Recursos livres - Resolução BCB nº 278/2022	720.681	720.681
Total	**720.681**	**720.681**

d) Despesas com recursos de instituições financeiras

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Captações no mercado aberto	**(41.248.676)**	**(40.116.351)**
Carteira de terceiros	(21.169.392)	(20.262.342)
Carteira própria	(20.079.284)	(19.854.009)
Depósitos interfinanceiros	**(1.053.210)**	**(762.101)**
Obrigações por Empréstimos	**(1.196.441)**	**(1.297.688)**
Obrigações por repasses	**(1.995.205)**	**(1.995.205)**
Do exterior	(226.097)	(226.097)
Caixa Econômica Federal	(890.350)	(890.350)
BNDES	(508.009)	(508.009)
Finame	(314.998)	(314.998)
Tesouro Nacional	(3.318)	(3.318)
Outras	(52.433)	(52.433)
Variação cambial dos recursos de instituições financeiras [1]	**14.225.375**	**14.125.096**
Total	**(31.268.157)**	**(30.046.249)**

1 – Inclui a variação cambial dos ativos e passivos das agências e controladas no exterior, reclassificada para as despesas com recursos de instituições financeiras com o objetivo de anular a variação cambial incidente sobre os instrumentos financeiros passivos contratados para proteção do resultado do Banco em relação às oscilações cambiais.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

19-Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Recursos de aceites e emissão de títulos	310.074.158	319.275.399
Dívidas subordinadas (Nota 19.c)	49.670.903	44.570.903
Total	**359.745.061**	**363.846.302**

b) Recursos de aceites e emissão de títulos

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30/06/2025
Banco Múltiplo						**310.074.158**
Programa "Global Medium - Term Notes" [1]						**17.214.417**
	BRL	293.085	10,15%	2017	2027	286.386
	COP	160.000.000	8,51%	2018	2025	223.155
	BRL	398.000	9,50%	2019	2026	389.523
	MXN	1.900.000	8,50%	2019	2026	575.484
	COP	520.000.000	6,50%	2019	2027	685.213
	USD	750.000	3,25%	2021	2026	4.071.348
	USD	500.000	4,88%	2022	2029	2.782.430
	USD	750.000	6,25%	2023	2030	4.101.291
	USD	750.000	6,00%	2024	2031	4.099.587
Certificados de Depósitos [2]						**5.662.354**
Curto prazo			0,00% a 16,25%			5.222.619
Longo prazo			0,00% a 16,25%		2028	439.735
Certificados de operações estruturadas						**310.307**
Curto prazo			6,70% a 15,22% DI			305.237
Longo prazo			11,36% a 15,77% DI		2027	5.070
Letras de Crédito Imobiliário			**69,00% a 97,50% DI 100% da TR + 7,72%**			**14.941.689**
Curto prazo						3.648.028
Longo prazo					2028	11.293.661
Letras de Crédito do Agronegócio			**0,96% a 100,00% DI 8,88% a 14,70% a.a**			**243.063.570**
Curto prazo						90.068.276
Longo prazo					2029	152.995.294
Letras financeiras			**100,00 % do DI + 0,30% a 0,85%**			**28.881.821**
Curto prazo						6.449.097
Longo prazo					2028	22.432.724
Banco Patagonia						**47.496**
	ARS	937.500	Badlar + 4,5%	2024	2025	4.494
	ARS	8.955.224	Badlar + 6,5%	2024	2025	43.002
Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior [3]						**9.196.345**
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior [3]						
	USD	200.000	3,70%	2019	2026	218.582
	USD	750.000	Sofr 3m + 2,75%	12/2022 e 04/2023	2029	3.680.268
	USD	150.000	6,65%	2022	2032	785.310
Notas Estruturadas [3]						
	USD	500.000	Sofr 6m + 2,93%	12/2014 e 03/2015	2034	2.760.567
	USD	320.000	Sofr 6m + 3,63%	2015	2030	1.751.618
Valor Eliminado na Consolidação [4]						**(42.600)**
Total						**319.275.399**

1 - Em setembro de 2021, foi realizada troca de papéis envolvendo a recompra de "Senior Notes" e nova emissão compreendida no Programa "Global Medium - Term Notes". A emissões estão apresentadas por seu valor outstanding, considerando as ocorrências de recompras parciais.
2 - Títulos emitidos no exterior em USD.
3 - Informações sobre as EPEs podem ser obtidas na Nota 2.e.
4 - Refere-se a títulos emitidos pelo Conglomerado Banco do Brasil, em poder de dependências/controladas no exterior.

c) Dívidas subordinadas

Captações	Moeda	Valor Emitido [1]	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30/06/2025
Recursos FCO - Fundo Constitucional do Centro-Oeste [2]						**11.734.759**
Letras Financeiras Subordinadas						**23.224.479**
		20.000	100%CDI + 2,75	2021	Perpétuo	21.224
		2.328.600	100%CDI + 2,60	2022	Perpétuo	2.603.184
		199.800	100%CDI + 2,50	2023	Perpétuo	199.800
		1.983.200	100%CDI + 2,25	2023	Perpétuo	2.941.667
		4.775.100	100%CDI + 1,20	2024	Perpétuo	5.721.046
		2.750.700	100%CDI + 1,90	2024	Perpétuo	2.903.649
		8.000.000	100%CDI + 1,30	2025	Perpétuo	8.524.012
		300.000	100%CDI + 1,25	2025	Perpétuo	309.897
Bônus Perpétuos						**14.711.665**
	USD	1.723.600	8,75%	2013	Perpétuo	9.579.565
	BRL	5.100.000	5,50% [3]	2012	Perpétuo	5.132.100
Total – Banco Múltiplo						**49.670.903**
Total reclassificado para o Patrimônio Líquido (Nota 23.c)						(5.100.000)
Total Consolidado						**44.570.903**

1 - Referem-se, nas captações em dólar, ao outstanding value, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.
2 - Compõem o nível II do Patrimônio de Referência (PR).
3 - A partir de 28/08/2014, a remuneração passou a ser integralmente variável (Nota 23.c.).

Do total dos bônus perpétuos e letras financeiras subordinadas, o montante de R$ 30.715.516 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR, vide Nota 30.f.

Em junho de 2024, o Banco exerceu a opção de resgate para os bônus emitidos em 2014.

Os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (outstanding value USD 1.723.600 mil), tiveram, em 27/09/2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras do Bacen, que regulamentam a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 01/10/2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30/10/2013.

Em abril de 2024, os bônus emitidos em janeiro de 2013 tiveram a taxa de juros redefinida de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano em virtude do não exercício da opção de resgate.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2034 para os bônus emitidos em 2013, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada dez anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos vigente na época mais o spread inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

(i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2034 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;

(ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2034, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;

(iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2034, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o Make-whole amount;

Os bônus emitidos em janeiro de 2013 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

(i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);

(ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;

(iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;

(iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;

(v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro de 2013 contam com mecanismos de "absorção de perdas" (loss absorption). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim esses bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

(i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);

(ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;

(iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, determinar por escrito a extinção dos bônus para viabilizar a continuidade do Banco.

d) Despesas com emissões de títulos e valores mobiliários

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Recursos de aceites e emissão de títulos	**(16.455.002)**	**(16.824.525)**
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(13.240.021)	(13.240.021)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(632.880)	(1.002.403)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(823.754)	(823.754)
Letras Financeiras	(1.745.363)	(1.745.363)
Certificados de operações estruturadas	(12.984)	(12.984)
Dívidas subordinadas	**(1.963.819)**	**(1.963.819)**
Bônus e letras financeiras perpétuos	(1.963.819)	(1.963.819)
Total	**(18.418.821)**	**(18.788.344)**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

20 – Outros passivos

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Outros passivos financeiros	**168.980.501**	**166.319.671**
Operações com cartão de crédito/débito	51.569.413	52.536.941
Obrigações por adiantamentos de contratos de câmbio de importação	41.011.634	41.011.634
Passivos de arrendamento	1.646.559	1.872.124
Fundos financeiros e de desenvolvimento	59.810.984	59.810.984
Fundo Constitucional do Centro Oeste – FCO [1]	45.330.320	45.330.320
Marinha Mercante	5.053.935	5.053.935
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	5.395.578	5.395.578
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	2.081.699	2.081.699
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO	527.088	527.088
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	1.109.411	1.109.411
Pasep	92.141	92.141
Outros	220.812	220.812
Negociação e intermediação de valores	4.848.780	550.705
Provisões para perdas esperadas de garantias financeiras, compromisso de crédito e crédito a liberar (Nota 20.c)	877.816	882.984
Demais	9.215.315	9.654.299
Outros passivos não financeiros	**51.543.498**	**62.970.046**
Passivos atuariais (Nota 28.e)	11.350.101	11.350.101
Credores diversos	17.164.637	18.829.158
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	6.296.820	6.308.744
Comissões a apropriar	--	5.998.637
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	5.145.702	5.145.703
Obrigações sociais e estatutárias	1.459.180	2.769.845
Rendas antecipadas	8.115	107.304
Obrigações por convênios oficiais	1.398.222	1.398.222
Demais	8.720.721	11.062.332

1 - A Resolução CMN n.º 4.955/2021 passou a limitar a utilização dos recursos do FCO para composição no nível II do Patrimônio de Referência – PR (Nota 30.f). O montante divulgado refere-se ao que excede esse valor, sendo R$ 817.592 mil de recursos aplicados (remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989) e R$ 1.850.869 mil de recursos disponíveis (remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989).

b) Outras despesas de captação

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Resultado de obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	(283.876)	(283.876)
Demais	(1.333.476)	(1.301.376)
Total	**(1.617.352)**	**(1.585.252)**

c) Garantias financeiras prestadas e outros compromissos

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Compromissos de crédito e crédito a liberar	**217.017.726**	**219.570.168**
Compromissos de crédito	**208.653.923**	**211.206.365**
Não canceláveis	51.230.213	51.230.213
Canceláveis	157.423.710	159.976.152
Crédito a liberar	**8.363.803**	**8.363.803**
Não canceláveis	216.152	216.152
Canceláveis	8.147.651	8.147.651
Garantias prestadas	**13.947.039**	**14.034.876**
Créditos abertos para importação contratados	**1.679.531**	**1.771.932**
Créditos de exportação confirmados	**181.783**	**188.887**

Os créditos contratados a liberar destinam-se ao registro do saldo de valores a liberar da carteira de crédito e de arrendamento mercantil, tais como cheque especial, crédito rotativo e assemelhados. Garantias prestadas, tais como as cartas de crédito em aberto ("*standby*") e as garantias financeiras por avais e fianças, são compromissos condicionais, geralmente para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro em contratos de empréstimo. As informações referentes às práticas de gerenciamento de risco e exposição máxima estão descritas na Nota 30.

Nos instrumentos financeiros relacionados a crédito, o montante contratual do instrumento financeiro representa o potencial máximo de risco de crédito no caso de a contraparte não cumprir os termos do contrato. A maioria desses compromissos vence sem que sejam sacados. Como resultado, o montante contratual total não é representativo da efetiva exposição futura a riscos de crédito ou necessidades de liquidez oriundas desses compromissos. Para diminuir o risco de crédito, o Banco requer que o contratado entregue como garantia, recursos em dinheiro, valores mobiliários ou outros bens para caucionar a abertura de crédito, semelhantes à caução exigida para as operações de crédito.

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas de contratos das espécies acima especificadas, o Banco constituiu provisão para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e compromissos de empréstimos.

Provisões para perdas esperadas classificadas por estágios

	Banco Múltiplo			
	30/06/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Garantias financeiras prestadas	138.003	38.607	565.312	741.922
Compromissos de crédito e créditos a liberar	124.712	10.461	721	135.894
Total	**262.715**	**49.068**	**566.033**	**877.816**

	Consolidado			
	30/06/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Garantias financeiras prestadas	137.793	38.607	565.312	741.712
Compromissos de crédito e créditos a liberar	130.089	10.462	721	141.272
Total	**267.882**	**49.069**	**566.033**	**882.984**

21 – Provisões e passivos contingentes

a) Provisões, ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos sobre tributos e condutas fiscais relacionados à sua posição de contribuinte ou de responsável tributário, em procedimentos de fiscalização, que podem ensejar autuações. A maioria das autuações versa sobre a apuração de tributos devidos, como: ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições à Seguridade Social. Para garantia do crédito fiscal em litígio, quando necessário, são realizados depósitos judiciais ou penhoras em dinheiro, títulos públicos ou imóveis.

Ações de natureza cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a falhas em produtos e serviços bancários; expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre cadernetas de poupança, depósitos judiciais e crédito rural; devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros; e ações de exigir contas propostas por clientes para esclarecer lançamentos havidos em conta corrente.

As indenizações por danos materiais e morais têm como fundamento, geralmente, a legislação de defesa do consumidor. Na maioria das vezes, as ações são processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor em discussão está limitado a quarenta salários mínimos.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se aquelas que envolvem cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão, e Planos Collor I e II), bem como repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e a regulamentação vigentes à época, os processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, avaliadas a partir da situação processual de cada demanda e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a FEBRABAN e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo coletivo referente às demandas de planos econômicos em cadernetas de poupança, que foi objeto de homologação pelo STF. A partir de maio de 2018, os poupadores puderam aderir ao acordo coletivo por meio de ferramenta disponibilizada pela FEBRABAN. Em 12/03/2020, o acordo foi prorrogado por mais 30 (trinta) meses, conforme Aditivo firmado pelas entidades representativas das instituições financeiras e dos consumidores, sendo mais uma vez homologado pelo STF, nos autos da ADPF 165, conforme acórdão publicado em 18/06/2020, e prorrogado por mais 30 (trinta) meses, em votação no plenário virtual do STF, cujo acórdão foi publicado em 09/01/2023. Após, em nova sessão virtual, finalizada em 23/05/2025, o STF julgou o mérito da controvérsia e declarou a constitucionalidade dos Planos Econômicos Bresser, Verão, Collor I e Collor II. Todavia, foi garantido aos poupadores o recebimento dos valores estabelecidos no acordo coletivo homologado pela Suprema Corte, desde que manifestem suas adesões no prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

No que se refere às demandas que versam sobre expurgos inflacionários em depósitos judiciais, o Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional

versada nos Recursos Extraordinários interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e FEBRABAN (RE nº 1.141.156/RJ), determinou a suspensão dos processos que tratem da matéria e que tramitam no território nacional, o que restou confirmado pelo Plenário do STF em 19/12/2019.

Quanto ao Plano Collor I incidente sobre o crédito rural, o Banco é parte passiva em ações nas quais os mutuários questionam o índice de correção monetária utilizado pelo Banco para atualizar os empréstimos rurais após a implementação do mencionado plano econômico. Sobre esse tema, em 04/12/2014, o STJ julgou o Recurso Especial (REsp) nº 1.319.232/DF, nos autos da Ação Civil Pública (ACP) nº 94.008514-1, condenado solidariamente a União, o Banco Central do Brasil e o Banco do Brasil ao pagamento das diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 (84,32% ou o índice ponderado de 74,60% previsto no art. 6º da Lei nº 8.088/1990), e o BTN fixado em idêntico período (41,28%), corrigindo monetariamente os valores a contar do pagamento a maior, pelos índices aplicáveis aos débitos judiciais, acrescidos de juros de mora. A condenação ainda não transitou em julgado em razão da interposição de recursos pelo Banco Central do Brasil, pela União e pelo Banco do Brasil.

Em 22/06/2021, o recurso extraordinário do Banco do Brasil foi inadmitido, sendo interposto novo recurso à Corte Especial do STJ. O recurso extraordinário (RE) do Banco do Brasil foi autuado sob o nº 1.445.162. Em 10/02/2024, o Plenário do STF reputou constitucional a controvérsia e reconheceu a existência de repercussão geral da matéria (Tema nº 1.290/STF). Após, em decisão de 08/03/2024, o ministro relator do caso no STF decretou a suspensão nacional do processamento de todas as demandas pendentes que tratem dessa mesma controvérsia, inclusive as liquidações e os cumprimentos provisórios da sentença coletiva relacionada à ACP nº 94.008514-1. O RE n.º 1.445.162 encontra-se pendente de julgamento final pelo STF.

Provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais – prováveis

O Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda "provável", quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentações nas provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais, classificadas como prováveis

	Banco Múltiplo	Consoliodado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Demandas cíveis		
Saldo inicial	**14.766.177**	**14.928.656**
Constituição	6.172.007	6.231.769
Reversão da provisão	(2.306.044)	(2.346.012)
Baixa por pagamento	(1.850.869)	(1.863.396)
Atualização monetária e variação cambial	507.590	506.939
Saldo final	**17.288.861**	**17.457.956**
Demandas trabalhistas		
Saldo inicial	**7.630.188**	**7.679.384**
Constituição	1.719.816	1.729.998
Reversão da provisão	(870.670)	(879.673)
Baixa por pagamento	(1.240.410)	(1.244.861)
Atualização monetária e variação cambial	361.382	361.989
Saldo final	**7.600.306**	**7.646.837**
Demandas fiscais		
Saldo inicial	**1.584.401**	**1.750.418**
Constituição	215.133	235.864
Reversão da provisão	(106.644)	(110.376)
Baixa por pagamento	(92.382)	(93.354)
Atualização monetária e variação cambial	63.796	69.867
Saldo final	**1.664.304**	**1.852.419**
Total das provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais	**26.553.471**	**26.957.212**

Cronograma esperado de desembolsos

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Até 5 anos	15.687.253	6.914.327	1.162.372	15.841.087	6.960.776	1.481.732
Acima de 5 anos	1.601.608	685.979	501.932	1.616.869	686.061	370.687
Total	**17.288.861**	**7.600.306**	**1.664.304**	**17.457.956**	**7.646.837**	**1.852.419**

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incerto o cronograma esperado de desembolsos.

Passivos contingentes - possíveis

As demandas cíveis, trabalhistas e fiscais são classificadas como passivos contingentes possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Demandas fiscais	11.751.668	12.633.739
Demandas cíveis	2.184.939	2.212.668
Demandas trabalhistas	69.133	84.316
Total	**14.005.740**	**14.930.723**

As principais discussões de perda possível se concentram na natureza fiscal, e estão detalhadas a seguir:

- Compensações não homologadas – R$ 4.118.993 mil: litígios referentes a créditos indicados à compensação apurados a partir da dedução dos impostos sobre a renda pagos no exterior;
- ISSQN – R$ 2.469.886 mil: discute-se a incidência de ISS sobre receitas diversas da instituição financeira;
- Contribuições Sociais – R$ 1.050.815 mil: exigência de encargos sociais sobre o Auxílio-Alimentação e Refeição concedidos no âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador; e
- Os demais assuntos são pulverizados.

Depósitos em garantia de recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Demandas Cíveis	19.745.433	19.788.405
Demandas Fiscais	9.857.303	10.674.639
Demandas Trabalhistas	8.677.792	8.707.421
Total	**38.280.528**	**39.170.465**

b) Resultado de provisões

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Cíveis, fiscais e trabalhistas	**(5.759.223)**	**(5.802.139)**
Cíveis	(4.376.410)	(4.394.470)
Trabalhistas	(1.210.528)	(1.212.314)
Fiscais	(172.285)	(195.355)
Outras	**(12.666)**	**(12.666)**
Outras	(12.666)	(12.666)
Total	**(5.771.889)**	**(5.814.805)**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

22 – Tributos

a) Composição da receita (despesa) de IR e CSLL

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Valores Correntes	**(82.045)**	**(2.949.671)**
IR e CSLL no país	(8.069)	(2.646.816)
Imposto de renda no exterior	(73.976)	(302.855)
Valores diferidos	**5.711.669**	**5.779.549**
Passivos fiscais diferidos	**(307.067)**	**(419.995)**
Operações de leasing - ajuste da carteira e depreciação incentivada	--	(29.562)
Marcação a mercado	1.183.077	1.102.930
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	(979.559)	(979.559)
Lucros do exterior	(510.585)	(510.585)
Resultado não realizado (BB-BI)	--	10.271
Outros	--	(13.490)
Ativos fiscais diferidos	**6.018.736**	**6.199.544**
Diferenças temporárias	6.477.720	6.565.872
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	--	--
Marcação a mercado	(158.944)	(66.288)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	(300.040)	(300.040)
Total	**5.629.624**	**2.829.878**

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Resultado antes dos tributos e participações	**5.519.259**	**9.909.398**
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (20%)	(2.483.667)	(4.459.229)
Encargos JCP	1.474.594	1.474.594
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	3.716.740	1.728.128
Participação de empregados no lucro	562.632	565.199
Outros valores[1]	2.359.325	3.521.186
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**5.629.624**	**2.829.878**

1- Referem-se, principalmente, às receitas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste - FCO.

c) Despesas tributárias

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Cofins	(2.152.351)	(2.730.623)
ISSQN	(463.903)	(708.182)
PIS/Pasep	(349.972)	(465.540)
Outras	(105.590)	(471.215)
Total	**(3.071.816)**	**(4.375.560)**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Passivos fiscais diferidos

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	8.442.876	8.442.876
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	1.599.430	1.650.920
Decorrentes de lucros do exterior	510.585	510.585
Atualização de depósitos judiciais fiscais	134.144	134.144
Ajuste da carteira de leasing	--	114.640
Dependências no exterior	15.356	15.356
Outros	52.639	193.378
Total dos passivos fiscais diferidos	**10.755.030**	**11.061.899**
Imposto de Renda	5.551.486	5.808.628
Contribuição Social	4.517.197	4.549.084
Cofins	589.987	604.839
PIS/Pasep	96.360	99.348

e) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	Banco Múltiplo			
	01/01/2025 [1]	1º Semestre/2025		30/06/2025
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferenças temporárias	72.659.187	28.164.804	(23.404.733)	77.419.258
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	48.258.231	18.782.474	(13.748.923)	53.291.782
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	665.549	174.648	--	840.197
Provisões passivas - outras	17.097.580	6.488.440	(4.654.651)	18.931.369
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	498.439	700.025	(194.858)	1.003.606
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	4.209.237	1.979.296	(4.175.959)	2.012.574
Outras provisões	1.930.151	39.921	(630.342)	1.339.730
CSLL escriturada a 18% (MP nº 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Base negativa	192.920	975	--	193.895
Total dos ativos fiscais diferidos	**73.488.645**	**28.165.779**	**(23.404.733)**	**78.249.691**
Imposto de Renda	40.722.545	14.626.420	(11.788.680)	43.560.285
Contribuição Social	32.216.819	12.779.039	(10.500.517)	34.495.341
Cofins	434.920	654.039	(922.021)	166.938
PIS/Pasep	114.361	106.281	(193.515)	27.127

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

	Consolidado			
	01/01/2025 [1]	1º Semestre/2025		30/06/2025
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferenças temporárias	74.578.241	28.390.561	(23.426.200)	79.542.602
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	48.352.603	18.859.031	(13.782.618)	53.429.016
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	665.571	177.889	(3.248)	840.212
Provisões passivas - outras	17.489.134	6.489.773	(4.556.229)	19.422.678
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	498.439	700.025	(194.858)	1.003.606
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	4.353.130	1.937.196	(4.253.588)	2.036.738
Outras provisões	3.219.364	226.647	(635.659)	2.810.352
CSLL escriturada a 18% (MP nº 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Base negativa	252.681	34.129	(8.599)	278.211
Total dos ativos fiscais diferidos	**75.467.460**	**28.424.690**	**(23.434.799)**	**80.457.351**
Imposto de Renda	42.010.192	16.149.932	(13.194.254)	44.965.870
Contribuição Social	32.733.424	11.473.471	(9.121.081)	35.085.814
Cofins	578.354	687.678	(925.400)	340.632
PIS/Pasep	145.490	113.609	(194.064)	65.035

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários - não ativados)

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Créditos tributários no exterior	849.569	1.114.152
Prejuízo fiscal/Base negativa	--	25.586
Diferenças temporárias	--	5.159
Total dos créditos tributários	**849.569**	**1.144.897**
Imposto de Renda	471.983	636.054
Contribuição Social	377.586	508.843

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 30/06/2025, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2025	13.582.220	12.944.486	13.936.242	12.970.703
Em 2026	18.859.163	20.562.470	19.318.231	20.587.883
Em 2027	20.753.414	17.474.284	21.253.830	17.496.161
Em 2028	2.704.578	2.146.718	2.777.565	2.154.282
Em 2029	3.268.838	2.474.946	3.350.087	2.479.273
Em 2030	3.637.495	2.598.300	3.726.281	2.601.800
Em 2031	4.706.727	3.171.908	4.819.007	3.174.760
Em 2032	3.972.866	2.526.052	4.067.580	2.528.207
Em 2033	4.095.499	2.456.618	4.190.976	2.457.779
Em 2034	2.668.891	1.510.345	3.017.552	1.622.712
Total de créditos tributários em 30/06/2025	**78.249.691**	**67.866.127**	**80.457.351**	**68.073.560**

No 1º semestre/2025, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R$ 23.404.733 mil (R$ 23.434.799 mil no Consolidado), correspondente a 139,85% da respectiva projeção de utilização para o período de 2025, que constava no estudo técnico elaborado em 31/12/2024.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 30/06/2025, está projetada para 10 anos, nas seguintes proporções:

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar [1]	Diferenças temporárias [2]	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar [1]	Diferenças temporárias [2]
Em 2025	0%	17%	0%	17%
Em 2026	0%	29%	0%	29%
Em 2027	0%	26%	0%	26%
A partir de 2028	100%	28%	100%	28%

1 - Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.
2 - A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

23 – Patrimônio líquido

a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária

	30/06/2025
Patrimônio líquido do Banco do Brasil	174.734.336
Valor patrimonial por ação (R$) [1]	30,61
Valor de mercado por ação (R$)	22,09
Patrimônio líquido consolidado	183.548.999

1 - Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

b) Capital social

O capital social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R$ 120.000.000 mil está dividido em 5.730.834.040 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

c) Instrumento elegível ao capital principal

Em 26/09/2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

Desde a assinatura do termo aditivo, em 28/08/2014, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Tendo em vista sua elegibilidade ao capital principal, em conformidade com a Lei nº 12.793, de 02/04/2013, e Resolução CMN nº 4.955/2021, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, o instrumento é reclassificado para o patrimônio líquido.

Conforme Comunicado ao Mercado, de 08 de abril de 2021, o Banco apresentou proposta de devolução do referido instrumento em sete parcelas anuais de R$ 1 bilhão e uma parcela final de R$ 1,1 bilhão, com base em cronograma compreendido entre julho/2022 e julho/2029.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Reservas de capital e de lucros

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Reservas de capital	1.416.070	1.417.065
Reservas de lucros	76.741.182	76.225.175
Reserva legal	15.715.601	15.715.601
Reservas estatutárias	61.025.581	60.509.574
Margem operacional	51.915.995	51.175.979
Equalização de remuneração do capital	9.109.586	9.333.595

A reserva de capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A reserva estatutária para equalização de remuneração do capital assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

e) Lucro por ação

	1º Semestre/2025
Lucro líquido (R$ mil)	9.884.249
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	5.708.696.148
Lucro por ação (básico e diluído) (R$)	1,73

f) Juros sobre o capital próprio/dividendos

Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995, nº 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Para atendimento da legislação de imposto de renda, bem como da contribuição social, os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, sendo dedutíveis na apuração do lucro real.

Demonstramos a seguir a base de cálculo dos dividendos, bem como a destinação do resultado do período:

	1º Semestre/2025
1) Lucro Líquido – BB Banco Múltiplo	**9.884.249**
No País	7.436.840
No Exterior	2.447.409
2) (±) Lucros/Prejuízos acumulados	41.734
3) (-) Reserva legal	(494.213)
4) Lucro Líquido Ajustado (item 1 + item 2 + item 3)	**9.431.770**
5)Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	**32.100**
6) Base de cálculo dos dividendos (item 1 + item 3 + item 5)	**9.422.136**
7) Destinações	
Juros sobre o capital próprio - Payout[1]	3.276.875
Reservas estatutárias	9.431.770
Utilização de reservas estatutárias para remuneração do capital	(3.276.875)

1 – Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Apresentamos os valores e o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

2025	Valor	Valor por ação (R$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio [1]	852.492	0,149	11/03/2025	21/03/2025
Juros sobre o capital próprio complementares [1]	1.908.077	0,334	02/06/2025	12/06/2025
2º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio [1]	516.306	0,090	02/06/2025	12/06/2025
Total destinado aos acionistas	**3.276.875**	**0,573**		
Juros sobre o capital próprio [1]	3.276.875	0,573		

1 – Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

g) Conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido

	Lucro líquido	Patrimônio líquido
	1º Semestre/2025	30/06/2025
Banco Múltiplo	**9.884.249**	**174.734.336**
Instrumento elegível a Capital Principal [1]	32.100	5.100.000
Resultado não realizado [2]	(109.000)	(516.007)
Participação de não controladores	--	4.230.670
Consolidado	**9.807.349**	**183.548.999**

1 - Nas demonstrações contábeis individuais, o instrumento elegível a capital principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de recursos de emissões de títulos e valores mobiliários. Nas demonstrações contábeis consolidadas, esse instrumento foi reclassificado para o patrimônio líquido (Notas 2.e e 23.c).

2 - Refere-se a resultados não realizados decorrentes de cessão de créditos do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

h) Outros resultados abrangentes

	30/06/2025
Banco do Brasil	
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	(2.691.598)
Hedge de investimentos no exterior	(30.301)
Variação cambial de investimentos no exterior	(10.273.729)
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	(8.999.882)
Controladas, coligadas e controladas em conjunto	
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	6.539
Hedge de fluxo de caixa	(38.463)
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	1.128
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	(998.523)
Outros resultados abrangentes	(140.827)
Total	**(23.165.656)**

i) Participação dos não controladores

	Lucro líquido	Patrimônio líquido
	1º Semestre/2025	30/06/2025
BB Tecnologia e Serviços	10	79
Fundos de Investimento	(1.281)	9.283
Banco Patagonia S.A.	266.746	1.072.323
BB Seguridade S.A.	1.393.137	3.148.985
Participação dos não controladores	**1.658.612**	**4.230.670**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

j) Participações acionárias (quantidade de ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	30/06/2025	
	Ações	% Total
União Federal - Tesouro Nacional	2.865.417.084	50,0
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	257.988.090	4,5
Ações em tesouraria [1]	22.443.849	0,4
Outros acionistas	2.584.985.017	45,1
Total	**5.730.834.040**	**100,0**
Residentes no país	4.447.559.649	77,6
Residentes no exterior	1.283.274.391	22,4

1 - Inclui, em 30/06/2025, 73.450 ações do Banco do Brasil mantidas na BB Asset.

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON [1]
	30/06/2025
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco)	37.382
Diretoria Executiva (Inclui a Presidente do Banco)	429.710
Conselho Fiscal	19
Comitê de Auditoria	4.030

1 - A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,008% do capital do Banco.

k) Movimentação de ações em circulação/free float

	30/06/2025	
	Quantidade	% Total
Ações em circulação (free float) no início do período	2.842.288.271	49,6
Outras movimentações [1]	217.726	
Ações em circulação (free float) no fim do período [2]	2.842.505.997	49,6
Total emitido	**5.730.834.040**	**100,0**

1 - Inclui as movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.
2 - Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

l) Ações em tesouraria

Demonstramos a seguir a composição das ações em tesouraria:

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2025		30/06/2025	
	Ações	% Total	Ações	% Total
Ações em tesouraria	**22.370.399**	**100,0**	**22.443.849**	**100,0**
Recebidas em dação de pagamento (Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN)	16.150.700	72,2	16.150.700	72,0
Programas de Recompra (ocorridos entre 2012 e 2015)	5.625.287	25,1	5.625.287	25,1
Programa de Remuneração Variável	594.286	2,7	667.736	2,9
Incorporações	126	--	126	--
Valor Contábil	**(257.260)**		**(258.255)**	

m) Pagamento baseado em ações

Programa de remuneração variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN nº 5.177, de 26/09/2024, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a ativação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados e o atingimento de lucro contábil pelo Banco do Brasil.

A apuração da remuneração variável tem como base indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas, da unidade e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga em espécie e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento.

A distribuição da remuneração em ações ocorre de forma que 20% é imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% é diferido.

Os efeitos no resultado do Programa de Remuneração Variável do Banco Múltiplo foram de R$ 14.341 mil no 1º semestre/2025.

A BB Asset, em decorrência da resolução supracitada, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de Ações do Programa	Custo Médio	Ações Distribuídas	Ações a Distribuir	Cronograma Estimado de Transferências
Programa 2021					
	442.658	16,76	354.170	88.488	03/2026
Total de ações a distribuir				**88.488**	
Programa 2022					
	400.715	19,58	241.223	79.746	03/2026
				79.746	03/2027
Total de ações a distribuir				**159.492**	
Programa 2023					
	306.250	29,01	153.384	61.064	03/2026
				42.724	03/2027
				30.512	03/2028
				18.566	03/2029
Total de ações a distribuir				**152.866**	
Programa 2024					
	331.813	28,37	66.353	99.531	03/2026
				66.353	03/2027
				46.438	03/2028
				33.171	03/2029
				19.967	03/2030
Total de ações a distribuir				**265.460**	

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

24 – Receitas de prestação de serviços

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Administração de fundos	3.076.639	5.064.890
Comissões de seguros, previdência e capitalização	163.736	2.971.899
Conta corrente	2.683.439	2.683.870
Taxas de administração de consórcios	--	1.680.138
Rendas de cartões	824.475	1.013.860
Operações de crédito e garantias prestadas	723.744	725.725
Cobrança	558.298	590.854
Arrecadações	502.822	487.226
Rendas do mercado de capitais	75.508	366.553
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais[1]	152.796	152.796
Interbancária	30.978	30.978
Outras	802.725	1.346.432
Total	**9.595.160**	**17.115.221**

1 - Inclui o montante de R$ 23.350 mil no 1º Semestre/2025 relativo às arrecadações de contribuições e tributos federais.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

25– Despesas Administrativas

a) Despesas de pessoal

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Proventos	(5.701.592)	(6.523.100)
Encargos sociais	(2.251.965)	(2.466.945)
Benefícios	(1.959.580)	(2.081.224)
Provisões administrativas de pessoal	(1.552.584)	(1.557.201)
Previdência complementar	(498.419)	(508.300)
Honorários de diretores e conselheiros	(23.734)	(34.893)
Treinamentos	(22.799)	(28.004)
Total	**(12.010.673)**	**(13.199.667)**

b) Outras despesas administrativas

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Amortização	(1.304.097)	(1.308.038)
Depreciação	(861.161)	(930.173)
Processamento de dados	(1.089.790)	(809.473)
Serviços de vigilância e segurança	(712.722)	(732.709)
Aluguéis	(584.571)	(590.405)
Manutenção e conservação de bens	(635.559)	(445.832)
Serviços técnicos especializados	(275.163)	(356.671)
Programa de Desempenho Gratificado - PDG	(317.940)	(317.940)
Serviços do sistema financeiro	(228.105)	(291.234)
Propaganda e publicidade	(232.527)	(250.357)
Comunicações	(209.759)	(244.237)
Água, energia e gás	(225.949)	(238.125)
Serviços de terceiros	(408.833)	(232.569)
Promoções e relações públicas	(111.029)	(123.205)
Viagem no país	(51.292)	(70.430)
Transporte	(48.947)	(60.498)
Material	(7.255)	(15.672)
Outras	(308.486)	(321.710)
Total	**(7.613.185)**	**(7.339.278)**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

26 – Outras receitas e outras despesas

a) Outras receitas operacionais

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Atualização de ativo atuarial	1.992.476	1.992.476
Atualização de depósitos em garantia	1.364.088	1.373.354
Recuperação de encargos e despesas	1.235.623	954.291
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 28.f)	653.920	653.920
Operações com cartões	417.259	653.692
Clube de Benefícios BB	251.674	251.674
Atualização de impostos a compensar	125.253	125.253
Receitas das empresas controladas não financeiras	--	102.179
Reversão de provisões - outras	44.539	70.910
Reversão de provisões - despesas administrativas e de pessoal	44.194	44.194
Dividendos recebidos	169.851	21.619
Receitas decorrentes de condenações, custas e acordos judiciais	21.614	21.614
Rendas de títulos e créditos a receber	2.072	2.072
Outras	163.710	300.542
Total	**6.486.273**	**6.567.790**

b) Outras despesas operacionais

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Operações com cartões	(1.108.169)	(1.248.559)
Serviços de terceiros	(627.509)	(876.070)
Bônus de relacionamento negocial	(824.527)	(824.527)
Atualização das obrigações atuariais	(669.786)	(669.786)
Descontos concedidos em renegociação	(591.199)	(591.199)
Despesas das empresas controladas não financeiras	--	(358.283)
Transporte de valores	(313.290)	(313.290)
Convênio INSS	(307.298)	(307.298)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(269.196)	(269.196)
Autoatendimento	(265.862)	(265.862)
Falhas/fraudes e outras perdas	(99.247)	(118.086)
Despesa como arrendatários e subarrendatários	(57.818)	(81.808)
Outras despesas de provisões operacionais	(660)	(41.868)
Outras	(2.793.493)	(2.847.805)
Total	**(7.928.054)**	**(8.813.637)**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

27 – Partes relacionadas

a) Pessoal-chave da administração

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	1º Semestre/2025
Benefícios de curto prazo	**34.256**
Honorários e encargos sociais	18.593
Diretoria Executiva	18.421
Conselho de Administração	172
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	12.265
Outros [1]	3.398
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	**109**
Remuneração baseada em ações	**15.138**
Total	**49.503**

1 - Inclui a remuneração dos membros dos Comitês de Auditoria e de Riscos e de Capital que integram o Conselho de Administração, bem como contribuições patronais aos planos de saúde e previdência complementar, auxílio moradia, vantagens de remoção, seguro de vida em grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/2024, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 23.m).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

a) transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações de compra e venda de moeda estrangeira, depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;

b) valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei nº 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele órgão, conforme estabelece a legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;

c) disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;

d) contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;

e) disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. No 1º Semestre de 2025, foram ressarcidos custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura no valor de R$ 500.801 mil no Banco Múltiplo e R$ 227.149 mil no Consolidado. Informações complementares, com relação à cessão de pessoal, constam da Nota 34.d – Cessão de empregados a órgãos externos;

f) aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;

g) aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;

h) cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A;

i) contratação de serviços especializados da BB Tecnologia S.A. (BBTS) para assistência técnica especializada, digitalização e reprodução de documentos, telemarketing, cobrança extrajudicial, suporte e apoio a processos de negócios financeiros e não financeiros, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a equipamentos e ambientes, desenvolvimento, sustentação e teste de software, suporte e operação em data center, gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular, outsourcing e monitoria de sistemas de segurança física e outsourcing de telefonia;

j) valores a receber decorrente das honras solicitadas pelo Banco aos Fundos Garantidores, nos quais a União detém participação, conforme prazos e condições estabelecidos pelo regulamento de cada programa de garantia. Os Fundos Garantidores são instrumentos de natureza pública ou privada destinados a garantir projetos e operações de crédito, com a finalidade, dentre outras, de viabilizar empreendimentos estruturados do Poder Público e auxiliar a inclusão de pessoas físicas e jurídicas no mercado de crédito; e

k) Garantias recebidas e prestadas e outras coobrigações, dentre elas o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

Para 2025, o Banco e a Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram contrato de abertura de crédito destinado à contratação de operações de crédito, no âmbito das áreas de habitação popular e demais operações habitacionais, no valor de até R$ 1.180.000 mil.

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro "Sumário das transações com partes relacionadas", segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na Nota 10; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas nas Notas 19 e 20; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 28.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No 1º Semestre de 2025, o Banco e suas subsidiárias realizaram contribuições para a FBB no valor de R$ 64.353 mil.

c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	1º Semestre/2025
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	379.224

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Sumário das transações com partes relacionadas

Apresentamos as transações realizadas com as partes relacionadas, segregadas nas seguintes categorias:

a) Controlador: União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal);
b) Controladas: Empresas relacionadas na Nota 2.e;
c) Coligadas e controladas em conjunto: Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban;
d) Pessoal-chave da administração: Conselho de Administração e Diretoria Executiva; e
e) Outras partes relacionadas: Empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF e BNDES. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

Banco Múltiplo	Controlador	Controladas	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	30/06/2025
Ativos	**2.052.419**	**6.784.551**	**14.228.658**	**5.225**	**25.242.146**	**48.312.999**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	3.119.275	5.002.753	--	2.769.838	**10.891.866**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	164	11.693	470.818	--	1.305.157	**1.787.832**
Carteira de crédito [1]	--	249.093	7.973.820	5.225	20.874.536	**29.102.674**
Outros ativos [2]	2.052.255	3.404.490	781.267	--	292.615	**6.530.627**
Garantias recebidas	352.748	--	--	--	--	**352.748**
Passivos	**47.731.203**	**31.781.774**	**15.587.506**	**37.845**	**68.328.930**	**163.467.258**
Recursos de clientes	3.469.392	199.831	521.558	2.176	10.954.994	**15.147.951**
Recursos de instituições financeiras	98.383	26.809.439	2.158.884	--	55.555.507	**84.622.213**
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	5.314.362	42.599	49.338	35.669	85.612	**5.527.580**
Outros passivos [3]	38.849.066	4.729.905	12.857.726	--	1.732.817	**58.169.514**
Garantias prestadas e outras coobrigações	352.960	33.607	5.069.706	4.625	--	**5.460.898**
Demonstração do resultado			**1º Semestre/2025**			
Receitas da intermediação financeira	3.267.658	528.417	507.503	571	1.577.757	**5.881.906**
Despesas da intermediação financeira	(114.535)	(1.453.719)	(136.323)	(2.032)	(2.261.603)	**(3.968.212)**
Receitas de prestação de serviços	52.431	17.884	404.522	--	312.538	**787.375**
Outras receitas	3.689	424.501	300.360	--	6.463	**735.013**
Outras despesas	(1.415.183)	(1.133.507)	(522.164)	--	(273.863)	**(3.344.717)**

1 - A carteira de crédito possui R$ 18.793 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito.
2 - As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.
3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

Consolidado	Controlador	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	30/06/2025
Ativos	**2.052.419**	**17.482.634**	**5.225**	**25.382.077**	**44.922.355**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	5.002.753	--	2.769.838	**7.772.591**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	164	475.310	--	1.444.988	**1.920.462**
Carteira de crédito [1]	--	7.973.820	5.225	20.874.536	**28.853.581**
Outros ativos [2]	2.052.255	4.030.751	--	292.715	**6.375.721**
Garantias recebidas	352.748	--	--	--	**352.748**
Passivos	**42.631.205**	**21.639.227**	**37.845**	**68.328.930**	**132.637.207**
Recursos de clientes	3.469.392	521.558	2.176	10.954.994	**14.948.120**
Recursos de instituições financeiras	98.383	2.158.884	--	55.555.507	**57.812.774**
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	214.364	49.338	35.669	85.612	**384.983**
Outros passivos [3]	38.849.066	18.909.447	--	1.732.817	**59.491.330**
Garantias prestadas e outras coobrigações	352.960	5.069.706	4.625	--	**5.427.291**
Demonstração do resultado		**1º Semestre/2025**			
Receitas da intermediação financeira	3.267.658	505.997	571	1.580.965	**5.355.191**
Despesas da intermediação financeira	(114.535)	(136.323)	(2.032)	(2.261.603)	**(2.514.493)**
Receitas de prestação de serviços	58.620	3.558.679	11	360.106	**3.977.416**
Outras receitas	3.689	424.692	--	6.463	**434.844**
Outras despesas	(1.377.038)	(522.175)	--	(276.067)	**(2.175.280)**

1 - A carteira de crédito possui R$ 18.793 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito.
2 - As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.
3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

28 – Benefícios a empregados

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais[1]	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I[1]	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

1 - Planos cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido, conforme escolha do participante. Os benefícios de risco pertencem à modalidade de benefício definido.

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	30/06/2025		
	N.º de participantes		
	Em atividade	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	**87.540**	**121.943**	**209.483**
Plano de Benefícios 1 - Previ	2.689	98.950	101.639
Plano Previ Futuro	74.798	4.759	79.557
Plano Informal	--	1.756	1.756
Outros Planos	10.053	16.478	26.531
Planos de Assistência Médica	**89.118**	**105.066**	**194.184**
Cassi	80.687	100.028	180.715
Outros Planos	8.431	5.038	13.469

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	1º Semestre/2025
Planos de Aposentadoria e Pensão	**1.080.535**
Plano de Benefícios 1 - Previ [1]	329.387
Plano Previ Futuro	546.708
Plano Informal	58.574
Outros Planos	145.866
Planos de Assistência Médica	**1.128.419**
Cassi	999.769
Outros Planos	128.650
Total	**2.208.954**

1 - Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade até 2018 e do Fundo de Utilização (Nota 28.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14/04/1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

Em 30/06/2025, as contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego) foram estimadas em R$ 1.166.664 mil para os próximos 6 meses e R$ 2.169.734 mil para os próximos 12 meses.

Valores reconhecidos no resultado

	1º Semestre/2025
Planos de Aposentadoria e Pensão	**1.331.882**
Plano de Benefícios 1 - Previ	1.953.694
Plano Previ Futuro	(546.708)
Plano Informal	(50.955)
Outros Planos	(24.149)
Planos de Assistência Médica	**(1.264.462)**
Cassi	(1.139.454)
Outros Planos	(125.008)
Total	**67.420**

Informações detalhadas em relação aos planos de benefício definido constam na Nota 28.d.4.

a) Planos de aposentadoria e pensão

Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24/12/1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23/12/1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

(a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14/04/1967;

(b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14/04/1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e

(c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2009) inscritos a partir de 01/08/2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio-doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31/07/2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Grupo de funcionários e aposentados oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22/01 a 13/05/1974 e seus assistidos.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/09/2008) inscritos a partir de 12/01/2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2% a 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11/01/2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

b) Planos de assistência médica

Plano de Associados (Cassi)

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além de 3% por dependente de funcionário da ativa (até três dependentes).

A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 4% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, coparticipação em alguns procedimentos, além de contribuição por dependente, seguindo as regras previstas no Estatuto da Cassi e no regulamento do plano.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos até 31/12/2000. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos a partir de 01/01/2001. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos "B" (Regulamento Complementar 1) e "C" (Regulamento Geral) e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Bescor, Fusesc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é variável em função da faixa etária do beneficiário, devida por si e por seus dependentes, e a dos patrocinadores, em relação aos ativos e aos seus respectivos dependentes, também é variável em função da faixa etária. O plano prevê ainda, coparticipação sobre consultas, exames e atendimentos domiciliares, seguindo as regras previstas no regulamento do plano.

c) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para as entidades patrocinadas, o que pode afetar negativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido do Banco.

Do ponto de vista do ativo, o risco atuarial está associado à possibilidade de perdas resultantes da flutuação (redução) no valor justo dos ativos do plano. Do ponto de vista do passivo atuarial, por sua vez, o risco está associado à possibilidade de perdas decorrentes da flutuação (aumento) no valor presente das obrigações atuariais dos planos da categoria Benefício Definido.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Avaliações atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas na data base 30/06/2025.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

1º Semestre/2025	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos
Saldo inicial	**(129.071.404)**	**(637.536)**	**(8.459.342)**	**(7.762.407)**
Custo de juros	(8.683.601)	(42.155)	(569.962)	(526.936)
Custo do serviço corrente	(6.240)	--	(45.240)	(1.231)
Custo do serviço passado	--	(8.800)	--	--
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	8.549.762	58.574	475.516	453.452
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(13.663.208)	(49.601)	(733.694)	(712.792)
Ajuste de experiência	(2.359.226)	(606)	(151.606)	(19.097)
Alterações premissas biométricas/demográficas	--	--	--	--
Alterações premissas financeiras	(11.303.982)	(48.995)	(582.088)	(693.695)
Saldo final	**(142.874.691)**	**(679.518)**	**(9.332.722)**	**(8.549.914)**
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(142.874.691)	--	--	(7.657.495)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	(679.518)	(9.332.722)	(892.419)

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

1º Semestre/2025	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos [1]
Saldo inicial	**182.839.230**	**--**	**--**	**7.714.673**
Receita de juros	12.597.228	--	--	541.292
Contribuições recebidas	647.901	58.574	475.516	239.126
Participantes	318.514	--	--	89.292
Empregador	329.387	58.574	475.516	149.834
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	(8.549.762)	(58.574)	(475.516)	(453.452)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	3.946.321	--	--	(384.144)
Saldo final	**191.480.918**	**--**	**--**	**7.657.495**

1 - Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmais (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo 1 (Fusesc), Plano 1 (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

30/06/2025	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos
1) Valor justo dos ativos do plano	191.480.918	--	--	7.657.495
2) Valor presente das obrigações atuariais	(142.874.691)	(679.518)	(9.332.722)	(8.549.914)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	48.606.227	(679.518)	(9.332.722)	(892.419)
4) Ativo/(passivo) atuarial líquido registrado [1]	**24.303.114**	**(679.518)**	**(9.332.722)**	**(906.350)**

1 - Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.4) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

1º Semestre/2025	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos
Custo do serviço corrente	(3.120)	--	(45.240)	(616)
Custo dos juros	(4.341.800)	(42.155)	(569.961)	(291.779)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	6.298.614	--	--	269.771
Custo do serviço passado não reconhecido	--	(8.800)	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	(524.253)	(128.407)
Outros ajustes/reversão	--	--	--	1.874
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	**1.953.694**	**(50.955)**	**(1.139.454)**	**(149.157)**

d.5) Valores reconhecidos no patrimônio líquido

1º Semestre/2025	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos
Saldo inicial	**(5.175.074)**	**(69.842)**	**(200.844)**	**(255.701)**
Ajustes de avaliação patrimonial	(4.863.880)	(49.601)	(733.694)	(578.700)
Efeitos fiscais	2.313.140	22.320	330.162	261.832
Saldo final	**(7.725.814)**	**(97.123)**	**(604.376)**	**(572.569)**

d.6) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

30/06/2025	Duration [1]	Pagamentos de benefícios esperados [2]				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	6,98	17.560.958	16.697.896	16.402.445	315.670.387	366.331.686
Plano Informal (Previ)	5,08	119.992	107.403	97.687	975.676	1.300.758
Plano de Associados (Cassi)	8,28	1.069.900	1.053.938	1.032.448	31.866.779	35.023.065
Regulamento Geral (Economus)	6,89	764.905	759.455	751.534	13.869.883	16.145.777
Regulamento Complementar 1 (Economus)	8,02	4.942	5.111	5.330	136.960	152.343
Plus I e II (Economus)	9,09	54.906	56.299	58.095	2.253.329	2.422.629
Grupo B' (Economus)	6,19	25.745	25.475	25.083	359.881	436.184
Prevmais (Economus)	7,49	37.550	37.428	37.248	860.729	972.955
Multifuturo I (Fusesc)	6,96	10.071	9.639	9.550	182.730	211.990
Plano I (Fusesc)	5,82	57.161	53.854	52.246	673.594	836.855
Plano BEP (Prevbep)	7,26	8.330	8.285	8.220	168.013	192.848

1 - Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.
2 - Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.7) Composição dos ativos dos planos

30/06/2025	Plano 1 - Previ	Outros Planos
Renda fixa	127.602.884	7.096.798
Renda variável [1]	46.166.049	111.943
Investimentos imobiliários	10.895.264	196.453
Empréstimos e financiamentos	5.380.614	153.535
Outros	1.436.107	98.766
Total	**191.480.918**	**7.657.495**
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano		
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	8.903.863	18.774
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	1.225.478	30.929

1 - No plano 1 – Previ, inclui o valor de R$ 3.810.282 mil referente a ativos não cotados em mercado ativo.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

30/06/2025	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos
Taxa de inflação (a.a.)	3,91%	3,95%	3,90%	3,92%
Taxa real de desconto (a.a.)	9,49%	9,35%	9,60%	9,47%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	13,77%	--	--	13,75%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,77%	--	--	0,91%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015	BR-EMSsb-2015	BR-EMSsb-2015	AT-2000 / AT-2012 / RP 2000
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.9) Diferenças de premissas do Plano 1 – Previ – Posição

30/06/2025	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	9,49%	4,75%
Avaliação de ativos		
Títulos públicos	Valor de Mercado	Custo Amortizado
Participações acionárias	Valor de Mercado	Valor Ajustado [1]
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

1 - A Previ, na metodologia de avaliação para o seu investimento na Litel, utiliza como referência o preço de fechamento da ação da Vale, principal ativo do grupo Litel, do penúltimo dia de cada mês.

d.10) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

30/06/2025	Ativos do Plano	Obrigações Atuariais	Efeito no Superávit/(Déficit)
Valor apurado - Previ	**213.903.571**	**(215.667.592)**	**(1.764.021)**
Ajuste no valor dos ativos do plano [1]	(22.422.653)	--	(22.422.653)
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização	--	72.792.901	72.792.901
Valor apurado - Banco	**191.480.918**	**(142.874.691)**	**48.606.227**

1 - Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

d.11) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, demonstrando o aumento/(redução) nas obrigações dos benefícios definidos, com as variações razoavelmente possíveis para 30/06/2025.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

30/06/2025	Taxa de Desconto		Expectativa de Vida		Crescimento Salarial	
	+0,25%	-0,25%	+1 ano	-1 ano	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	(2.391.028)	2.471.820	2.159.869	(2.216.821)	828	(826)
Plano Informal (Previ)	(8.355)	8.580	16.513	(16.531)	--	--
Plano de Associados (Cassi)	(139.402)	144.172	109.187	(111.538)	521	(510)
Regulamento Geral (Economus)	(110.567)	114.149	99.275	(103.079)	--	--
Regulamento Complementar 1 (Economus)	(1.131)	1.169	(1.989)	2.027	--	--
Plus I e II (Economus)	(13.974)	14.547	18.435	(18.064)	--	--
Grupo B' (Economus)	(3.085)	3.174	4.321	(4.334)	--	--
Prevmais (Economus)	(6.167)	6.389	1.632	(1.642)	771	(763)
Multifuturo I (Fusesc)	(1.666)	1.749	957	(995)	161	(148)
Plano I (Fusesc)	(5.708)	5.868	7.846	(7.995)	--	--
Plano BEP (Prevbep)	(1.303)	1.347	946	(988)	--	--

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

30/06/2025	Ativo Atuarial	Passivo Atuarial
Plano 1 (Previ)	24.303.114	--
Plano Informal (Previ)	--	(679.518)
Plano de Associados (Cassi)	--	(9.332.722)
Regulamento Geral (Economus)	--	(486.366)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	10.526	--
Plus I e II (Economus)	--	(646.722)
Grupo B' (Economus)	--	(204.773)
Prevmais (Economus)	175.202	--
Multifuturo I (Fusesc)	85.778	--
Plano I (Fusesc)	124.604	--
Plano BEP (Prevbep)	35.399	--
Total	**24.734.623**	**(11.350.101)**

f) Destinações do superávit do Plano 1 - Previ

	1º Semestre/2025
Fundo de Utilização [1]	
Saldo inicial	**12.026.025**
Contribuição ao Plano 1	(329.387)
Atualização	653.920
Saldo final	**12.350.558**

1 - Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta atuarial (INPC + 4,75% a.a.).

29 - Valor justo dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais, comparados ao valor justo:

	30/06/2025	
	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo	**2.359.246.452**	**2.342.516.325**
Disponibilidades	24.468.455	24.468.455
Ativos financeiros	**2.334.777.997**	**2.318.047.870**
Depósitos no Banco Central do Brasil	123.095.245	123.095.245
Aplicações interfinanceiras de liquidez	290.996.079	290.959.468
Títulos e valores mobiliários	606.328.724	607.010.454
Instrumentos financeiros derivativos	5.580.432	5.580.432
Carteira de crédito	1.231.084.195	1.213.708.949
Outros ativos financeiros	77.693.322	77.693.322
Passivos financeiros	**2.141.417.052**	**2.137.999.300**
Recursos de clientes	880.357.205	879.872.076
Recursos de instituições financeiras	725.470.672	722.538.049
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	363.846.302	363.846.302
Instrumentos financeiros derivativos	5.423.202	5.423.202
Outros passivos financeiros	166.319.671	166.319.671

Metodologias de mensuração utilizadas para estimar o valor justo dos diferentes tipos de instrumentos financeiros

Disponibilidades: Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial nessa rubrica equivalem a ativos de alta liquidez. Dessa forma, o valor contábil representa substancialmente o valor justo.

Ativos e passivos financeiros ao valor justo no resultado, ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes e demais ativos financeiros ao custo amortizado: Essas contas são constituídas basicamente por instrumentos de dívida, patrimoniais e derivativos. Considerando o conceito de valor justo, caso não exista preço cotado em um mercado ativo disponível para um instrumento financeiro e também não seja possível identificar operações recentes com instrumento financeiro similar, o Banco define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de avaliação normalmente utilizadas pelo mercado, como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado (para swaps, futuros e termo de moedas) e o modelo Black-Scholes (para opções).

De acordo com o método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, os fluxos de caixa futuros projetados com base nos índices de rentabilidade dos instrumentos são descontados a valor presente considerando-se os prazos e curvas de desconto.

As curvas de rentabilidade consideradas dependem do ativo objeto da avaliação a valor justo, por exemplo: para títulos cuja rentabilidade é atrelada ao IPCA, utiliza-se a curva do IPCA mais o cupom praticado na data referente ao valor justo.

O modelo Black-Scholes é utilizado para avaliar as opções europeias. O preço da opção pode ser calculado a partir de uma fórmula 'fechada', sendo as variáveis de entrada diretamente observáveis em mercado.

O Banco do Brasil escolheu este modelo sem pagamento de dividendos para a obtenção tanto de prêmios de opções quanto das respectivas superfícies de volatilidade, devido a sua vasta utilização pelo mercado, e sendo frequentemente utilizado pelas bolsas de valores para o cálculo de preços de ajuste de opções europeias. Nas opções de compra que serão utilizadas para a obtenção da superfície, há equivalência entre os modelos americano e europeu, o que permite a utilização do modelo citado mesmo no caso de opções de compra do tipo americano.

As fontes primárias utilizadas para cada classe de ativos financeiros são as seguintes: títulos públicos (Anbima/Bacen), títulos privados (B3, SND – Sistema Nacional de Debêntures, Anbima e Cetip) e derivativos (B3, Broadcast e Reuters).

As fontes alternativas de informações (fontes secundárias) funcionam em regime de contingência, na hipótese de não haver disponibilidade de informação nas fontes primárias ou uma situação de crise sistêmica, na ocorrência de falta de liquidez para determinados ativos ou classe de ativos e diferenças significativas entre informações de

provedores de mercado. Como fonte alternativa é utilizada a Bloomberg e, em casos críticos de ausência de informação, poderão ser utilizadas informações dos servidores primários do dia anterior.

Depósitos no Banco Central do Brasil: Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial nesse grupamento equivalem aproximadamente a seus valores justos.

Aplicações interfinanceiras de liquidez: O valor justo desse grupamento foi determinado mediante o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Por serem operações lastreadas por títulos, o apreçamento das operações compromissadas não considera no seu valor justo quaisquer mensurações de risco de crédito.

Derivativos: A apuração do valor justo dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Carteira de crédito: O valor justo da carteira de crédito, para as operações pós-fixadas, em sua maioria, foi considerado como o próprio valor contábil, devido à equivalência entre eles. Para as operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros os fluxos de caixa futuros são calculados com base nas taxas de juros contratuais e datas de pagamento, enquanto o valor justo é determinado mediante o desconto desses fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

O spread de risco de crédito é calculado por uma metodologia baseada no índice de perda esperada ponderado pelo prazo da operação. Além de índices de perdas e severidade observados nas várias linhas de crédito, esta metodologia também considera as informações do cliente no momento da contratação da operação, como o segmento de negócios ao qual pertence e o risco de crédito a ele atribuído.

Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros) podem ser comparadas às taxas de juros praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas de juros embutem todos os custos e riscos (inclusive risco de crédito) inerentes ao ativo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de captação de recursos, custos administrativos, impostos, perdas de crédito e ganho da instituição financeira.

Há também um grupo de produtos cujo valor contábil representa aproximadamente o seu valor justo. Esse grupo é composto por operações de crédito rotativo (por exemplo, cheque especial e crédito rotativo de cartões de crédito) ou com prazo igual ou inferior a um mês.

Recursos de clientes: O valor justo dos depósitos pré-fixados com vencimentos pré-estabelecidos é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos prazos de vencimento são similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas embutem todos os custos e riscos inerentes ao passivo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de oportunidade, custos administrativos, impostos e ganho da instituição financeira.

Para os depósitos pós-fixados e com vencimentos até 30 dias, o valor contábil é considerado aproximadamente o equivalente ao valor justo.

Recursos de instituições financeiras: O valor justo das obrigações por operações compromissadas com taxas pré-fixadas é determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro.

Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis são considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo. Por serem operações lastreadas em títulos, os preços dos contratos de recompra não consideram qualquer medição de risco de crédito em seu valor justo.

Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários: o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

Outros ativos e passivos financeiros: Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos outros ativos e outros passivos equivalem aproximadamente a seus valores justos.

Níveis de informação referentes a ativos e passivos mensurados a valor justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

O Banco utiliza prioritariamente valores obtidos diretamente em mercado ativo, e, caso não haja tais dados, valores gerados com base em referência de mercado ou, em último caso, modelo que considera ativos semelhantes. Diariamente, o processo produtivo da geração de informações para marcação a mercado dos ativos financeiros do Banco é executado, sendo feita a verificação da existência ou não de preços transacionados em mercado para ativos em carteira.

Em referência a transferência entre níveis, para cada instrumento financeiro, analisa-se a liquidez de mercado e o valor justo. A política no momento do reconhecimento da transferência é a mesma para transferência entre os níveis.

O modelo utilizado tanto para a marcação a mercado quanto para a marcação a modelo de títulos privados é aplicado utilizando-se a hierarquia de dados de mercado, e todos estes instrumentos têm o seu modelo de avaliação definido a cada dia.

Caso um título privado apresente negócios em um determinado dia, o valor justo será dado pelo preço médio de negócio realizado no dia. Entretanto, se o título privado não apresentar negócios no dia, é verificada a existência de preço indicativo divulgado pela Anbima ou, na falta deste, preço indicativo divulgado pela B3.

Caso não haja negócios e nem preços indicativos divulgados pela Anbima ou pela B3, o preço do título é calculado a partir de modelo matemático que considera a probabilidade de *default* associada a cada instrumento como o *spread* do risco de crédito.

Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no Balanço Consolidado

	30/06/2025	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo	**568.463.839**	**540.823.220**	**27.191.501**	**449.118**
Aplicações interfinanceiras de liquidez (objeto de hedge)	2.741.200	--	2.741.200	--
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	7.211.872	4.324.184	2.675.493	212.195
Instrumentos financeiros derivativos	5.580.432	--	5.580.432	--
Títulos e valores mobiliários ao valor justo em outros resultados abrangentes	552.880.833	536.499.036	16.194.376	187.421
Carteira de crédito (objeto de hedge)	49.502	--	--	49.502
Passivo	**9.769.048**	**--**	**9.769.048**	**--**
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários (objeto de hedge)	4.345.846	--	4.345.846	--
Instrumentos financeiros derivativos	5.423.202	--	5.423.202	**--**

Não houve transferência entre o Nível 1 e o Nível 2 no período. Para os ativos avaliados no Nível 3, os ganhos, perdas, transferências entre níveis e o efeito das mensurações estão descritos no quadro abaixo.

Descrição	Valor Justo em 01/01/2025	Total de Ganhos e Perdas (Realizado/ Não Realizado)	Compras	Vendas/ Liquidações	Transferências do Nível 3	Transferências para o Nível 3	Valor Justo em 30/06/2025
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	34.798	104.364	--	(2)	--	73.035	212.195
Títulos e valores mobiliários ao valor justo em outros resultados abrangentes	294.129	21.347	--	--	(128.055)	--	187.421
Carteira de crédito (objeto de hedge)	46.193	3.309	--	--	--	--	49.502
Total	**375.120**	**129.020**	**--**	**(2)**	**(128.055)**	**73.035**	**449.118**

Para mensurações de Nível 3 na hierarquia de valor justo, foram utilizados os seguintes dados não observáveis.

Descrição	Técnicas de avaliação	Dados não observáveis
Ativo		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.

Eventualmente, comparações entre dados não observáveis do Banco e valores com base em referências de mercado (ainda que com pouco ou nenhum registro de negócios), podem apresentar convergência pouco aceitável para alguns instrumentos, em especial ativos problemáticos, indicando potencialmente menor grau de liquidez de mercado.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados e títulos privados cujo componente de risco de crédito é relevante. A taxa de juros de renovação das operações das carteiras é o dado não observável mais significativo usado na mensuração a valor justo dos instrumentos de Nível 3. Variações significativas nessa taxa de juros podem resultar em alterações significativas no valor justo.

30 – Gerenciamento de riscos e de capital

a) Risco de mercado e risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

O risco de mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, de câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

O risco de taxa de juros na carteira bancária é conceituado como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Análise de sensibilidade

Método e objetivo da análise

O Banco realiza, trimestralmente, a análise de sensibilidade das exposições ao risco de taxas de juros de suas posições próprias, utilizando como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Pressupostos e limitações do método

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.

Escopo, cenários de aplicação do método e implicações no resultado

O processo de análise de sensibilidade no Banco do Brasil é realizado considerando o seguinte escopo:

(i) operações classificadas na carteira de negociação, composta basicamente por títulos públicos e privados mensurados a valor justo e instrumentos financeiros derivativos, sendo que os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes dos possíveis movimentos nas taxas de juros praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Banco ou no seu patrimônio líquido; e

(ii) operações classificadas na carteira bancária, na qual os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afetam diretamente o resultado do Banco, tendo em vista que a referida carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com o objetivo principal de coletar os respectivos fluxos de caixa contratuais – empréstimos a clientes, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos públicos e privados mensurados ao custo amortizado – e cujo registro contábil é realizado com base nas taxas efetivas de juros das operações contratadas.

Para realização da análise de sensibilidade são considerados os cenários:

Cenário I: Choque de 100 basis points (+/- 1 ponto percentual), sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário II: Choque de +25% e -25%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário III: Choque de +50% e -50%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Resultados da análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta os resultados obtidos para a carteira de negociação e para o conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e bancária.

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação e para a carteira de negociação e bancária

Fatores de risco / Exposição	30/06/2025		
	Cenário I	**Cenário II**	**Cenário III**
Carteira de negociação			
Taxa pré-fixada	(55.558)	(183.104)	(359.921)
Cupons de taxas de juros	(2.512)	(2)	(5)
Cupons de índices de preços	(150.903)	(259.265)	(485.625)
Cupons de moedas estrangeiras	(379.159)	(427.637)	(893.484)
Total	**(588.132)**	**(870.008)**	**(1.739.035)**
Carteira de negociação e bancária			
Taxa pré-fixada	(23.396.654)	(69.403.453)	(128.106.907)
Cupons de taxas de juros	(12.787.720)	(27.625.334)	(59.301.501)
Cupons de índices de preços	(331.886)	(493.466)	(942.294)
Cupons de moedas estrangeiras	(4.013.272)	(1.631.496)	(3.350.461)
Total	**(40.529.532)**	**(99.153.749)**	**(191.701.163)**

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Para fins de gestão de risco de liquidez, avaliamos o comportamento prospectivo de nossas carteiras de acordo com nossa composição de ativos e passivos.

Este risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os pagamentos e recebimentos.

Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez do BB segrega a liquidez em moeda nacional da liquidez em moedas estrangeiras. As visões gerenciais para gestão do risco de liquidez contribuem para a gestão adequada do risco nas jurisdições onde o Banco opera e nas moedas para as quais há exposição. Para tanto, são utilizados os seguintes instrumentos:

a) projeções de liquidez: as projeções de liquidez em cenário base e de estresse permitem a avaliação prospectiva, em um horizonte temporal de 90 dias, do efeito do descasamento entre captações e aplicações, com objetivo de identificar situações que possam comprometer a liquidez do Banco. Adicionalmente, cabe mencionar que a projeção de liquidez em cenário base é utilizada como indicador no Plano de Recuperação do Banco;

b) teste de estresse: o teste de estresse é realizado mensalmente a partir da projeção de liquidez, em cenário base e de estresse, frente à reserva de liquidez, avaliando se o volume potencial de medidas de contingência de liquidez (MCL) atende às necessidades de liquidez, quando a projeção em qualquer cenário ficar abaixo da reserva de liquidez;

c) indicador de Exigência Máxima de Liquidez Intradia - EMLI (apenas para liquidez em moeda nacional): a EMLI é a maior diferença, ocorrida durante um dia útil, entre o valor dos pagamentos e recebimentos em qualquer momento do dia; e

d) limites de risco: utilizados para garantir a manutenção do nível de exposição ao risco de liquidez nos patamares desejados pelo Banco. Os indicadores utilizados no processo de gestão de risco de liquidez são:

- Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR);
- Indicador de Liquidez de Médio e Longo Prazo (NSFR);
- Reserva de Liquidez;
- Colchão de Liquidez;
- Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (DRL); e
- Indicador de Concentração de Captações.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Banco do Brasil possui Plano de Contingência de Liquidez – PCL, que consiste em um conjunto de procedimentos, estratégias e responsabilidades para identificar, administrar e reportar estado de estresse de liquidez do Banco do Brasil, de forma a assegurar a manutenção do fluxo de caixa e restaurar o nível de liquidez ao patamar desejado.

Os estados de estresse de liquidez são utilizados como parâmetro para acionamento do PCL e podem ocorrer quando a liquidez observada ficar abaixo da reserva de liquidez ou quando o indicador LCR ficar abaixo do limite estabelecido pela RAS (*Risk Appettite Statement*) vigente.

A estratégia para enfrentar o estado de estresse de liquidez consiste no acionamento das Medidas de Contingência de Liquidez (MCL), visando reestabelecer a Reserva de Liquidez ou o limite do indicador LCR.

Os instrumentos utilizados na gestão do risco de liquidez são reportados periodicamente ao Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC) e ao Comitê de Administração do Banco.

Análise do risco de liquidez

Os limites de risco de liquidez são utilizados para monitorar o nível de exposição ao risco de liquidez do Banco. O controle desses limites, que atuam de forma complementar na gestão do risco de liquidez de curto, médio e longo prazos do Banco, permitiu situação favorável da liquidez no período, sem necessidade de acionamento do plano de contingência de liquidez ou implementação de ações emergenciais no planejamento orçamentário que visem a adequação da liquidez estrutural.

Gerenciamento das captações

Os passivos passam a ser apresentados a partir das linhas de produtos, tornando o quadro mais intuitivo quanto à origem das fontes de recursos. Já a segregação em prazos foi alterada, levando-se em consideração a significância de valores e os critérios de distribuição e esgotamento de saldos no tempo, refletindo a metodologia interna, tornando a informação mais aderente à realidade observada para os instrumentos em questão.

A composição das captações representadas em saldos, a partir de uma ampla base de clientes, constitui elemento importante na gestão do risco de liquidez do Banco do Brasil.

As captações com maturidade definida que fazem parte da composição das fontes comerciais, representadas pelas emissões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e de Letras de Crédito Imobiliário (LCI), independentemente do período de carência de 9 e 12 meses, respectivamente, têm disponibilidade diária para o poupador. Nesse caso, foi observado o comportamento de se respeitar os prazos contratuais, procedimento análogo ao adotado para os Depósitos a Prazo.

Já as operações compromissadas lastreadas em títulos e captações efetuadas pela Tesouraria do Banco são realizadas para a gestão de curto prazo da liquidez, enquanto que, para a implementação de estratégias de mercado de capitais, as captações têm características de médio e longo prazos.

Por fim, não obstante para os produtos Depósitos à Vista, Depósitos Judiciais e Poupança observar-se permanência mais longa na composição de captações do BB, seus saldos foram alocados no primeiro vértice, conforme tabela a seguir.

Composição das captações

Passivo	30/06/2025						
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Part %
Dep. Prazo	2.577.942	26.438.621	7.562.083	221.889.564	3.643	258.471.853	14,0%
LCA	8.233.203	53.191.639	29.286.306	152.524.191	--	243.235.339	13,1%
LCI	180.214	1.050.897	2.421.667	11.279.570	--	14.932.348	0,8%
Poupança	215.021.292	--	--	--	--	215.021.292	11,6%
Dep. Vista	95.207.041	--	--	--	--	95.207.041	5,1%
Dep. Judicial	258.961.825	--	--	--	--	258.961.825	14,0%
Captações de Tesouraria	6.217.204	25.241.393	9.584.940	16.863.640	6.854.924	64.762.101	3,5%
Dep. Prazo fixo	3.008.396	1.916.275	1.570.123	8.041.757	--	14.536.551	0,8%
Outras captações comerciais	7.840.074	99.141	290.783	1.962.756	--	10.192.754	0,6%
Captações Comerciais ME	2.998.571	19.858.378	5.478.095	31.067.189	--	59.402.233	3,2%
Compromissadas	592.960.451	13.775.412	370.639	10.624.982	--	617.731.484	33,3%
Total	**1.193.206.213**	**141.571.756**	**56.564.636**	**454.253.649**	**6.858.567**	**1.852.454.821**	**100,0%**

Instrumentos financeiros derivativos

O Banco do Brasil realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para *hedge* de posições próprias para atendimento de necessidades de nossos clientes e para tomada de posições intencionais. A estratégia de *hedge* está em consonância com a política de risco de mercado e de liquidez e com a política de utilização de instrumentos financeiros derivativos aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos e utiliza metodologias estatísticas e de simulação para mensurar os riscos de suas posições por meio de modelos de Valor em Risco, de análise de sensibilidade e de teste de estresse.

As operações com derivativos financeiros, com destaque para aqueles sujeitos a chamadas de margem e ajustes diários, são consideradas na mensuração dos limites de riscos de liquidez adotados no Banco e na composição dos cenários utilizados nos testes de estresse de liquidez realizados mensalmente.

c) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito do Banco é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária do Bacen. Sua estrutura tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco das exposições, além de garantir o aprimoramento contínuo da gestão.

A gestão do risco de crédito inclui o risco de crédito do tomador, de contraparte (RCC), o risco país, o risco soberano, o risco de transferência, o risco de convenente (contratante por meio de convênio), o risco de concentração de crédito e a efetividade de instrumentos mitigadores ou de transferência de riscos utilizados nas exposições que geram os riscos designados.

Política de crédito

A política específica de crédito do Banco contém orientações de caráter estratégico que norteiam as ações de gerenciamento do crédito e do risco de crédito no Conglomerado. É aprovada pelo Conselho de Administração, revisada anualmente, aplicando-se a todos os negócios que envolvam risco de crédito e encontra-se disponível para todos os funcionários. Espera-se que as empresas controladas, coligadas e participações definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

A política específica de crédito orienta sobre o gerenciamento contínuo, integrado e prospectivo do risco de crédito, compreende todas as etapas do processo de crédito, a gestão dos ativos sujeitos a esse risco, assim como o processo de cobrança e recuperação de créditos, inclusive daqueles realizados por conta e risco de terceiros.

Mecanismos de mitigação do risco de crédito

A utilização de instrumentos mitigadores do risco de crédito está declarada na política de crédito, presente nas decisões estratégicas e formalizada nas normas de crédito, atingindo todos os níveis da organização e abrangendo todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito.

Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, o Banco adota, como regra geral, a vinculação de mecanismo que proporcione cobertura total ou parcial do risco incorrido. No gerenciamento do risco de crédito em nível agregado, para manter as exposições dentro dos níveis de risco estabelecidos pela Alta Administração, o Banco tem a prerrogativa de transferir ou compartilhar o risco de crédito.

As normas de crédito orientam as unidades operacionais de forma clara e abrangente, abordando, entre outros aspectos, a classificação, exigência, escolha, avaliação, formalização, controle e reforço de garantias, assegurando a adequação e suficiência do mitigador durante todo o ciclo da operação.

Sistemas de mensuração

A quantidade e a natureza das operações, a diversidade e a complexidade dos produtos e serviços e o volume exposto ao risco de crédito exigem que a mensuração do risco de crédito no Banco seja realizada de forma sistematizada. O Banco possui infraestrutura de bases de dados e de sistemas corporativos para efetuar a mensuração do risco de crédito de forma abrangente, avaliando, de forma prospectiva, o comportamento do portfólio sujeito ao risco de crédito considerado em diversos cenários, corporativamente definidos, inclusive estresse.

No Banco as estimativas de perdas esperadas (PE), associadas ao risco de crédito, consideram o ambiente macroeconômico, a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático e a recuperação do crédito, incluindo concessões de vantagens, custos de execução e prazos. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas estatísticas e julgamentais, com a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

O modelo adotado para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros é baseado no conceito de perdas esperadas, assim, todas as operações possuem perda esperada desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que a situação de risco de crédito se altera.

Deterioração do crédito

A perda esperada busca identificar as perdas que acontecerão nos próximos 12 meses ou que ocorrerão durante a vida da operação, considerando a visão prospectiva. Os instrumentos financeiros são avaliados em 3 estágios e sujeitos a análises quantitativas e qualitativas.

O estágio de enquadramento dos ativos é revisto sistematicamente e considera os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças nas características dos instrumentos e nas suas garantias que venham impactar a capacidade financeira do cliente.

A migração dos ativos financeiros entre estágios é sensibilizada após análises que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, podem sofrer alterações ao longo do tempo, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo, premissas e valores quantitativos registrados a título de perda esperada associadas ao risco de crédito, podem ser obtidos nas Notas 3, 4, 9, 10, 12 e 13.

Cenários econômicos

A estimativa de perda esperada busca identificar a expectativa das perdas em crédito, ao longo de um dado horizonte de tempo, que influenciam o valor dos seus ativos, numa visão prospectiva, para que a instituição constitua provisões para fazer frente a essas perdas. No cálculo das provisões de crédito para instrumentos financeiros, de acordo com a perda esperada, o Banco relaciona variáveis de risco sistêmico (variáveis macroeconômicas). Essas variáveis são monitoradas e atualizadas, de modo que a provisão reflita adequadamente o risco de crédito vigente, garantindo maior aderência à realidade econômica e à qualidade da carteira.

Exposição máxima ao risco de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Ativos financeiros ao custo amortizado	**1.607.357.098**	**1.645.774.807**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	288.010.063	290.996.079
Títulos e valores mobiliários	36.002.132	46.001.211
Carteira de crédito	1.208.495.056	1.231.084.195
Outros ativos financeiros	74.849.847	77.693.322
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	**9.851.958**	**12.827.260**
Instrumentos de dívida e patrimônio	4.263.522	7.246.828
Derivativos	5.588.436	5.580.432
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	**543.418.073**	**553.080.685**
Garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito e créditos a liberar	**230.964.765**	**233.605.044**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Itens não registrados no balanço patrimonial

As operações não registradas no balanço patrimonial seguem os mesmos critérios de classificação de risco para operações de crédito típicas, impactam o limite de crédito dos clientes e se referem aos limites de crédito, ao crédito a liberar e às garantias prestadas.

Os limites de crédito são limites disponibilizados aos clientes, tais como cartão de crédito e cheque especial. Créditos a liberar são os desembolsos futuros relativos às operações de crédito contratadas, independentemente de serem ou não condicionados ao cumprimento pelo devedor de condições pré-especificadas.

As garantias prestadas são operações de aval ou fiança bancária, ou outra forma de garantia fidejussória, normalmente contratadas com clientes classificados como de baixo risco, cujo desembolso só é efetivado na ocorrência de eventual inadimplência do cliente junto ao seu credor, convertendo-se a exposição em operação de crédito.

Ativos recebidos em garantia

Tipo de Operações	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2025		30/06/2025	
	Valor dos Ativos	Valor Justo das Garantias	Valor dos Ativos	Valor Justo das Garantias
Contratadas com garantias	**732.676.419**	**689.009.988**	**732.676.419**	**689.009.988**
Produtor rural	**358.125.872**	**331.047.508**	**358.125.872**	**331.047.508**
Pessoa física	**53.517.895**	**53.016.743**	**53.517.895**	**53.016.743**
Financiamento de veículos	3.235.389	3.112.498	3.235.389	3.112.498
Financiamento imobiliário	46.162.816	45.947.981	46.162.816	45.947.981
Demais	4.119.690	3.956.264	4.119.690	3.956.264
Pessoa jurídica	**321.032.652**	**304.945.737**	**321.032.652**	**304.945.737**
Atacado	140.163.076	132.112.657	140.163.076	132.112.657
Varejo/MPE	180.869.576	172.833.080	180.869.576	172.833.080
Contratadas sem garantias	**178.928.578**	--	**178.928.578**	--
Contratadas com outros mitigadores	**296.890.059**	--	**319.479.198**	--
Total	**1.208.495.056**		**1.231.084.195**	

As garantias vinculadas à carteira de crédito são apresentadas abaixo:

(i) imóveis rurais (terrenos e edificações);
(ii) imóveis urbanos – imóveis localizados em área urbana (casas, apartamentos, armazéns, galpões, edifícios comerciais ou industriais, lotes urbanos, lojas etc.);
(iii) lavouras – colheita pendente dos produtos financiados (colheita de abacate, colheita de arroz, colheita de feijão etc.); quando se trata de produto perecível (hortaliças, frutas, flores etc.) são exigidas garantias complementares;
(iv) móveis – bens que possam ser facilmente movidos ou removidos, e, caso fixados no solo, possam ser removidos sem qualquer dano à sua integridade material ou ao imóvel onde estão instalados (máquinas, equipamentos, veículos etc.);
(v) recursos internalizados no Banco do Brasil – aplicações financeiras existentes no Banco (poupança, Certificado de Depósito Bancário - CDB, fundos de renda fixa etc.);
(vi) pessoais – garantias fidejussórias (aval ou fiança, inclusive de fundos de aval a exemplo do Fundo de Garantia de Operações – FGO, Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas – Fampe, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger etc.);
(vii) produtos agropecuário-extrativos – produto agropecuário-extrativo, tais como: abacaxi, açaí, arroz, café, cacau, uva etc.;
(viii) produtos industrializados – matéria-prima, mercadorias ou produtos industrializados (bobinas de aço, calçados, chapa de aço inox etc.);
(ix) recebíveis – recebíveis representados por cartão de crédito, cobrança ou cheque custodiado;
(x) semoventes – animais de rebanho (bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos etc.);

(xi) títulos e direitos – títulos de crédito ou direitos em garantia (Cédulas de Crédito Comercial – CCC, Cédulas de Crédito Industrial – CCI, Cédulas de Crédito à Exportação – CCE, Cédulas do Produtor Rural – CPR, cédulas rurais, recursos internalizados no Banco, recebíveis e outros documentos de crédito representativos de direitos creditórios decorrentes de serviços já prestados ou mercadorias entregues); e

(xii) seguros de crédito – Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE, Seguradora de Crédito do Brasil – Secreb etc.

Nas operações de crédito, é dada preferência às garantias que ofereçam alta liquidez à operação.

O valor justo das garantias corresponde ao valor efetivamente considerado para efeito de cobertura do saldo devedor da operação, após aplicação de determinado percentual de adiantamento sobre o valor do referido bem ou direito, conforme tabela a seguir:

Percentual de adiantamento de cobertura dos ativos recebidos em garantia

Ativo	% de cobertura
Direitos creditórios	
Recibo de depósito bancário	100%
Certificado de depósito bancário [1]	100%
Poupança	100%
Fundo de investimento de renda fixa	100%
Pledge Agreement – cash collateral [2]	100%
Carta de crédito standby	100%
Outros direitos creditórios	80%
Fundos de aval	
Fundo de aval para geração de emprego e renda	100%
Fundo de aval às micro e pequenas empresas	100%
Fundo de garantia de operações	100%
Fundo garantidor para investimento	100%
Outros	100%
Fiança ou aval [3]	**100%**
Seguro de crédito	**100%**
Pledge agreement – securities [4]	**77%**
Fundos offshore – BB Fund [5]	**77%**
Semoventes bovinos [6]	**70%**
Pledge agreement – cash collateral [7]	**70%**
Demais garantias [8]	**50%**

1 - Exceto os que possuam contrato de swap.
2 - Mesma moeda da operação.
3- Prestado por estabelecimento bancário que possua limite de crédito no Banco, com margem suficiente para amparar a coobrigação.
4 - Contrato de caução/cessão de recursos de clientes em títulos e papéis.
5 - Exclusivo ou varejo.
6 - Exceto em operações de Cédula do Produtor Rural (CPR).
7 - Celebrado em moeda diversa à das operações a serem amparadas e que não disponha de mecanismo de hedge cambial.
8 - Em função de determinadas características, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos podem ser recebidos com percentuais de garantia mais elevados.

As garantias de direitos creditórios representadas por aplicações financeiras devem ser internalizadas no Banco e são bloqueadas pela Instituição, permanecendo assim até a liquidação da operação. O Banco poderá, por ocasião do vencimento da aplicação financeira, lançar mão da garantia para quitação dos saldos referentes às parcelas vencidas, independentemente de aviso ou notificação ao cedente/financiado.

Além de cláusulas de cessão de crédito ou cessão dos direitos creditórios, para vinculação dos mitigadores, o instrumento de crédito contém cláusula de reforço da garantia, para assegurar o percentual de cobertura pactuado na contratação da operação, durante todo o prazo da operação.

Concentração

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do apetite e tolerância ao risco do Banco do Brasil e o estabelecimento de limites de risco e de concentração. São considerados também os limites de concentração impostos pelo Banco Central do Brasil.

O Banco possui sistemática de gerenciamento do risco de concentração da carteira de crédito. Além do acompanhamento dos indicadores de níveis de concentração de diferentes segmentos da carteira, apurados com base no Índice de Herfindahl-Hirshman, é avaliado o impacto da concentração na alocação de capital para o risco de crédito.

Exposições por região geográfica

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Mercado interno	**1.146.535.988**	**1.167.966.990**
Sudeste	417.044.125	424.839.496
Sul	189.621.384	193.165.779
Centro-Oeste	295.507.607	301.031.222
Nordeste	162.298.266	165.331.938
Norte	82.064.606	83.598.555
Mercado externo	**61.959.068**	**63.117.205**
Total	**1.208.495.056**	**1.231.084.195**

As informações relativas às exposições por atividade econômica foram incluídas na Nota 12 – Carteira de crédito.

d) Risco operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

Com o objetivo de melhorar a eficiência na gestão dos riscos não financeiros, o risco operacional é composto pelas seguintes categorias gerenciais: risco de terceiros, risco legal, risco de conformidade, risco de segurança, risco de modelo, risco de conduta, risco cibernético e risco de TI. Esta composição permite a convergência de instrumentos de gestão como taxonomia e base de perdas, entre outros.

As categorias regulatórias do risco operacional (práticas inadequadas, práticas trabalhistas, fraudes e roubos externos, falhas de processos, interrupção das atividades, danos a ativos e pessoas, fraudes e roubos internos, falhas de sistemas e tecnologia) são constantemente acompanhadas, monitoradas e seus resultados reportados à Alta Administração do Banco.

Política Específica de Gerenciamento de Riscos e Capital

O Banco do Brasil define a política específica de gerenciamento de riscos e de capital, abrangendo direcionadores aplicáveis ao Risco Operacional, com objetivo de estabelecer as diretrizes relacionadas ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de capital e de divulgação das informações sobre esses temas para o Conglomerado Prudencial, cujo escopo de consolidação é definido pela Resolução CMN n° 4.950/2021, resguardadas aquelas de natureza confidencial e proprietária. A definição da referida política observa a legislação e regulamentações aplicáveis e está baseada em melhores práticas de governança.

Em aderência aos requisitos da Resolução CMN n° 4.557/2017 a política permeia as atividades relacionadas ao gerenciamento do risco operacional, com objetivo de identificar, mensurar, avaliar, mitigar, controlar, monitorar, reportar e aprimorar o risco associado ao Conglomerado Prudencial e a cada instituição individualmente, bem como identificar e acompanhar os riscos associados às demais entidades controladas por seus integrantes ou das quais estes participem.

Ferramentas de Gestão e Monitoramento

O gerenciamento do risco operacional do Banco busca manter abordagem estruturada para o funcionamento de todas as atividades necessárias para que o risco se mantenha em níveis adequados à rentabilidade esperada dos negócios. Isso requer que os processos sejam revisados e atualizados regularmente, o que significa aprimorar continuamente a gestão.

Em relação às ferramentas de gestão do risco operacional, destaca-se a ferramenta SIM - Solução Imediata de Reclamações que tem agilizado a solução das reclamações de clientes, uma vez que o procedimento de análise e contestação é realizado em ambiente único, com emissão automatizada de Termo de Compromisso preenchido, e crédito efetivado na conta do cliente imediatamente após o despacho para determinados valores.

Ademais, o acompanhamento sistemático dos eventos de perda operacional é realizado por intermédio da análise das informações constantes do Painel de Riscos, dentre elas o acompanhamento dos limites global e específicos e decisões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital – CEGRC. A partir do monitoramento dos limites estabelecidos, os gestores responsáveis pelo processo, produto ou serviço poderão ser acionados para esclarecer os motivos da extrapolação e propor ações de mitigação dos riscos.

O monitoramento das perdas operacionais, para produção dos devidos reportes, ocorre por intermédio da ferramenta Painel de Perdas Operacionais, o qual é acompanhado também pelas áreas gestoras de processos, sistemas, produtos ou serviços, com apuração mensal dos valores das perdas de acordo com o limite global de perdas operacionais e limites específicos de perdas operacionais.

e) Gerenciamento de capital

Objetivos e políticas:

A Resolução CMN nº 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração (CA) do Banco instituiu o Comitê de Riscos e de Capital (Coris) e definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o Chief Risk Officer (CRO), sendo responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital.

A gestão de capital visa assegurar a solvência futura da Instituição concomitante à implementação das estratégias de negócios.

O gerenciamento de capital é realizado por meio de estrutura organizacional adequada à natureza das operações, à complexidade dos negócios e à dimensão da exposição aos riscos relevantes.

São definidas e documentadas estratégias para o gerenciamento de capital que estabelecem mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS).

Além disso, o Banco conta com políticas específicas, aprovadas pelo CA, que visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionadores estratégicos que norteiam as ações de gerenciamento de capital. Essas políticas específicas aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital no Banco.

Elementos compreendidos pela gestão do capital:

Os planos estratégicos, as metas negociais e os orçamentos respeitam o apetite e tolerância a riscos e os indicadores de adequação de capital e de retorno ajustado a risco.

O Plano de Capital é elaborado de forma consistente com a estratégia negocial, buscando manter os indicadores de capital em níveis adequados. Esse Plano evidencia o planejamento de capital do Banco do Brasil e a avaliação prospectiva de eventual necessidade de aporte de capital.

A elaboração do Plano de Capital é referenciada nos direcionadores e limites constantes da Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS) e do Orçamento do Conglomerado Banco do Brasil (Orçamento BB), considerando que este representa a materialização das diretrizes da ECBB, do Plano Diretor (PD) e do Plano de Investimentos Fixos.

Os valores orçados devem corresponder às metas e objetivos definidos pela Alta Administração para o Conglomerado Banco do Brasil. Desta forma, premissas como o crescimento dos negócios, o crescimento do crédito em operações de maior rentabilidade, as restrições da atuação em segmentos de menor rentabilidade, entre outros, estão contidas no Orçamento BB.

Além disso, o Orçamento BB considera o cenário macroeconômico elaborado pela Unidade Tesouraria Global (Tesou) e a legislação aplicada ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A revisão da ECBB e do PD resulta da aplicação de um conjunto de metodologias de planejamento estratégico, observadas as melhores práticas de mercado. Destaca-se que a revisão da ECBB e do PD ocorre de forma integrada ao processo orçamentário, à RAS e aos demais documentos da arquitetura estratégica, o que garante o alinhamento entre tais documentos, dando maior consistência interna ao processo de planejamento estratégico.

O Orçamento BB segue as diretrizes definidas na ECBB, respeita a RAS e visa atender aos pisos e tetos definidos nos indicadores aprovados no PD. O Orçamento BB possibilita a quantificação em valores financeiros dos objetivos estratégicos definidos na ECBB.

A RAS é o documento estratégico que orienta o planejamento da estratégia de negócios, direcionando orçamento e capital para uma alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade da Instituição de assunção a riscos e de seus objetivos estratégicos, além de promover o entendimento e disseminação da cultura de riscos.

Esta declaração é aplicada ao Banco e considera potenciais impactos no capital do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil. Espera-se que as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) definam seus direcionadores a partir dessas orientações considerando necessidades específicas e aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

De acordo com o definido na RAS, o apetite a riscos é o nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos, materializado por indicadores que definam uma visão agregada da exposição a riscos. A tolerância, por sua vez, induz a gestão de riscos de forma mais granular, considerando o apetite definido.

A RAS define limites mínimos prudenciais que têm o objetivo de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Esses limites são estabelecidos acima do mínimo regulatório, representam o apetite a riscos do Banco e tem vigência a partir de janeiro de cada ano.

A meta de capital é o nível de capital desejado pelo Banco, por isso suas ações de gestão devem nortear-se por esse direcionador. As metas distinguem-se da tolerância e do apetite a riscos pelo fato de este último definir o nível a partir do qual a Instituição não aceita operar, devendo tomar medidas tempestivas para readequação, podendo acionar as medidas de contingência.

Integração:

Adotando postura prospectiva, o Banco avalia o estado de capital, incluindo a razão de alavancagem, classificado em Crítico, Alerta ou de Vigilância, em função do horizonte temporal que antecede ao prazo projetado para início do descumprimento dos limites mínimos prudenciais definidos pela Alta Administração e detalhados na RAS, conforme figura a seguir:

Indicadores de Capital e de Alavancagem		Quando as projeções indicarem prazo de descumprimento dos limites (em meses)					
		0 a 6	7 a 12	13 a 18	19 a 24	25 a 30	acima de 31
Apetite[1]	ICP Prudencial	CRÍTICO			ALERTA		VIGILÂNCIA
	ICN1 Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	
	IB Prudencial	CRÍTICO	ALERTA		VIGILÂNCIA		
	RA Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	

[1] nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos

A identificação dos estados de capital e alavancagem do Banco é de responsabilidade do Fórum de Capital e ocorre por meio do controle do Índice de Capital Principal (ICP), do Índice de Capital Nível I (ICN I), do Índice de Basileia Prudencial (IBP) e da Razão de Alavancagem (RA) projetados para o horizonte temporal de, no mínimo, 36 meses. Quando as projeções indicarem potencial descumprimento dos limites mínimos prudenciais (Apetite a Riscos), a Instituição terá tempo suficiente para promover alterações estratégicas que evitem a extrapolação, de acordo com os prazos definidos para cada indicador.

A avaliação da suficiência do capital mantido pelo Banco contempla horizonte temporal de 3 anos e considera (i) os tipos de riscos e respectivos níveis a que a Instituição está exposta e disposta a assumir; (ii) a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente; (iii) os objetivos estratégicos da Instituição; e (iv) as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que atua.

Em observância ao disposto na Circular Bacen nº 3.846/2017, essa análise também faz parte do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e deve abranger, no mínimo:

- a avaliação e a mensuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito (inclui o risco de concentração e de crédito da contraparte), de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e operacional;
- a avaliação da necessidade de capital para cobertura dos demais riscos relevantes a que a Instituição está exposta, considerando, no mínimo, os riscos de estratégia, de reputação e socioambiental;
- a avaliação da necessidade de capital em função dos resultados do programa de testes de estresse; e
- a descrição das metodologias e premissas utilizadas na avaliação e mensuração da necessidade de capital.

O Icaap, implementado no Banco do Brasil em 30/06/2013, segue o disposto na Resolução CMN nº 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do Icaap foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos é a responsável institucional pela validação do Icaap. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Processos:

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital. Subsidia a Alta Administração na tomada de decisões que levam a Instituição a adotar postura capaz de absorver eventuais perdas decorrentes dos riscos nos negócios ou de alterações no ambiente financeiro.

São realizadas simulações de capital, integrando os resultados dos testes de estresse de riscos e de negócios, baseados em cenários macroeconômicos e/ou idiossincráticos. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

É realizado acompanhamento mensal das variáveis utilizadas na elaboração do Plano de Capital decorrente da revisão do comportamento projetado na elaboração do Orçamento BB, com base nos números observados, nas expectativas de mercado e na dinâmica dos negócios. Os desvios relevantes são apresentados e discutidos, pelas diretorias participantes do processo, nas reuniões mensais do Fórum de Capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A adoção de postura prospectiva, mediante a realização de avaliações contínuas da necessidade de capital, viabiliza a identificação, de forma proativa, de eventos com probabilidade não nula de ocorrência ou de mudanças nas condições do mercado que possam exercer efeito adverso sobre a adequação de capital, inclusive em cenários de estresse.

f) Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n° 4.955/2021 e n° 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O conjunto normativo referente às recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras é conhecido por Basileia III.

O capital regulamentar é dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido dos ajustes prudenciais) e Capital Complementar.

Para a apuração da exigência de manutenção de capital, são exigidos requerimentos mínimos de PR, de Nível I, de Capital Principal e de Adicional de Capital Principal (ACP).

Seguem os ajustes prudenciais considerados na apuração do Capital Principal:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- investimentos significativos (superiores a 10% do capital social) em: entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas; sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que não componham o Conglomerado Prudencial;
- participação de não controladores;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido;
- valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n° 4.277/2013.

Em 28/08/2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor atual de R$ 5.100.000 mil (R$ 6.100.000 mil até junho/2024), foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de elemento patrimonial, conforme descrito na Nota Explicativa 23.c.

A Resolução CMN n° 5.199/2024 alterou a Resolução CMN n° 4.955/2021 e incluiu no cálculo do Capital Principal o valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, decorrente da aplicação em 1° de janeiro de 2025, dos critérios de constituição de provisão para perdas esperadas previstos na Resolução CMN n° 4.966/2021, observados os percentuais abaixo:

- 75%, até 31 de dezembro de 2025;
- 50%, até 31 de dezembro de 2026;
- 25%, até 31 de dezembro de 2027; e
- 0%, a partir de 1° de janeiro de 2028.

De acordo com as Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada em bases consolidadas do Conglomerado Prudencial.

	30/06/2025
PR - Patrimônio de Referência	**189.167.206**
Nível I	**177.432.447**
Capital Principal (CP)	**146.716.931**
Patrimônio líquido	175.290.653
Instrumento elegível a Capital Principal	5.100.000
Ajuste decorrente da aplicação da Resolução CMN 5.199/2024	8.018.074
Ajustes Prudenciais	(41.691.796)
Capital Complementar	**30.715.516**
Letra financeira subordinada perpétua (Nota 19.c)	21.418.800
Bônus perpétuos (Nota 19.c)	9.296.716
Nível II	**11.734.759**
Dívidas subordinadas elegíveis a capital (normas anteriores à Basileia III) - Recursos capatados do FCO (Nota 19.c) [1]	11.734.759
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	**1.337.456.754**
Risco de Crédito (RWACPAD)	1.076.265.626
Risco de Mercado (RWAMPAD)	43.601.122
Risco Operacional (RWAOPAD)	217.590.006
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) [2]	**106.996.540**
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR) [3]	**82.170.666**
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA) [3]	**13,27%**
Índice de Capital Principal (CP/RWA) [3]	10,97%
Índice de Basileia (PR/RWA) [3]	**14,14%**

1 - Em cumprimento ao disposto no artigo 31 da Resolução CMN n 4.955/2021, em 2025, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 40% (50% em 2024) ao montante computado no Nível II em 30/06/2018.

2 - Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.958/2021, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8%.

3 - Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ajustes prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	30/06/2025
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados	(13.459.112)
Ativos intangíveis	(11.886.514)
Investimentos significativos e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%)	(10.309.235)
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%)	(2.470.234)
Investimentos significativos (excesso dos 10%) [1]	(2.087.472)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido	(866.469)
Participação de não controladores [2]	(546.298)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(62.099)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013	(4.363)
Total	**(41.691.796)**

1 - Refere-se, principalmente, a investimentos significativos em assemelhadas a instituições financeiras e em instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, não consolidadas, em sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.
2 - A dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, artigo 10 da Resolução CMN nº 4.955/2021.

g) Limite de imobilização e margem

	30/06/2025
Situação do limite de imobilização	16,68%
Margem em relação ao limite de imobilização	63.028.394

Conforme definido pelo Bacen, a situação do limite de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente ajustado. O limite é de 50%, conforme determina a Resolução CMN nº 4.957/2021.

A margem se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

h) Indicadores regulatórios versus indicadores observados

A exigência mínima regulatória, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.958/2021, para os indicadores de capital, bem como os valores observados no Banco, constam no quadro a seguir:

	Regulatório	30/06/2025
Índice de Capital Principal (ICP) [1]	8,00%	10,97%
Índice de Capital Nível 1 (ICN1) [1]	9,50%	13,27%
Índice de Basileia (IB) [1]	11,50%	14,14%
Situação do limite de imobilização	Até 50%	16,68%

1 - Inclui os adicionais de capital principal de conservação, contracíclico e sistêmico

Em 30/06/2025, observa-se o cumprimento dos indicadores regulatórios. O Banco, por meio das estratégias de gerenciamento de capital já elencadas, visa superar os indicadores mínimos regulatórios, mantendo-os em patamares capazes de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Dessa forma, o Banco define os limites mínimos prudenciais de indicadores de capital e a meta de capital principal a serem atingidos em cada período.

i) Instrumentos elegíveis a capital

Os instrumentos elegíveis a capital estão descritos nas Notas Explicativas 19.c e 23.c.

Para as letras financeiras subordinadas vigentes até a presente data, existem as seguintes possibilidades, conforme definido em suas emissões:

1) na modalidade perpétua, há opção de recompra ou resgate, atentando para os seguintes requisitos:
    a. intervalo mínimo de cinco anos entre a data da emissão e a primeira data de exercício de opção de recompra ou resgate;
    b. o exercício de opção de recompra ou resgate está condicionado, na data do exercício, à autorização do Banco Central do Brasil;
    c. inexistência de características que acarretem a expectativa de que a opção de recompra ou resgate será exercida, constituindo-se faculdade da Emitente; e
    d. o intervalo entre as datas de exercício das opções deve ser de, no mínimo, 180 dias.

Para os títulos emitidos no exterior não há, até o momento, possibilidade de o detentor do título solicitar a recompra ou o resgate, total ou parcial. Os fluxos de caixa esperados ocorrerão quando do pagamento de cupom ou no exercício da opção de recompra pelo Banco, conforme aplicável.

O Instrumento elegível ao Capital Principal não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Os fluxos de caixa esperados ocorrem apenas pelo pagamento dos juros remuneratórios anuais ou na eventual devolução do principal.

Conforme Comunicados ao Mercado, de 08 de abril de 2021 e de 16 de dezembro de 2021, o cronograma para devolução do referido instrumento estabeleceu sete parcelas anuais de R$ 1 bilhão e uma parcela final de R$ 1,1 bilhão, entre julho/2022 e julho/2029.

Em relação à dinâmica do FCO, os fluxos mensais contemplam, de um lado, as entradas/origens, como os repasses do Tesouro Nacional decorrentes da arrecadação de impostos (efetuados a cada decêndio do mês), retornos originários de pagamentos de operações de crédito e remuneração sobre os recursos disponíveis e, de outro lado, as saídas, como os ressarcimentos de bônus de adimplência/rebate, as despesas de auditoria, de del credere e de provisão. A utilização dos recursos do FCO como instrumento elegível a capital obedece aos limites estabelecidos no art. 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31 – Transferência de ativos financeiros

No curso de suas atividades, o Banco efetua transações que resultam na transferência de ativos financeiros, representados principalmente por instrumentos de dívida, instrumentos de patrimônio e empréstimos a clientes. Ao aplicar a prática contábil para a transferência de ativos financeiros, o Banco avalia o nível de envolvimento contínuo com os ativos transferidos para determinar se continua o seu reconhecimento na totalidade, na extensão da continuidade do seu envolvimento ou se realiza a baixa do ativo financeiro transferido.

As transações de transferências de ativos financeiros realizadas pelo Banco são representadas principalmente pela venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra e pela cessão de carteiras de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios, cujos passivos associados estão registrados em Recursos de instituições financeiras.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial e seus respectivos passivos associados

	30/06/2025	
	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados
Ativos financeiros vinculados ao compromisso de recompra		
Ativos financeiros ao custo amortizado – Títulos e valores mobiliários [1]	20.428.883	20.381.966
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	370.118.690	358.867.536
Total	**390.547.573**	**379.249.502**

1 – Inclui o saldo de R$ 18.956.635 referente a títulos com característica de concessão de crédito.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial cujos passivos associados são recursos apenas para os ativos transferidos

	30/06/2025	
	Valor contábil	Valor Justo
Operações de crédito cedidas com coobrigação [1]		
Ativos financeiros transferidos	97.723	97.723
Passivos financeiros associados	97.823	97.823
Posição líquida	**(100)**	**(100)**

1 - Os ativos financeiros transferidos e os passivos financeiros associados às operações de crédito cedidas com coobrigação são reconhecidos no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos "Carteira de crédito" e "Recursos de instituições financeiras", respectivamente.

Venda com compromisso de recompra

Vendas com compromisso de recompra são transações nas quais o Banco vende um título, em sua maioria de emissão pública, e simultaneamente se compromete a comprar esse mesmo título com preço fixo, em data futura. O Banco continua reconhecendo o título em sua totalidade no balanço patrimonial porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer mudança de valor de mercado e os rendimentos que o título oferece são de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como uma obrigação a pagar pelo preço de recompra. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos títulos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.

Cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios

O Banco transfere o direito de receber o fluxo financeiro futuro dos ativos financeiros classificados como operações de crédito, ao cessionário, mediante recebimento de uma quantia em caixa, calculada na data da transferência. Contudo, o Banco continua reconhecendo em seu balanço patrimonial os saldos dos ativos financeiros em rubricas destacadas, porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer situação de inadimplência ocorrida nos recebíveis transferidos é de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como Recursos de instituições financeiras. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos empréstimos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

32 – Resultado recorrente e não recorrente

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

	1º Semestre/2025
Resultado recorrente	**9.879.317**
Resultado não recorrente	**(71.968)**
Adesão ao Programa de Transação Tributária (PTI) [1]	(1.192.474)
Efeito tributário e de PLR sobre os itens não recorrentes [2]	1.120.506

1- Refere-se ao edital de transação por adesão no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica nº 27/2024, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), o qual prevê a elegibilidade à transação por adesão, dentre outras matérias, dos débitos em contencioso administrativo ou judicial relativos a incidência de contribuições previdenciárias sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados (PLR). Dentre as condições de pagamento dos débitos eleitos para adesão à transação tributária, o edital estabelece a aplicação do desconto de 65% sobre o valor total do débito ou da inscrição elegível à transação.
2- O referido edital prevê que os descontos concedidos não serão computados na apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda (IR) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

33 – Ativos e passivos circulantes e não circulantes

30/06/2025	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo						
Disponibilidades	**22.076.151**	**--**	**22.076.151**	**24.468.455**	**--**	**24.468.455**
Ativos financeiros	**978.581.914**	**1.305.140.460**	**2.283.722.374**	**998.038.359**	**1.336.739.638**	**2.334.777.997**
Depósitos no Banco Central do Brasil	123.095.245	--	123.095.245	123.095.245	--	123.095.245
Aplicações interfinanceiras de liquidez	285.655.343	2.354.720	288.010.063	288.184.739	2.811.340	290.996.079
Títulos e valores mobiliários	46.753.624	536.930.103	583.683.727	55.583.095	550.745.629	606.328.724
Instrumentos financeiros derivativos	4.386.787	1.201.649	5.588.436	4.378.783	1.201.649	5.580.432
Carteira de crédito	482.894.400	725.600.656	1.208.495.056	493.236.259	737.847.936	1.231.084.195
Outros ativos financeiros	35.796.515	39.053.332	74.849.847	33.560.238	44.133.084	77.693.322
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**(39.997.948)**	**(53.351.148)**	**(93.349.096)**	**(40.435.570)**	**(54.266.781)**	**(94.702.351)**
Carteira de crédito	(35.500.321)	(53.343.042)	(88.843.363)	(35.757.390)	(53.490.626)	(89.248.016)
Demais ativos financeiros	(4.497.627)	(8.106)	(4.505.733)	(4.678.180)	(776.155)	(5.454.335)
Ativos fiscais	**45.882.021**	**42.814.504**	**88.696.525**	**48.166.990**	**44.572.724**	**92.739.714**
Correntes	10.446.834	--	10.446.834	12.058.403	223.960	12.282.363
Diferidos (créditos tributários)	35.435.187	42.814.504	78.249.691	36.108.587	44.348.764	80.457.351
Investimentos	**--**	**41.972.372**	**41.972.372**	**--**	**19.658.456**	**19.658.456**
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	--	41.861.416	41.861.416	--	19.517.930	19.517.930
Outros investimentos	--	145.699	145.699	--	145.699	145.699
Perdas por redução ao valor recuperável	--	(34.743)	(34.743)	--	(5.173)	(5.173)
Imobilizado	**--**	**13.354.754**	**13.354.754**	**--**	**13.841.140**	**13.841.140**
Imobilizações de uso	--	26.154.672	26.154.672	--	26.704.764	26.704.764
Direito de uso	--	1.667.201	1.667.201	--	1.954.601	1.954.601
Depreciação acumulada	--	(14.452.447)	(14.452.447)	--	(14.787.838)	(14.787.838)
Perdas por redução ao valor recuperável	--	(14.672)	(14.672)	--	(30.387)	(30.387)
Intangível	**--**	**11.868.136**	**11.868.136**	**--**	**11.960.352**	**11.960.352**
Ativos intangíveis	--	21.308.587	21.308.587	--	21.895.914	21.895.914
Amortização acumulada	--	(9.402.187)	(9.402.187)	--	(9.867.407)	(9.867.407)
Perdas por redução ao valor recuperável	--	(38.264)	(38.264)	--	(68.155)	(68.155)
Outros ativos não financeiros	**7.463.515**	**24.812.032**	**32.275.547**	**9.723.614**	**25.015.970**	**34.739.584**
Total do ativo	**1.014.005.653**	**1.386.611.110**	**2.400.616.763**	**1.039.961.848**	**1.397.521.499**	**2.437.483.347**
Passivo						
Passivos financeiros	**1.535.400.518**	**594.316.983**	**2.129.717.501**	**1.551.197.435**	**590.219.617**	**2.141.417.052**
Recursos de clientes	616.112.354	227.577.169	843.689.523	651.913.969	228.443.236	880.357.205
Recursos de instituições financeiras	699.685.869	52.196.592	751.882.461	677.962.401	47.508.271	725.470.672
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	106.696.167	253.048.894	359.745.061	107.842.508	256.003.794	363.846.302
Instrumentos financeiros derivativos	4.296.790	1.123.165	5.419.955	4.300.037	1.123.165	5.423.202
Outros passivos financeiros	108.609.338	60.371.163	168.980.501	109.178.520	57.141.151	166.319.671
Provisões	**13.034.043**	**19.265.828**	**32.299.871**	**14.033.993**	**19.677.888**	**33.711.881**
Cíveis, fiscais e trabalhistas	9.249.399	17.304.072	26.553.471	9.390.035	17.567.177	26.957.212
Outras provisões	3.784.644	1.961.756	5.746.400	4.643.958	2.110.711	6.754.669
Passivos fiscais	**3.878.681**	**8.442.876**	**12.321.557**	**7.164.435**	**8.670.934**	**15.835.369**
Correntes	1.566.527	--	1.566.527	4.766.904	6.566	4.773.470
Diferidos	2.312.154	8.442.876	10.755.030	2.397.531	8.664.368	11.061.899
Outros passivos não financeiros	**32.776.211**	**18.767.287**	**51.543.498**	**38.484.915**	**24.485.131**	**62.970.046**
Patrimônio líquido	**--**	**174.734.336**	**174.734.336**	**--**	**183.548.999**	**183.548.999**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.585.089.453**	**815.527.310**	**2.400.616.763**	**1.610.880.778**	**826.602.569**	**2.437.483.347**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

34 – Outras informações

a) Administração de fundos de investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Asset.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)	Saldo
	30/06/2025	30/06/2025
Patrimônio Administrado	**1.226**	**1.771.569.150**
Fundos de investimentos	1.220	1.754.000.798
Carteiras administradas	6	17.568.352

b) Informações de filiais, subsidiárias e controladas no exterior

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Ativo		
Grupo BB	74.122.588	73.529.186
Terceiros	109.836.160	160.593.012
TOTAL DO ATIVO	**183.958.748**	**234.122.198**
Passivo		
Grupo BB	48.343.459	46.855.543
Terceiros	124.099.862	166.317.707
Patrimônio líquido	**11.515.427**	**20.948.948**
Atribuível à controladora	11.515.427	19.876.625
Participação dos não controladores	--	1.072.323
Total do passivo	**183.958.748**	**234.122.198**

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Lucro líquido	**1.083.716**	**2.714.155**
Atribuível à controladora	1.083.716	2.447.409
Participações dos não controladores	--	266.746

c) Recursos de consórcios

	30/06/2025
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	1.120.948
Obrigações do grupo por contribuições	79.235.439
Consorciados - bens a contemplar	73.331.817
(Em Unidades)	
Quantidade de grupos administrados	437
Quantidade de consorciados ativos	1.764.912
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	246.040

	1º Semestre/2025
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	140.582

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Cessão de empregados a órgãos externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei nº 10.470/2002 e pelo Decreto nº 10.835/2021.

	1º Semestre/2025	
	Quantidade de Empregados Cedidos[1]	Custo no Período
Com ônus para o Banco		
Entidades sindicais	219	28.567
Outros órgãos/entidades	8	3.215
Sem ônus para o Banco[2]		
Governos Federal, Estadual e Municipal	228	--
Órgãos externos (Cassi, Previ, Economus, Fusesc e PrevBep)	596	--
Entidades dos funcionários	71	--
Entidades controladas e coligadas	818	--
Total	**1.940**	**31.782**

1 - Posição no último dia do período.
2 - No 1º Semestre/2025, o Banco foi ressarcido em R$ 382.973 mil referente aos custos com empregados cedidos sem ônus.

e) Remuneração de empregados, dirigentes e conselheiros

Remuneração mensal paga aos funcionários, à administração e aos conselheiros do Banco do Brasil (Em Reais):

	30/06/2025
Menor Salário	3.963,90
Maior Salário	66.323,05
Salário Médio	12.231,43
Valor médio dos benefícios oferecidos	5.592,56
Presidente	90.185,66
Vice-presidente	80.722,79
Diretor	68.414,22
Comitê de Auditoria - Titular	61.572,79
Comitê de Riscos e de Capital	61.572,79
Conselho Fiscal	7.846,67
Conselho de Administração	7.846,67

f) Política de seguros de valores e bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 30/06/2025

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	901.339	7.007
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva [1]	131.950	333
Demais	460	--
Total	**1.033.749**	**7.340**

1 - Refere-se à cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.

35 – Eventos subsequentes

a) Pagamento de parcela do instrumento elegível a capital principal

Em 20/05/2025, o Banco Central do Brasil autorizou a liquidação da quarta parcela do instrumento elegível a capital principal descrito na Nota Explicativa 23 – Patrimônio Líquido, item "c".

Em 29/07/2025, o Banco repassou ao Tesouro Nacional o valor de R$ 1 bilhão referente à referida parcela.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas, Conselho de Administração e aos Administradores do

Banco do Brasil S.A.

Brasília-DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. ("Banco"), identificadas como Banco Múltiplo e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. ("Banco"), em 30 de junho de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que considera a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos período s anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e títulos com característica de concessão de crédito

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3(g), 12(g) e 12(h) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco registrou em 30 de junho de 2025 provisão para perdas esperadas com operações de crédito e títulos com característica de concessão de crédito.

A avaliação da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e títulos com característica de concessão é uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito e, para alcançar esse resultado, é utilizada uma combinação de três parâmetros: (i) probabilidade de descumprimento (Probability of Default – PD); (ii) perda dado o descumprimento (Loss Given Default - LGD); e (iii) exposição no momento de descumprimento (Exposure at Default - EAD). A provisão para perdas esperadas considera as características do cliente (informações cadastrais, históricos de atrasos, situação do limite de crédito do cliente, prazo da operação, segmento do cliente e cenário macroeconômico); aspectos financeiros e a probabilidade de diferentes cenários macroeconômicos. Os instrumentos financeiros podem ser agrupados por grupos homogêneos de risco, ou seja, com características semelhantes e que permitam a avaliação e a quantificação do risco de crédito de forma coletiva. Ademais, o Banco utiliza pontualmente de análises individualizadas para avaliar o risco de crédito em certas exposições monitoradas pela Administração, nestes casos, as premissas utilizadas envolvem indicadores financeiros e aspectos qualitativos das empresas, do ambiente de negócios e dos instrumentos financeiros.

O Banco calcula a perda esperada até o final da vida do instrumento financeiro quando a operação apresenta aumento significativo de risco de crédito (Estágio 2) ou quando são classificados como ativos problemáticos (Estágio 3), para as demais operações a perda esperada é calculada para os próximos 12 meses (Estágio 1).

Devido a relevância e complexidade da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e títulos com características de concessão de crédito, principalmente como resultado das incertezas relacionadas às premissas e métodos utilizados no cálculo dos parâmetros mencionados acima, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados aos processos de: (i) desenvolvimento e aprovação dos modelos utilizados no cálculo da provisão para perdas esperadas; (ii) determinação das premissas utilizadas para estimar a PD, EAD, LGD e cenários macroeconômicos futuros; (iii) marcação de operações como ativos problemáticos e aumento significativo de risco de crédito; (iv) parametrização do cálculo da provisão considerando os níveis de provisão para perdas associadas ao risco de crédito definidos pela Resolução BCB 352/23; v) alocação das operações de crédito e títulos com características de concessão por estágio e carteiras; e (vi) aprovação do cálculo e análise de perda esperada sobre operações analisadas individualmente.

- Com o auxílio dos nossos especialistas internos com conhecimento especializados em risco de crédito realizamos: (i) avaliação qualitativa das metodologias de perda esperada através da revisão dos modelos com base nos requisitos técnicos da Resolução CMN 4.966/21; e (ii) recálculo independente das PDs, EADs, LGDs, e cenários macroeconômicos ponderados, incluindo a aplicação dos percentuais mínimos definidos pela Res. BCB 352/23 e alocação por estágios;

– Avaliação, com base em amostragem, da perda esperada calculada individualmente, analisando as premissas e inspecionando a documentação relacionada utilizada pelo Banco; e

– Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e títulos com característica de concessão, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Reconhecimento e mensuração das provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (m), 4 (h) e 21 (b) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco é parte demandada em processos judiciais e administrativos de natureza tributária (fiscal), cível e trabalhista. Uma provisão para essas ações é registrada quando o Banco possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de caixa para liquidar a obrigação e o montante possa ser estimado com confiabilidade.

A mensuração desta estimativa envolve julgamentos da administração para a determinação dos métodos "Individualizado" e "Massificado", bem como para a escolha das premissas a serem utilizadas em cada método, que se baseia em: valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais, classificação e grau de risco de perda da ação judicial, para a mensuração do valor da probabilidade de perda das ações.

Devido à relevância dos montantes e às incertezas e julgamentos envolvidos na determinação da probabilidade de perda e o valor provável de desembolso, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles internos chave, relacionados aos processos de: (i) definição e aprovação dos métodos e premissas utilizados na mensuração da provisão; (ii) revisão da probabilidade de perda e do valor atribuído às causas analisadas de forma individualizada pelos assessores jurídicos; (iii) análise periódica sobre a suficiência de provisão pelo Banco;

- Com o auxílio dos nossos especialistas internos com conhecimentos em estatística, avaliação dos parâmetros estatísticos utilizados para a mensuração do método "Massificado" e analisamos o cálculo do valor da provisão;

- Avaliação das premissas utilizadas no método "Individualizado", por meio de amostragem, através de inspeção documental dos estudos técnicos preparados pelos assessores jurídicos do Banco, bem como a consistência das informações obtidas por meio de consultas em fontes externas oficiais;

- Avaliação da suficiência de provisão para as contingências, com base na análise do histórico de desembolsos ocorridos no exercício quando comparado com os respectivos valores provisionados;

- Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração das provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Mensuração dos passivos atuariais dos planos de benefício definido

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (k), 4 (g) e 29 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco é patrocinador de planos de previdência privada, relacionados a complemento de aposentadoria de seus empregados.

Nos planos de benefício definido, em que o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente sobre a entidade patrocinadora, a mensuração dos passivos atuariais, apresentado no balanço patrimonial em outros passivos, requer a utilização de técnicas atuariais e julgamento na definição de premissas, tais como: taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade.

Devido às incertezas e julgamentos envolvidos na determinação das premissas utilizadas para mensurar os passivos atuariais dos benefícios pós-emprego, relacionados aos planos de benefício definido, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles internos chave, relacionados à definição e aprovação das premissas utilizadas na mensuração dos passivos atuariais dos planos de benefício definido;

- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, como a taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas;

- Recálculo, por amostragem, do passivo atuarial dos planos de benefício definido; e

- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos passivos atuariais dos planos de benefício definido, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Ambiente de Tecnologia da informação

O ambiente de tecnologia do Banco possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, e de desenvolvimento de novos programas, além de controles internos automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, o Banco fornece acesso a sistemas e aplicações para seus funcionários, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional.

Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e realizados pelos funcionários apropriados, para mitigar o potencial risco de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou em informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis gerados por esses sistemas e aplicativos.

Devido a elevada dependência do Banco de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudança nos seus sistemas e aplicativos que processam informações utilizadas para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

Com auxílio de nossos profissionais de tecnologia da informação:

- Avaliação do desenho e da efetividade operacional, bem como controles compensatórios de certos controles internos chave, de acesso a sistemas e aplicações, tais como: de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de revisão dos usuários ativos;

- Avaliação, com base em amostragem, sobre informações relevantes extraídas de determinados sistemas chave para elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas;

- Avaliação das áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, incluindo também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controles internos sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos;

- Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos que identificamos como chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar as informações extraídas de determinados sistemas e aplicativos para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informações suplementares em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis consolidadas

Essas demonstrações contábeis consolidadas para o semestre findo em 30 de junho de 2025, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), que foram apresentadas separadamente pelo Banco do Brasil S.A, nesta data e sobre as quais emitimos relatório de revisão, não contendo qualquer modificação, com data de 13 de agosto de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 13 de agosto de 2025

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-0

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Original assinado.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Banco do Brasil elaboradas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Bacen)

Primeiro semestre de 2025

Apresentação

O Comitê de Auditoria (Coaud) é um órgão estatutário, cujas atribuições encontram-se definidas na Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto nº 8.945/2016, Resolução CMN nº 4.910/2021, Estatuto Social do Banco do Brasil S.A. (BB) e no seu Regimento Interno. Assessora o Conselho de Administração (CA) em caráter permanente e com independência no exercício de suas atribuições.

O Coaud avalia e monitora as exposições de risco e a gestão de capital mediante interação e atuação conjunta com o Comitê de Riscos e de Capital (Coris), em consonância com a Resolução CMN n° 4.557/2017.

Os administradores do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

A Auditoria Interna (Audit) responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando, com independência, a efetividade dos processos de gestão de riscos, de controles internos, contábeis e de governança.

A KPMG Auditores Independentes Ltda (KPMG) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do BB e das subsidiárias abrangidas pelo Coaud. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

Atividades do Período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme Plano Anual de Trabalho 2025, aprovado pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 13/12/2024, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades do Comitê. As referidas atas foram encaminhadas ao Conselho de Administração, disponibilizadas ao Conselho Fiscal e à Auditoria Independente, e estão publicadas, na forma de extratos, no endereço eletrônico www.bb.com.br/ri.

Realizou reuniões com representantes da Administração do BB e de empresas do Conglomerado, assim como com seus respectivos Conselhos de Administração e Fiscal, Coris, Auditorias Interna e Independente e Banco Central do Brasil (Bacen), além de reuniões entre os membros do Coaud.

Nessas reuniões, abordou temas sob seu acompanhamento, sintetizados nos seguintes eixos temáticos: sistema de controles internos, auditoria interna, auditoria independente, transações com partes relacionadas, atuarial, exposições de risco e contabilidade.

O Comitê apresentou, ao Conselho de Administração, informes periódicos de suas atividades e pareceres relativos aos temas abrangidos no escopo de sua atuação. Emitiu recomendações à gestão e à Auditoria Interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas e suas implementações acompanhadas pelo Coaud.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

Não houve divergências significativas entre a Administração, Auditoria Independente e o Comitê de Auditoria relacionadas às demonstrações contábeis.

Original assinado.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Coaud concluiu que:

a) o Sistema de Controles Internos (SCI) é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Conglomerado e é objeto de permanente atenção por parte da Administração;

b) a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;

c) a KPMG atua com efetividade e independência;

d) os processos relativos a transações com partes relacionadas encontram-se em conformidade com a política específica do BB e com a legislação aplicável;

e) os parâmetros dos cálculos e os resultados atuariais dos planos de benefícios dos fundos de pensão patrocinados estão adequadamente refletidos nas demonstrações contábeis;

f) as exposições de risco vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração;

g) as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BB em 30/06/2025, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Brasília-DF, 13 de agosto de 2025.

Egidio Otmar Ames
Coordenador

Aramis Sá de Andrade

Marcelo Gasparino Da Silva

Rachel de Oliveira Maia

Vera Lucia de Almeida Pereira Elias

Original assinado

Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 30 de junho de 2025 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 12 de agosto de 2025.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Felipe Guimarães Geissler Prince Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e Sustentabilidade Empresarial

Luiz Gustavo Braz Lage
Vice-Presidência de Agronegócios e Agricultura Familiar

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia

Original assinado

Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os trabalhos realizados, concordamos com as opiniões/conclusões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 12 de agosto de 2025.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e Sustentabilidade Empresarial

Luiz Gustavo Braz Lage
Vice-Presidência de Agronegócios e Agricultura Familiar

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia

Membros da Administração

PRESIDENTE
Tarciana Paula Gomes Medeiros

VICE-PRESIDENTES
Ana Cristina Rosa Garcia
Carla Nesi
Felipe Guimarães Geissler Prince
Francisco Augusto Lassalvia
José Ricardo Sasseron
Luiz Gustavo Braz Lage
Marco Geovanne Tobias da Silva
Marisa Reghini Ferreira Mattos

DIRETORES
Alan Carlos Guedes de Oliveira
Alberto Martinhago Vieira
Antonio Carlos Wagner Chiarello
Carlos Eduardo Guedes Pinto
Eduardo Cesar Pasa
Euler Antonio Luz Mathias
João Francisco Fruet Júnior
João Vagnes de Moura Silva
Julio César Vezzaro
Kamillo Tononi Oliveira Silva
Larissa da Silva Novais Vieira
Luciano Matarazzo Regno
Lucinéia Possar
Marcelo Henrique Gomes da Silva
Mariana Pires Dias
Neudson Peres de Freitas
Paula Sayão Carvalho Araujo
Pedro Bramont
Rafael Machado Giovanella
Rodrigo Costa Vasconcelos
Rodrigo Mulinari
Rosiane Barbosa Laviola
Thiago Affonso Borsari

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Anelize Lenzi Ruas de Almeida
Elisa Vieira Leonel
Fábio Franco Barbosa Fernandes
Fernando Florêncio Campos
Marcio Luiz de Albuquerque Oliveira
Selma Cristina Alves Siqueira
Tarciana Paula Gomes Medeiros
Valmir Pedro Rossi

CONSELHO FISCAL
Andriei José Beber
Bernard Appy
João Vicente Silva Machado
Renato da Motta Andrade Neto
Tatiana Rosito

COMITÊ DE AUDITORIA
Aramis Sá de Andrade
Egídio Otmar Ames
Marcelo Gasparino da Silva
Rachel de Oliveira Maia
Vera Lucia de Almeida Pereira Elias

CONTADORIA
Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Pedro Henrique Duarte Oliveira
Contador CRC-DF 023407/O-3
CPF 955.476.143-00